

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA-MG**

Parley Lopes Bernini da Silva
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

PARLEY LOPES BERNINI DA SILVA

**IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Sheila Maria Doula

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

S586m
2021

Silva, Parley Lopes Bernini da, 1996-
Trabalho e inclusão social : estudo sobre as representações de mulheres feirantes de Barbacena- MG / Parley Lopes Bernini da Silva. – Viçosa, MG, 2021.
153 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 140-148.

1. Mulheres - Identidade. 2. Representações sociais.
3. Exclusão social. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 305.42

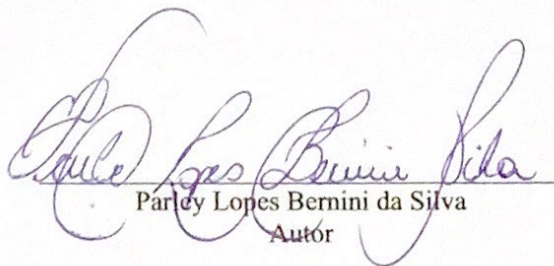
PARLEY LOPES BERNINI DA SILVA

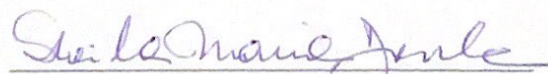
**IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2021

Assentimento:


Parley Lopes Bernini da Silva
Autor


Sheila Maria Doula
Orientadora

AGRADECIMENTOS

De longe sequer imaginaria que a parte mais complexa dessa dissertação seria os agradecimentos. Tantas pessoas que me trouxeram aqui e acredito ser cruel esquecer de alguém (ainda que involuntariamente). Com isto, farei o melhor de mim lembrando dos lugares que tive oportunidades de estar e, conseqüentemente, das pessoas incríveis que neles as encontrei.

Agradeço a minha família (e isso inclui você Loren *my love*) pelo incentivo de romper uma realidade que nem mesmo nos pertencia: a inserção no ensino superior (quem dirá o *Strictu*). Agradeço a todos meus amigos do IF Sudeste MG – *Campus Barbacena* pelos instantes de aprendizado desde o ensino técnico, pela motivação acadêmica e, de longe, a coragem de enfrentar uma jornada como a de *Magister Scientiae*! Alcimara, Vilma, Claudilene; Valdir e Regina, não tenham dúvida de que essa é uma conquista nossa! Agradeço também as minhas confidentes de graduação Ana, Nathalia; Verenice e Jade pelos instantes de cumplicidade, confiança, motivação e ensinamentos.

Agradeço toda a acolhida pelas mulheres em partilhar suas histórias de vida, pelo carinho e atenção nessa jornada que, de longe, foi exaustiva e ao mesmo tempo grandiosa. *In Memoriam* a E14, por oportunizar adentrar à sua casa, ter horas a fio ouvindo suas histórias antes e pós inserção na feira e, de longe, ensinar que a vida mesmo sendo um piscar de olhos ela nos oferta uma alegria imensa. Se me enche os olhos escrever este trecho, mais ainda o coração sabendo que pude oportunizar o registro de uma história tão linda.

Ao SINTER por toda ajuda desde minha graduação e que, certamente, tornou um enorme parceiro para que este estudo tornasse realidade. Espero ter sido capaz de ofertar com esta dissertação tamanha ajuda que tive de vocês.

A toda receptividade advinda pela prefeitura municipal representada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), pela Casa da Cultura de Barbacena- MG vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura (SEDEC) e pelo Setor de Concessões interconectado à Secretaria de Finanças e Fazenda no processo de construção histórica do município e da feira livre.

Agradeço aos meus amigos de mestrado pelas partilhas de angústias e felicidades, desde as idas ao *Little Hell Teddie's* (ou NoaNoa); os encontros nos Geraes regrados a cafezinho, pão de queijo e “nosso choro diário de pós-graduando”; aos encontros tão calorosos na casa da Érica (quero a festa junina versão 2.0 viu? Agilize isso aí), bem como por estarem nos meus

momentos mais desafiadores e oportunizarem a chance de crescer tanto com suas histórias. Certamente não concluiria sem vocês e o que me ensinaram vai além de uma grade curricular!

Rafa, por todo amor e cuidado enquanto vivemos juntos, pelo “encontro de almas metódicas”, pelas nossas *pseudo-sessões* psicológicas, pelas nossas idas e vindas como casal *ShawnMila* (haha) por cada conversa horas adentro ao sabor de cumplicidade e claro um bom pastel de pizza e queijo (por favor!);

Érica, pela companhia e caminhada tão leal desde o primeiro dia de mestrado, pelas conversas aleatórias via PH Holfes, por cada corrida no DEF para impressão e documentos quer seja da dissertação, quer seja da ERU419, pelos instantes no Boca Viçosa de risos e motivação, por me oportunizar, de longe, ser um ser humano melhor;

Nathy, por nossas conversas tão reflexivas do que somos e do que “dá pra ser” porta afora do *Little Hell Teddie's*, pelos segundos no CCB pautados a alegria e gratidão, pelas companhias reta adentro num horário curto de almoço e, principalmente, ensinar que a vida é o aqui e agora a qual não se limita a um plano de ensino;

PH por a cada encontro gerar sorrisos e ânimo para seguir, pelos segundos de motivação e por fazer um verdadeiro “*Velozes e Furiosos: Desafio em Tóquio*” saindo de Nova Viçosa (risos). Que adrenalina Deus amado!! (mais risos);

Isa pela simplicidade e prontidão em ajudar-me com a questão de proficiência sem mesmo ter o menor conhecimento de quem era, pela autenticidade e franqueza que é só sua, por demonstrar que ainda que tudo pareça contrário, quem tem um amigo tem tudo;

Isadora (a rainha do DER, sem questionamentos), que desde o primeiro dia já me salvava com textos, que me acolheu com tanto afeto, que encontros da Rita ao *Teddie's* suavizavam a complexidade e dificuldade da pós-graduação e, sem a menor dúvida ou medo de ser presunçoso, favoreceu minha construção cidadã e de pesquisador. Como tinha falado, minimamente deveria ter cerca de 20 páginas só a agradecendo, mas por questões de formatação fico devendo (risos).

Ao grupo de pesquisa Observatório da Juventude Rural pelas discussões, confraternizações e pela amizade. A todos os membros, tanto os mais antigos que tanto me acolheram (Isadora, João, Douglas, Marco e Jeferson) e a mais recente (Carol) meus sinceros agradecimentos por cada instante de ajuda.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural que desde sempre me acolheram como se fosse da família: Romildo, Myrna, Cassiana, Daniele, Otto, Miriam e Clarisse por todo o acolhimento e pelos momentos de bate papo pelos corredores do DER.

Também agradeço a minha super orientadora e intimamente tida “mama” Sheila por acreditar na relevância e potencial dessa pesquisa, pelas horas a fio de ensinamentos e por sempre ser a primeira a impulsionar cada ideia que levava ao seu “quartel”. Mais ainda, nas conversas de departamento (e fora dele também), demonstrar que madrugadas a dentro de dedicação foram válidas pois, assim, encerro este ciclo deixando quem mais confiou em mim orgulhosa.

Por fim, e não menos importante, agradeço a você leitor que se propõe estudar sobre o tema e ao financiamento oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o qual, sem ele, inexistiria minha possibilidade de cursar uma pós graduação a nível *strictu sensu*, tal qual perceber que o doutorado não é um sonho impossível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

BERNINI SILVA, P. L. B., M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **Identidade, Trabalho e Inclusão Social: Estudo Sobre as Representações de Mulheres Feirantes de Barbacena-MG.** Orientadora: Sheila Maria Doula.

O debate sobre a exclusão/inclusão social feminina emergiu como um tema relevante na academia e correntes teóricas que focalizam as condições de participação das mulheres na vida pública no decorrer da formação nacional pautada, majoritariamente, num sistema patriarcal. A presente dissertação tem como objetivo analisar como se estabelecem as representações sociais nas dimensões de identidade profissional e inclusão/exclusão de mulheres feirantes que atuam na feira livre do município de Barbacena -MG a partir da sua participação neste espaço marcadamente tido na literatura como titular do simbólico e de socialização. A problemática empreendida nesta análise correlacionou o reconhecimento dessas mulheres a uma identidade de trabalho, vistas socialmente como economicamente ativas com as práticas mercantis instituídas por intervém do ofício e, para isto, propõe-se investigar como atuar neste local favorece o inclusão da mulher no âmbito público e privado, além de refletir e analisar a contribuição desta ação correlacionada com as categorias analíticas que sustentam essa análise, em especial nos processos de mudança nas relações instituídas entre mulheres e homens. Para isso, utilizou-se de uma abordagem qualitativa ancorada na pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de 21 questionários semiestruturados presenciais e *on-line*. As categorias analíticas Representação Social, Identidade e Inclusão/Exclusão Social orientaram a interpretação dos dados. Os resultados indicam uma polissemia de representações sociais por parte das mulheres que ora se vem inclusas socialmente através da venda dos seus produtos, ora expõem questões que as excluem como a sobrecarga de funções desempenhadas e as dificuldades de reconhecimento da sua identidade profissional.

Palavras-chave: Identidade. Representações Sociais e Inclusão/Exclusão Social.

ABSTRACT

SILVA, P. L. B., M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2021. **Identity, Work and Social Inclusion: Study on the Representations of Women Marketers in Barbacena-MG.**
Adviser: Sheila Maria Doula.

The debate on female social exclusion/inclusion emerged as a relevant topic in academia and theoretical currents that focus on the conditions for women's participation in public life during national training based, for the most part, on a patriarchal system. This dissertation aims to analyze how social representations are established in the dimensions of professional identity and inclusion/exclusion of women marketers who work in the open market in the city of Barbacena -MG, based on their participation in this space markedly held in the literature as the holder of the symbolic and socialization. The problem undertaken in this analysis correlated the recognition of these women to a work identity, seen socially as economically active with the mercantile practices instituted by the trade and, for this, it is proposed to investigate how acting in this place favors the inclusion of women in the scope public and private, in addition to reflecting and analyzing the contribution of this action correlated with the analytical categories that support this analysis, especially in the processes of change in the established relationships between women and men. For this, we used a qualitative approach based on bibliographic and documental research and application of 21 semi-structured questionnaires in person and online. The analytical categories Social Representation, Identity and Social Inclusion/Exclusion guided the interpretation of the data. The results indicate a polysemy of social representations on the part of women who sometimes find themselves socially included through the sale of their products, sometimes expose issues that exclude them, such as the overload of functions performed and the difficulties in recognizing their professional identity.

Keywords: Identity. Social Representation and Social Inclusion/Exclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Vista parcial de Barbacena -MG.....	29
Figura 2- Vista parcial de Barbacena -MG.....	29
Figura 3- Fábrica de Cerâmica José Camilo & C.....	31
Figura 4- Jardim Municipal de Barbacena -MG.....	32
Figura 5- Praça da Liberdade (Atual Praça Do Globo)	32
Figura 6- Rua Getúlio Vargas- Estrada de Ferro Central do Brasil: Barbacena, MG - [19--] .	33
Figura 7- Comitiva de Recepção ao Presidente Getúlio Vargas e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	34
Figura 8- Fábrica de Seda na Colônia Rodrigo Silva	34
Figura 9- Localização de Barbacena (Nível Federal/Estadual).....	38
Figura 10- Lócus da Pesquisa.....	45
Figura 11 e 11b- Contraste entre uso da balança de pesagem antiga com aceitação de pagamento via cartão.....	61
Figura 12- Venda de peças de vestuário na feira livre de Barbacena -MG	63
Figura 13 e 13b- Montagem das barracas para a feira livre de Barbacena -MG.....	66
Figura 14- Feirante com uniforme que a identifique dos demais	88
Figura 15- Atuação feminina como proprietária da barraca e feirante.....	102
Figura 16- Percurso teórico e metodológico da pesquisa.....	111
Figura 17 e 17b- Itens comercializados na feira-local de Barbacena -MG	112
Figuras 18 e 18b- Produtos comercializados pelas feirantes	118
Figura 19- trocas econômicas e sociais na feira livre de Barbacena -MG	120
Figuras 20 e 20b- Produtos comercializados pelas feirantes	123
Figura 21 e 21b- Contraste entre venda de produtos artesanais e manufaturados.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice populacional de minas gerais (1776-1908)	28
Tabela 2- Censo agropecuário definitivo – Barbacena –MG	38
Tabela 3- Formas de garantia de trabalho	100
Tabela 4- Perfil socioeconômico das feirantes	116
Tabela 5- Recorrência de termos ao questionar qual a sensação de atuar na feira.....	123
Tabela 6- Quão acredita que atuar na feira favoreceu participação nas decisões familiares..	129
Tabela 7- Reclamações/ reivindicações das mulheres feirantes	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocupação das mulheres antes de atuar na feira livre.....	125
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONTAG: Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

IPM: Índice de Pobreza Multidimensional

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PPGER- UFV: Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal de Viçosa

RC: Representações Coletivas

RDH: Relatório de Desenvolvimento Humano

RS: Representações Sociais

SINTER: Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<i>Apresentação e delimitação da pesquisa</i>	<i>13</i>
<i>Problema da pesquisa</i>	<i>19</i>
<i>Justificativa da pesquisa</i>	<i>23</i>
OBJETIVOS	24
<i>Objetivo Geral</i>	<i>24</i>
<i>Objetivos Específicos</i>	<i>24</i>
<i>Metodologia</i>	<i>25</i>
CAPÍTULO I: A FEIRA LIVRE DE BARBACENA –MG	26
1.1. <i>Descrição do município: da sua origem histórica à organização administrativa.....</i>	<i>26</i>
1.1.2. <i>A feira livre de Barbacena –MG.....</i>	<i>39</i>
CAPÍTULO II: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	48
2.1. <i>Das Representações Coletivas às Sociais: sob uma análise teórica constante ..</i>	<i>48</i>
2.1.2. <i>As representações sociais e sua fundamentação teórica.....</i>	<i>48</i>
2.1.3. <i>As representações sobre as feiras: entre a prática cultural preservada na contemporaneidade e vulnerabilidade social dos feirantes.....</i>	<i>59</i>
CAPÍTULO III: CATEGORIA ANALÍTICA – IDENTIDADE	70
3.1. <i>Identidade nas Ciências Humanas.....</i>	<i>70</i>
3.1.2. <i>O que é ser feirante? A identidade profissional em constante formação</i>	<i>83</i>
CAPÍTULO IV: CATEGORIA ANALÍTICA – INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	90
4.1. <i>Inclusão e exclusão: debates teóricos.....</i>	<i>90</i>
CAPÍTULO V: MÉTODOS DA PESQUISA.....	106
5.1 <i>Procedimento metodológico</i>	<i>106</i>
5.1.2. <i>A estratégia metodológica</i>	<i>109</i>
CAPÍTULO VI: ANÁLISE DOS DADOS	116
6.1. <i>Perfil socioeconômico das feirantes.....</i>	<i>116</i>
6.2. <i>Representações da feira a ótica das feirantes e SINTER.....</i>	<i>117</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES	149

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como foco de investigação as representações sociais das mulheres feirantes que atuam na feira livre da cidade de Barbacena -MG, propondo compreender se esse tipo de trabalho lhes confere uma identidade profissional e propicia a percepção de inclusão a direitos sociais.

A pesquisa teve como delimitação geográfica o município de Barbacena- MG, que apresenta participação considerável no setor agropecuário mineiro (IBGE**b**, 2017; 2010), destacando-se pela produção de leite e derivados, bem como de rosas e frutas, mas que também se caracteriza historicamente por ser “um município marcado por práticas culturais de caráter paternalista e patrimonialista que, tradicionalmente, delimitam o campo de ação das mulheres, circunscrevendo-o ao âmbito doméstico” (AZEVEDO, 2012, p.1).

A dissertação, estruturada em cinco capítulos numerados, subdivide-se: **i.** o primeiro expõe uma análise descritiva do *locus* empírico: sua origem histórica e formação administrativa, bem como o surgimento da feira livre; os capítulos **ii.**; **iii.** e **iv.** apresentarem as categorias analíticas que nortearam a pesquisa; **v.** o quinto descreve detalhadamente os métodos da pesquisa; **vi.** o sexto se atém a análise dos dados de forma descritiva e interpretativa e, não menos importante, é finalizada com as considerações finais; referências utilizadas e apêndices.

Apresentação e delimitação da pesquisa

É notória a ampliação dos estudos acadêmicos dedicados a compreender diferentes aspectos da situação da mulher rural na atualidade. Convergindo com esses esforços, este ensaio propõe, centralmente, gerar reflexões que aliem as categorias analíticas representações, inclusão/exclusão social e identidade para interpretar uma dada realidade vivida por esse segmento social notadamente “marcado por relações históricas de desigualdade de gênero” (AZEVEDO, 2012, p.1). Mais especificamente, pretende-se investigar como mulheres feirantes representam seu ofício na feira, situando a pesquisa nos debates contemporâneos sobre a importância do trabalho na construção da identidade profissional como indicador de inclusão/exclusão social.

Tem se tornado comum afirmar que a mulher rural desenvolve papel importante na produção de alimentos através da agricultura familiar, sendo tema de ampla bibliografia (PACHECO, 2009; PIMBERT, 2009; AZEVEDO, 2012; NEVES, 2014; AMORIM *et al*, 2015; AGUIAR, 2016; PAULILO, 2016; ONU, 2017). No entanto, a literatura recente destaca a busca das mulheres rurais pelo ingresso no mercado de trabalho e obtenção de renda; pela

profissionalização; pelo sentimento de liberdade e autonomia, assim como pela conquista da cidadania possibilitada pela inserção econômica (AMORIM *et al*, 2015); proteção a seus direitos humanos (ONU, 2017) e pela participação e reconhecimento nos espaços públicos e políticos oriundos de lutas reivindicatórias (CARNEIRO, 1994; COSTA; NUNES, 2014, PAULO, 2016). Trata-se de reivindicações que tentam reverter, questionar e dar visibilidade aos longos processos históricos de exclusão social e naturalização das desigualdades entre homens e mulheres que marcaram a sociedade brasileira (AZEVEDO, 2012).

Dessa maneira, nesta dissertação a exclusão social será entendida, inicialmente, como privação ou não efetivação da cidadania, posto que embora diversos segmentos sociais (mulheres; populações rurais; indígenas; negros, dentre outros) tenham garantidos em legislação seus direitos civis, políticos e sociais, “tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos” (REIS; SCHWARTZMAN, 2002, p.6). Inseparável do conceito de cidadania, o de exclusão pressupõe o não acesso a direitos civis “que protegem o cidadão contra as arbitrariedades do Estado e de outras pessoas – o direito de ir e vir, a inviolabilidade do domicílio, a liberdade de expressão” (*idem.*, 2002, p.6); direitos políticos “que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade, os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos, etc.” (*ibidem.*, 2002, p.6) e os direitos sociais que abarcam o “acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social – o direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice, e assim por diante” (*ibidem.*, 2002, p.6).

É importante destacar que as análises sobre a exclusão social enfatizam que apesar da modernização conservadora verificada nas últimas décadas no Brasil, milhões de pessoas foram excluídas de seus benefícios, posto que processos de mudança social, econômica e política geraram segmentos marginalizados, como foi o caso de pequenos produtores rurais familiares durante a modernização da agricultura em meados do século XX. Tais processos também podem gerar uma inclusão limitada ou precária, termos aplicados a momentos de crises quando, por exemplo, “empregos são mantidos, mas não os benefícios sociais” (REIS; SCHWARTZMAN, 2002, p.2). Portanto, os processos de inclusão/exclusão são históricos e dinâmicos, ora produzidos por mudanças socioeconômicas bruscas, ora como resultados a longo prazo de processos políticos, sociais e culturais.

A exclusão social das mulheres no país e a invisibilidade do seu trabalho também têm sido tema de diversas contribuições acadêmicas, interpretadas como oriundas de longos processos de construção e herança histórica patriarcal. Como alertado por Azevedo (2012, p.34

apud CONTE; FERNANDES, 2010, p.89), “a naturalização da inferioridade feminina foi construída culturalmente e trouxe como consequência o fato de as diferenças passarem a ser vistas como defeitos das mulheres, fortalecendo, assim, a perpetuação das desigualdades entre sexos”. A autora estabelece um panorama para se compreender como as mulheres brasileiras tornaram-se vulneráveis no processo histórico de exclusão social, a saber:

A vida em sociedade no Brasil traz até os tempos atuais as marcas do legado patriarcal e da ética católica, fatores que corroboraram para o enraizamento da discriminação contra as mulheres e prejuízos que as vitimizam. Tais prejuízos abarcam restrições na vida social das mulheres, nas esferas pública e privada; no mundo do trabalho; no âmbito dos direitos políticos e trabalhistas; no direito à propriedade; na escolarização; na saúde e outros, enfim, direitos constitutivos para a construção da cidadania e da emancipação das mulheres (AZEVEDO, 2012, p.49).

Essa condição de invisibilidade do trabalho feminino decorre da formação histórica do Brasil, norteadada pelo patriarcalismo o qual estabeleceu condições díspares entre homens e mulheres (AZEVEDO, 2012). A colonização do país reproduziu e fortaleceu a criação de papéis hierárquicos dos quais, majoritariamente, deixaram as mulheres alijadas das decisões que não fossem tidas como da casa e seu entorno (*idem.*, 2012), provocando (e provoca) desigualdades nos processos sociais, econômicos, políticos, culturais e simbólicos (DAL POZZO; FURINI, 2010). Tedeschi (2014, p.29), oportuniza entender este cenário ao estabelecer que:

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino, estas ligadas aos afazeres domésticos.

Aproximando-se do objeto empírico desta pesquisa, Neves (2014, p.25) considera que as análises que referenciam mulheres rurais e trabalho são recentes e “um objeto de estudo analiticamente ainda mal definido”, pois “a tradicional colaboração das mulheres neste domínio é do trabalho agrícola, ou ainda na divisão de trabalho inerente a unidades comerciais de clientela restrita e agregada por princípios de proximidade vicinal” (*idem.*, 2014, p.25). Essa participação, na agricultura e mesmo em pequenos comércios, é vista como ajuda e permite perceber as barreiras entre definir o que é atividade do lar e o que compete à prática mercantil das mulheres, haja vista que “nem sempre são assim percebidas ou explicitadas [...], porque estão duplamente voltadas para atender ao autoconsumo da família e produzir rendimento” (*ibidem.*, 2014, p.27). Ou seja, “nessa concepção o trabalho feminino (doméstico = privado)

passa a ser entendido como labor da/na casa, a serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da ‘natureza’, como não-produtivo” (TEDESCHI, 2014, p.28).

Essa dupla posição é apontada, assim, como limitador da visibilidade da atuação feminina, pois não se diferencia o que é econômico do que é doméstico (DAJUI, 2006). Do mesmo modo, entende-se que no espaço rural, as diferenças do trabalho masculino e feminino evidenciam uma das formas de exclusão, visto que competem ao homem atividades que são realizadas fora do lar e de cunho monetário – e à mulher, ainda que exerça a mesma função, a complementação das atividades domésticas e agrícolas sem remuneração.

Além disso, tratar o labor feminino como tão-só ajuda escamoteia numa sobrecarga de trabalho e acúmulo de responsabilidades sobre o que pertence à casa e ao econômico, as deixando na condição de invisibilidade sobre aquilo que exercem. Referindo-se especificamente à situação das mulheres no período nacional conhecido como êxodo rural (saída massiva da população rural para as cidades recém industrializadas) Carneiro (1994, p.15), aponta que “entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%”.

Esse período, marcado pela migração maciça dos homens aos centros urbanos a busca de trabalho resultou no fato de que as mulheres assumissem a chefia da propriedade, sendo apenas um dos exemplos da invisibilidade histórica sobre o trabalho feminino no campo numa época ainda pouco investigada. Posto isto, as mulheres rurais já assumindo papéis tidos como femininos precisaram, também, exercer aqueles referenciados como masculinos, mas sem a mesma relevância que atribuída ao homem.

Brumer (2004), por sua vez, demonstra que uma das faces da exclusão se evidencia nas mulheres rurais por justamente serem vinculadas num plano secundário de atividades financeiras; bancárias; recebimento de heranças; capacitações educacionais ou em atividades correlacionadas, limitando sua atuação se comparada à mulher cidadina. Defendendo essa visão, Azevedo (2012, p.11) alerta que é “o desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais favorece e fortalece o predomínio de mulheres entre os pobres.”

O trabalho da mulher rural, quando tido como ajuda, ainda pode limitar sua compreensão e atuação nos espaços públicos e na arena política. Uma evidência considerável de exclusão da mulher, seja no espaço público ou privado, emerge quando “sofre provação e nem sequer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa” (SEN, 2004, p.224). Equivale dizer que suas ações são cerceadas sem mesmo notarem, mas inversamente, essa situação pode ser alterada ao terem voz ativa advinda de uma atividade profissional, de

representação em movimentos sociais e instituições que lhes defendam, bem como na gerência dos recursos (alimentares, de cuidados ou econômicos) da sua família. Mais ainda “a posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral” (SEN, 2004, p.234).

Analisando as recentes lutas sociais organizadas pelas mulheres rurais, Paulilo (2016) explicita a importância de se conhecer a real situação do contingente feminino afim de perceber como as diferentes condições de vida levam as mulheres a aceitarem (ou não) situações de dominância e subalternidade. Por vezes, não são conscientes da desigualdade “pois elas próprias veem naturalmente suas atividades ligadas à esfera doméstica – reprodutiva, ainda que tenham uma carga de trabalho excessivamente intensa e cansativa” (COSTA; NUNES, 2014, p.4).

Paulilo (2016) enfatiza que as principais conquistas recentes para as mulheres rurais advêm do acesso a alguma forma de renda própria, da participação nas decisões da propriedade, da caracterização do seu trabalho como “agricultoras” e não “do lar”. Assim, em suas variadas formas de manifestações sociais e políticas, verifica-se que uma das suas bandeiras políticas se atém a modificar as representações sociais sobre sua condição, tendo assim identidade de trabalhadoras.

É de valia ressaltar que a participação das mulheres em movimentos sociais, notadamente a partir da década de 1980, teve seu destaque “tanto por conflitos diretos quanto pela busca de novas estratégias e caminhos para reprodução social” (CARNEIRO, 1994, p.13). A preocupação desses movimentos perpassa não apenas a conquista de um emprego e geração de renda, mas também a participação feminina em sindicatos e associações, dando-lhes identidade coletiva, com ênfase no reconhecimento e *status* social propiciado pelo trabalho (idem., 1994).

Dessa forma, manifestações que defendam essa pauta têm como norte a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres como trabalhadoras. O Movimento das Mulheres Camponesas, por exemplo:

se destaca pela sua atuação em âmbito nacional desde 2004, até os tempos atuais, com relevância no campo das reivindicações. Ele teve suas origens na Organização das Mulheres da Roça, em 1983, no Rio Grande do Sul, em lutas organizadas em favor das mulheres agricultoras e, “no combate das concepções de que o campo é um lugar inferior, e por consequência, os sujeitos deste universo, também são estereotipados(as)” (AZEVEDO, 2012, p.45 *apud* CONTE e FERNANDES, 2010, p.82).

Manifestações na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul, conhecidas por “Movimento das Margaridas” também foram destaque nas lutas das mulheres, uma vez que propunham uma identidade coletiva a todas, a partir do reconhecimento da sua atividade e o novo *status* que a representassem: trabalhadoras rurais assalariadas (CARNEIRO, 1994). Outra conquista das mulheres rurais adveio no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (IV Contag) com a aprovação “de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar – um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina” (ibidem., 1994, p.13). Neste bojo, Costa e Nunes (2014, p.8) ressaltam que:

A reforma da agenda das políticas públicas com enfoque no gênero mostra-se importante, pois a desigualdade social existente entre os homens e as mulheres traz inúmeras consequências maléficas, tal como a pauperização das mulheres ou a feminização da pobreza, que significa, de forma simplista, que as mulheres são a maioria entre os pobres ou que sua renda não acompanha a dos homens, razão pela qual, os movimentos sociais passaram a defender a proposta de que as políticas públicas sociais e de combate à pobreza tenham como público alvo prioritário as mulheres.

Ações como o “Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, vinculado ao MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário” (COSTA; NUNES, 2014, p.10 *apud* HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18), o Pronaf Mulher; a “portaria nº. 981/2003 como política pública de gênero voltada ao acesso das mulheres à terra” (idem., 2014, p.10), dentre outros, demonstram alguns avanços legais e institucionais que esse segmento obteve no sentido da inclusão social, dispositivos esses advindos sobretudo de agendas e pressões internacionais (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016).

Destacado também por Costa e Nunes (2014, p.11), o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural teve como objetivo a emissão de documentos que a identificassem para possibilitar o acesso aos serviços governamentais, haja vista que “tal programa foi motivado em virtude de dados do IBGE, segundo os quais ‘40% da população rural brasileira não possuem documentos’, sendo que desse número 60% são mulheres”. A ausência desses documentos é o maior limitador de acesso às mulheres a políticas públicas que são instituídas para sua inserção, emancipação social e reconhecimento do *status* de trabalhadora (CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004; PACHECO, 2009; AZEVEDO, 2012; COSTA; NUNES, 2014).

A nível nacional, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, trouxe também atenção especial às mulheres trabalhadoras rurais por justamente reconhecer os mesmos direitos que dos homens, entre eles a aposentadoria rural (COSTA; NUNES, 2014; BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016). Esta ação trouxe, dentre outros benefícios, a diminuição da “aposentadoria rural por idade para 55 anos no caso das mulheres e 60 anos no caso dos homens” (COSTA; NUNES, 2014, p.12).

Neste bojo lutas, reivindicações, avanços e retrocessos, nota-se que as identidades das mulheres rurais se vinculam a dois fatores: “o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica – que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural” (CARNEIRO, 1994, p.14). Entende-se, pois, que para a construção de sua identidade, existem fatores objetivos -advindos da condição social e econômica de cada mulher-; ideológicos -propostos pelas relações de gênero instituídas- e subjetivos -que resultam das percepções de ganho ou perda de cidadania- (AZEVEDO, 2012).

Apesar dos avanços nos dispositivos legais e institucionais, não se pode afirmar que tais conquistas estão disponíveis a todas as mulheres rurais. Assim, além dos aspectos objetivos e mensuráveis das políticas de inclusão (renda; escolaridade; assistência previdenciária; acesso a bens e serviços, dentre outros), há os aspectos subjetivos ligados ao acesso a essas políticas, à mudança de *status* e reconhecimento social do trabalho, à autonomia e participação social que permitem questionar aspectos positivos e negativos das conquistas, impasses e desafios recentes. É nesse debate que a dissertação se situa.

Problema da pesquisa

As possibilidades da cidadania rural participativa onde o cidadão rural integre o processo de formação de sua identidade profissional têm tido destaque no palco acadêmico, principalmente quando se analisam a condição de profissionalização e geração de trabalho, emprego e renda, acesso a direitos sociais e criação de espaços associativos, advindos da inserção de homens, mulheres e jovens nos múltiplos segmentos de mercado que caracterizam o rural na contemporaneidade (GEHLEN, 2004). São constatadas mutações no ambiente rural, pois embora a agricultura familiar seja interpretada como *modus vivendi*, atualmente há a necessidade de construção de novas referências identitárias, haja vista que estabelece conexões mercantis com contextos locais, nacionais e internacionais, indo para além de uma produção de autoconsumo (idem., 2004).

Ademais, como ressaltam bibliografias recentes, ao final dos anos 1990, várias mudanças chamaram a atenção dos pesquisadores neste assunto, como o crescimento das

atividades não agrícolas no espaço rural e a queda da emigração rural, o que levou alguns pesquisadores brasileiros a constatar que “o êxodo continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural” (DEL GROSSI *et al*, 2001, p.1). Um segundo aspecto dessas mudanças foi a expansão de redes de infraestrutura e comunicação (estradas, energia elétrica, telefonia e tecnologias da informação) que produziu a aproximação mais acentuada do campo em relação à cidade, resultando em novas formas de representar os estilos de vida urbano e rural e a possibilidade de demandar igualdade de direitos e de oportunidades (STROPASOLAS, 2007; KAGEYAMA, 2008).

Um terceiro aspecto refere-se ao fato de que além da reprodução das atividades agropecuárias que garantam a segurança alimentar, a sociedade passou a demandar do espaço rural outras funções, como a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas; “a produção agroecológica; a agroindustrialização; o desenvolvimento de alternativas bioenergéticas e a incorporação de atividades e de espaços para turismo, esporte e lazer” (STROPASOLAS, 2007, p.3).

Essa multifuncionalidade abriu espaço e oportunidades para novas atividades econômicas e profissionais (que antes eram predominantemente urbanas), podendo-se inverter ou minimizar, em algumas regiões rurais dinamizadas, o papel de expulsora de população e mão de obra e retirar do espaço rural seu valor estritamente agrícola. Nesse cenário, a emergência de postos de trabalhos não agrícolas vem se tornando uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias, proporcionando novas formas de inserção laboral, principalmente às mulheres e aos jovens rurais (DAJUI, 2006; NEVES, 2014; PAULILO, 2016).

As mudanças sociais, econômicas e políticas no rural favorecem alterações nos “aspectos ocupacionais dos integrantes da unidade de produção familiar” (DAJUI, 2006, p.20), especialmente para as mulheres, ampliando as alternativas que antes estavam restritas às atividades do doméstico e do seu entorno (DAJUI, 2006; AZEVEDO, 2012; TEDESCHI, 2014). Desta maneira, quaisquer ações vinculadas ao lar podem não ser mais consideradas como “obrigatoriedade” e ao atuarem em atividades que gerem renda própria, as mulheres rurais assumem a negação da ótica de “ajuda” e não “trabalho” (DAJUI, 2006, AZEVEDO, 2012; NEVES, 2014; TEDESCHI, 2014).

O fortalecimento feminino nas atividades profissionais oportuniza sensação de reconhecimento e pertencimento ao espaço onde vivem e convivem que, *a posteriori*, beneficia a valorização de sua identidade cultural e coletiva, visto que é através do trabalho que se resgata a memória local e as mudanças que estes atores experimentam com as transformações das

sociedades modernas (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005). Nisto, Pochmann (2002, p.161-162), faz referência que:

Neste início do século XXI, a constituição de um novo referencial metodológico voltado para a formação cidadã, a capacitação ocupacional e aprendizagem em atividades coletivas na comunidade, em consonância com as mudanças em curso do padrão de desenvolvimento socioeconômico, representa um enorme desafio.

A necessidade de uma identidade profissional é apresentada por Dajui (2006, p.17), como essencial para se “categorizar os novos significados materiais e simbólicos que desenvolvem os sujeitos sociais nas sociedades modernas”. É por meio dela que os indivíduos se tornam reconhecidos nas diversas esferas (social, política e econômica) conferindo, conjuntamente, o *status* social “frente à sociedade global, o qual lhes afirma uma nova cidadania social e econômica” (DAJUI, 2006, p.17). Como visto anteriormente, a Constituição Federal de 1988 voltou sua atenção às mulheres que, em sua maioria, não possuem qualificação profissional e são excluídas dos espaços públicos (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016). Entende-se também que o reconhecimento dos movimentos e lutas das mulheres rurais diante de uma exclusão historicamente construída é o que, de fato, corrobora no “reconhecimento de seu estatuto profissional, mas esbarra ainda nos valores culturais que definem o gênero feminino” (CARNEIRO, 1994, p.21).

Assim, mesmo com tais avanços jurídicos-institucionais, abertura de espaços de coletivos de mulheres nos movimentos sociais rurais e sindicatos, criação de organizações não governamentais e cooperativas de mulheres, Costa e Nunes (2014, p.12) advertem que ainda há uma dificuldade por parte das mulheres rurais de participar de ações corriqueiras no espaço público, como por exemplo, recebimentos previdenciários para a mulher que usa documentos de seu cônjuge, de modo que “a situação se complica nos casos de separação/divórcio, pois o homem, titular dos documentos, os sonega à mulher, não permitindo que ela faça uso dos mesmos para requerimento de sua aposentadoria”. Por isso, a necessidade de resguardá-las documentalmente, pois só assim elas terão acesso a uma remuneração que, na maioria dos casos, nunca lhes foi concedida (BRUMER, 2004).

Vale rememorar que a mulher rural, em contraste com a cidadina, teve alguns de seus direitos sociais e trabalhistas assegurados tardiamente, como a aposentadoria e os cuidados de saúde. Dessa forma, a exclusão que afeta a mulher rural “não se refere primordialmente à privação material, mas ao acesso e ao uso de um conjunto de serviços e participação societal” (GUERRA, 2012, p.92). Inversamente, verifica-se que a mulher urbana frente à rural, detém

maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, sobretudo, na esfera de seus direitos sociais, de se sentir mais assegurada nos processos legais e nas instituições que a representam (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016). Esse cenário é evidenciado quando Azevedo (2012, p.34) adverte que contrária às mulheres urbanas:

[...] a invisibilidade do trabalho delas é fortalecida, prejudicando o contato com o mundo exterior (extensionistas, bancos, sindicatos), pois os homens consideravam as mulheres inaptas para esse trabalho, relegando a elas atividades relacionadas à limpeza da terra, colheita, seleção e embalagem dos produtos, o processamento dos produtos agrícolas, dentre outros, além de responderem por todo trabalho doméstico, podendo contar, às vezes, com auxílio das filhas.

Assim, persistem costumes, valores culturais e imaginários com essência patriarcal que “restringem a ação das mulheres rurais, que ainda trabalham no campo sem remuneração, não expressam suas opiniões nas reuniões das associações e espaços públicos” (TEDESCHI, 2014, p.25). Como relembra o autor (idem., 2014, p.26), amparando-se nos estudos de Joan W. Scott, “o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante” limita e inferioriza sua atuação conjunta na sociedade e as representações que se estabelecem por justamente ofuscarem a concepção de que compete ao homem prover o lar financeiramente e responder ao que é externo do espaço doméstico.

Nesta ótica, Tedeschi (2014, p.92), conclui que “a construção de um espaço interno, fechado, vigiado, no qual se coloca a mulher, em contraposição a um espaço aberto, externo, no qual o homem se coloca livremente, estabelece um conflito entre as duas atividades econômicas fundamentais: a produção, tarefa do homem, e a conservação, tipicamente feminina”.

A análise realizada por Azevedo (2012) demonstra que mesmo alcançado algumas conquistas as mulheres, excluídas do espaço público e político do cenário nacional desde sua estruturação, necessitam manter-se continuamente organizadas de maneira que possam garantir a consolidação das ações políticas, moldando-as ou não em direitos que são de seu interesse. Carneiro (1994), em concordância, também considera que os avanços das mulheres rurais somente são de fato reconhecidos como direitos quando atendem essencialmente: **i.** reivindicações relacionadas à condição socioeconômica (direcionados a sua realidade de obtenção de renda e acesso a bens de consumo e serviços) e **ii.** reivindicações pela cidadania (direito ao trabalho socialmente reconhecido e ao que a ele se relaciona).

As lutas das mulheres rurais pelo reconhecimento do trabalho como agricultoras foi um passo importante no debate de outros direitos sociais e representou um marco na esfera da participação política. No entanto, dadas as transformações contemporâneas verificadas no espaço rural, retirando dele sua função estritamente agrícola, é válido questionar como outras atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais são (ou não) socialmente reconhecidas e como a atuação nessas atividades pode significar acesso aos direitos que resultam na inclusão social e na cidadania (REIS; SCHWARTZMAN, 2002).

A venda de produtos agropecuários em feiras livres, como analisado nesta pesquisa, tem sido recentemente interpretada por alguns autores uma das novas atividades chefiadas por mulheres rurais “cuja realização profissional depende do trabalho familiar desenvolvido no campo” (NEVES, 2014, p.32). Considera-se que o fomento dessa atividade promove atração mútua de incentivo para outras mulheres participarem (DAJUI, 2006; PAULILO, 2016). Ademais, conforme Menasche (2004), a participação de mulheres nas feiras livres transmite maior confiança ao consumidor de que os alimentos são “saudáveis”, uma vez que pressupõe passar por cuidados femininos.

Com base nessas considerações, e tomando-se como objeto empírico as mulheres feirantes de Barbacena –MG, propõe-se como questão de pesquisa: *quais os significados que as mulheres feirantes atribuem a sua atividade profissional e como essa atividade indica mudanças emancipatórias de acesso a direitos e inclusão social?*

Justificativa da pesquisa

A importância dessa pesquisa, inicialmente, emerge da necessidade de mudanças em prol das mulheres das comunidades rurais e semiurbanas de Barbacena-MG, uma vez que o município, em tempos atuais, se apresenta tradicionalista com políticas coronelísticas, circunscrito num tecido social com poder centrado em famílias centenárias (AZEVEDO, 2012; BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016). Mais ainda, busca-se contribuir com os estudos que problematizam o trabalho feminino rural e as múltiplas formas de exclusão (LEAL, 2004; LOPES, 2006; FICHTNER, 2017; PAULILO, 2016; GUERRA, 2012), somando-se um aporte empírico de uma localidade e de protagonistas femininas pouco investigadas e, portanto, ainda invisibilizadas.

Em segundo lugar, a pesquisa se conecta à preservação das tradições e culturas rurais locais, favorecendo que divulguem seus saberes no campo do artesanato e bens de origem agropecuária, como produção de verduras e legumes em geral; de doces; biscoitos; compotas; além dos queijos artesanais, dando à produção da região um caráter diferenciado. Tal fato

fortalece a participação e incentivo feminino em atividades mercantis, tanto em feiras-livres, como nos demais estabelecimentos comerciais (DAJUI, 2006; PAULILO, 2016).

A terceira justificativa relaciona-se com a construção teórica da Linha de Pesquisa *Cultura, Políticas Públicas e Comunicação* do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (PPGER-UFV) que enfatiza (PROGRAMA, 2019):

[...] trabalhos que tenham como mote as transformações na identidade rural, decorrentes dos contatos interculturais, da interação com o espaço e os modos de vida, da ação do Estado e da globalização cultural. [...] privilegiando a relação entre comunicação, cultura, política e democracia nas complexas sociedades contemporâneas.

Mais ainda, propõe-se a multidisciplinaridade das demais áreas do saber, visto que a prática de Extensão Rural se “fundamenta teórica e metodologicamente em diversas subáreas das chamadas ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, e aplica estes conhecimentos, no âmbito das ciências agrárias” (DOULA; SOUZA, 2006, p.282), dando ênfase a “estudos sobre quem é, o que pensa e como vive o homem do meio rural” (UFV-CCA, 200-, p.11). Esta análise, através dos seus resultados, pode trazer aos extensionistas rurais possibilidades de intervenção que vão além do espaço econômico, permeando o simbólico e as representações dadas pelas mulheres quando atuam nas feiras livres.

Finalmente, este tipo de pesquisa pretende cooperar no desenvolvimento científico contemporâneo referente ao tema elencado, ora que as academias são espaços de criação e transmissão de saberes, do conhecimento e da inovação e propulsoras do desenvolvimento social, econômico, político, científico e cultural de qualquer sociedade a qual pertence (CABRAL *et al*, 2011).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar, a partir da participação nas feiras locais, como as mulheres feirantes de Barbacena -MG representam a atividade profissional e suas consequências para o acesso a direitos e inclusão sociais.

Objetivos Específicos

Especificamente, almejou-se:

- I- Investigar, historicamente, a criação e o desenvolvimento das feiras-livres do município de Barbacena -MG;

- II- Analisar, através de seus discursos, como as mulheres conjugam atividades do seu cotidiano com o trabalho na feira;
- III- Identificar mudanças positivas e negativas na vida das feirantes após a inserção no trabalho na feira (obtenção de renda, sobrecarga de trabalho, direitos trabalhistas, dentre outros);
- IV- Identificar a participação política das mulheres feirantes em sindicatos, associações, cooperativas e outras formas organizativas da sociedade civil;
- V- Identificar como é aprendido o trabalho na feira;
- VI- Verificar ações de profissionalização e políticas públicas para feirantes no município;
- VII- Identificar a origem dos produtos comercializados pelas mulheres na feira e se as feirantes são também produtoras dos itens que vendem.

Metodologia

Metodologicamente qualitativo, subdivide-se nas etapas de pesquisa bibliográfica, documental, de campo e análise de dados. Na pesquisa de campo, utilizou-se como procedimentos de coleta de dados questionários semiestruturados (presenciais ou *on-line* a depender da escolha da respondente, em virtude da obrigatoriedade de distanciamento social exigido pela pandemia do Covid-19), com anotações em papel e gravação em áudio, aliado ao recebimento de fotografias por parte das informantes, mas também do registro fotográfico em campo possibilitado em período anterior à Covid-19. Neste universo, foram pesquisadas 20 mulheres feirantes e a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena -MG (SINTER) no primeiro semestre de 2021.

O percurso metodológico é descrito detalhadamente no Capítulo V desta dissertação. A análise dos dados, por sua vez, foi ancorada nas categorias analíticas dispostas nos Capítulos II, III, e IV caracterizando-se a pesquisa como descritiva e interpretativa. Nos resultados, caracterizou-se quais fatores são interpretados pelas protagonistas como ferramentas de inclusão/exclusão social através das suas perspectivas sobre o que é atuar na feira livre. Além disso, buscou-se analisar as representações sociais construídas nas relações de produção, comercialização e consumo nesse espaço.

CAPÍTULO I: A FEIRA LIVRE DE BARBACENA – MG

Este capítulo, de caráter histórico e baseado em pesquisa bibliográfica e documental, trata de aspectos da formação do estado de Minas Gerais e da constituição administrativa, política e socioeconômica do município de Barbacena, *locus* empírico da pesquisa. Alguns autores tiveram destaque, dentre eles: Claude-Henri Gorceix* com *Lo Stato di Minas Geraes* (1891); Leon Renault e sua *Chorografia do Município de Barbacena* (1908); Brandão (2019); Oliveira (2020) e também veículos de informação como: Prefeitura Municipal de Barbacena (1958; 2017); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017b), jornal *A Folha* (1894; 1894b); Governo de Minas Gerais (200-), dentre outros. A utilização de imagens fotográficas dos autores que ilustrassem o município próximo de sua fundação também tem destaque no capítulo.

Num segundo momento é destacada a relevância do município no estado mineiro, bem como com a feira livre de Barbacena –MG. O mapeamento histórico para esta seção, por sua vez, foi realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Casa da Cultura de Barbacena –MG representada pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura (SEDEC). A atividade, por sua vez, ocorreu entre os meses de março a dezembro de 2020.

1.1. Descrição do município: da sua origem histórica à organização administrativa

Antes de adentrar ao tema é de relevância perceber o cenário e fundação do estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, o destaque que Barbacena recebeu neste contexto histórico. A região que hoje é denominada como Minas Gerais teve seu início de desbravamento no século XVI por bandeirantes paulistas que adentravam o país na busca de pedras e metais preciosas como ouro, diamantes, prata, dentre outras (MINAS GERAIS, 200-). Nisto, “em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais” (ibid., 200-, s.p.). Groceix (1891, s.p.), comenta** que “nel 1815 la Capitania di Minas Geraes fu elevata a Provincia durante il regno di Don João VI di Braganza continuando Villa Rica como capitale della Provincia¹”. Assim, Minas Gerais, manteve

* É de importância ressaltar que neste capítulo a obra de Claude-Henry Gorceix (fundador da Escola de Minas de Ouro Preto – atual Universidade Federal de Ouro Preto) na caracterização de Minas Gerais teve amplo destaque pois, realizada consulta no Acervo Público Mineiro, encontrou-se que o referido autor foi convidado pela instituição para elaborar um panorama da região, sendo testemunha ocular. Outros trabalhos históricos encontrados fazem constante citação direta (ou indireta) ao autor.

**Em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), norma NBR 10520, as traduções de citação ocorrerão como notas de fim a cada capítulo da dissertação prosseguidos de sua página e numeração, utilizada a expressão “tradução nossa”, em tabela.

vínculos com a Coroa portuguesa até 1889 quando se viu integrando “uno Stato della Repubblica Federativa²” (idem., 1891, s.p.).

Sendo um espaço de vegetação e fauna abundante, a província era de interesse para extração e proteção para resguardar os bens que nela havia. Prova disto é que “no início do século XVIII, a região tornou-se um importante centro econômico da colônia, com rápido povoamento” (MINAS GERAIS, 200-, s.p.). Considerado, então, fonte de riquezas e de importância para a Colônia Portuguesa, o território mineiro teve destaque no final do século XVII, durante todo o século XVIII e parte do XIX (GROCEIX, 1981). Como se pode notar:

A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX e logo se transformou na principal atividade da província e no agente indutor do povoamento e desenvolvimento da infra-estrutura [SIC] de transportes. A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal após a Proclamação da República. As indústrias daí originárias eram de pequeno e médio portes, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais (MINAS GERAIS, 200-, s.p.).

Minas Gerais, desse modo, foi um dos lugares que mais teve progresso pós processo de Independência do Brasil (datado de 1822), resultado de um adensamento populacional massivo a busca de pedrarias –especialmente ouro e prata– (MINAS GERAIS, 200-). Com este fenômeno, a chegada de tecnologias tidas como avançadas para a época tivera ênfase e, dentre elas Groceix (1891, s.p.) destaca:

Fu introdotto il telegrafo, le vie ferrate, le macchine moderne, la elettricità, si aprirono le sccole, le biblioteche, le Accademie, i Banchi, le fabbriche, si adottò il sistema legislativo, l'istruzione obbligatoria, il suffragio universale, la libertà dei culti; si migliorarono le industrie agricole, estrattive e manifatturiere; ebbe inizio la colonizzazione europea, ecc., ecc.³.

Nisto, é observada a relevância do estado ao receber um aporte tecnológico que por vezes não se encontrava noutras localidades. Rico de minério e de solo favorável a distintas culturas, Minas Gerais “deve il suo nome alle sue miniere sparse nel seno delle sue montagne, ed grazie alla loro esplorazione⁴” (GROCEIX, 1891, s.p.) por vezes é tido como referência ora que “possiede un suolo fertilissimo e adatto alle culture le più variate, è ancora per le sue risorse minerali che si rende in particolar modo rimarchevole e che attirò in tutti i tempi [...] al progresso e alla cultura⁵” (ibidem., 1891, s.p.). A presença de Minas Gerais durante a República

se tornava próspera e coesa, haja vista que as relações instituídas entre o país e o estado eram, majoritariamente, em seu favor. Como é percebido:

Minas, como si è detto, prende il primo posto per la sua popolazione, fra gli Stati Uniti del Brasile, e, il confronto delle cifre sopra esposte, denota che la sua popolazione aumenta rapidamente. Del resto lo spirito pubblico e le amministrazioni hanno spiegato tutta la loro attività alla soluzione del problema fondamentale per il paese, quello del popolamento del suolo. Per tale soluzione vi ha una armonia perfetta di vista e di azione fra il Governo dell'Unione e quello dello Stato, che, oltre alla propria compagnie delle Stadi Ferratê e delle altre associazioni (GROCEIX, 1891, p.7)⁶.

Recebia, Minas Gerais, um fluxo intenso de imigrantes que atuavam nos segmentos de minério e plantio (atividades majoritariamente tidas como carros-chefes do estado). A partir deste fenômeno criaram-se agrupamentos populacionais que se dedicavam à extração mineral, à agricultura, à venda de produtos e hospedarias. Neste cenário, destacam-se como locais de concentração habitacional Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto, Barbacena e Uberaba (GROCEIX, 1891). Nisto o movimento populacional no estado teve um salto conforme a tabela abaixo (TABELA 1):

Tabela 1 - Índice populacional de minas gerais (1776-1908)

ANO	POPULAÇÃO		ANO	POPULAÇÃO
1776	319.769		1852	1.000.000
1786	396.286		1872	2.102.689
1806	406.915		1882	2.760.000
1821	800.000		1890	3.184.000
1833	900.000		1908	4.500.000

Fonte: GROCEIX, 1891, p.7, adaptado.

A partir dos dados apresentados é notado o aumento considerável de indivíduos que migraram para Minas em resposta a um período de extração de minérios preciosos, de modernização tecnológica e de infraestrutura se comparado a outras regiões do país (GROCEIX, 1891; MINAS GERAIS, 200-). O incentivo à colonização estrangeira (sobretudo italiana, portuguesa e alemã) era massivamente disseminado na busca de melhora dos adensamentos populacionais. Como ilustrado por Gorceix (1891, p.8) “I coloni germanici, che da quasi 50 anni si sono stabili a Juiz de Fora e Theophilo Ottoni, hanno contribuito non poco, con i loro discendenti, al progresso di quelle regioni⁷”. Dessa forma, Minas Gerais se via com grande fluxo migratório estrangeiro dos quais se tornavam por vezes responsáveis pelo

progresso e melhoria do local quase essencialmente com atuação na agricultura e trabalho em indústrias que se iniciavam.

Com o incentivo de colonização estrangeira e produção agrícola em Minas Gerais, Barbacena recebeu destaque frente a diversas localidades mineiras devido sua localização estratégica (pela proximidade da capital mineira, do Rio de Janeiro e São Paulo) e, especialmente, por sua participação em múltiplos processos administrativos, políticos e de revoluções a nível estadual e nacional. Fundada em 1698, a Vila de Barbacena (FIGURAS 1 e 2) teve por protagonista o Capitão Garcia Rodrigues Paes, abrindo “um caminho mais curto para a ligação entre o Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais” (PREFEITURA, 2017, s.p.) a fim de escoar a mineração. Assim (idem., 2017, s.p.):

Surgiu o primeiro núcleo colonial desta imensa região, no entroncamento dos Caminhos Velho e Novo, posteriormente, Estrada Real. Por este Caminho Novo não só passaram todas as riquezas do Ciclo do Ouro, como também vários episódios históricos, entre eles, a reação armada à invasão do Rio de Janeiro, pelo corsário francês Duguay-Trouin⁵, em 1771, a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira.

Figura 1- Vista parcial de Barbacena -MG



Fonte: GROCEIX, H. *Lo Stato di Minas Geraes*, 1891, s.p.

Figura 2- Vista parcial de Barbacena -MG



Fonte: GROCEIX, H. *Lo Stato di Minas Geraes*, 1891, s.p.

Destaca-se ainda (IBGEb, 2017, s.p.) que:

Os primeiros povoadores da região foram paulistas e portugueses, procedentes, na maioria, de Taubaté. Transpondo a Mantiqueira pela garganta do Embaú, desbravaram os sertões e estabeleceram-se no território, dedicando-se de início à mineração e, em seguida, à lavoura e criação de gado. Essa empresa foi iniciada pelo capitão Garcia Rodrigues Paes Leme, em 1698, e determinada com o auxílio de seu cunhado, o Coronel Domingos Rodrigues de Fonseca Leme, então já estabelecido na fazenda da Borba do Campo.

Barbacena integrava um dos quinze grandes primeiros pontos de fixação demográfica após Minas Gerais se desvencilhar da Capitania Unida de São Paulo no ano de 1711 e tornar-se uma Capitania autônoma em 1720 (BARBACENA, 1958). O povoado, assim, demonstrava uma “rápida evolução que se verificava no território em que acabava de instaurar-se a atividade política, econômica e social” (idem., 1958, p.13). Em 1752, têm-se o “distrito criado, com a denominação de Barbacena, pelo Alvará de 16-01-1752 e pela Lei Estadual nº 2, de 14-09-1981 e 1753 foi autorizada a construção de casas” (IBGEb, 2017, s.p.). Nisto (PREFEITURAb, 2017, s.p.):

O arraial se expandiu à medida que pequenas casas comerciais se estabeleciam para atender os tropeiros que circulavam na Comarca do Rio das Mortes. Em 1791, com a exploração do ouro já em decadência, o então Arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campolide, foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Barbacena.

Sua importância no estado mineiro é percebida quando “La industria elettrica non è senza importanza a Minas. S’impiega già la elettricità per l’illuminazione a Bello Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto, Barbacena, S. João d’El Rey, Uberaba, ecc.⁸” (GROCEIX, 1891, p.41). Barbacena, frente a outras localidades que já eram estabelecidas, recebia energia elétrica para atividades fabris e de iluminação pública. Como mencionado por Renault (1908, p.33), o município, àquela época, o contava “com 1.000 casas, aproximadamente, a cidade tem 63 ruas, 18 praças, 35 beccos e travessas, 7 avenidas e 2 ladeiras, sendo toda illuminada a luz electricas.”

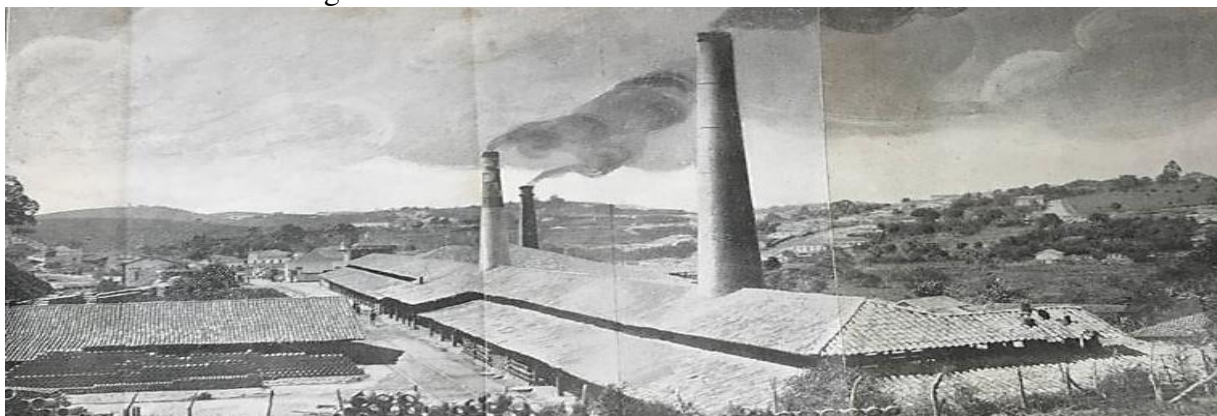
Outro aspecto que demonstra sua relevância no Estado é exibido quando a cidade se torna integrante da *all’Unione* (principal malha ferroviária no país com 1.253,622 km) aliado ao recebimento de linhas telefônicas. Segundo Groceix (1891), a linha férrea *all’Unione* configurou-se como a principal malha ferroviária que interconectava com outras menores para escoamento de produção e fluxo de passageiros (*ligava-se a La strada Leopoldina; la Oeste*

di Minas; la linea Minas e Rio; La Solidade; La Bahia e Minas⁹). Como é notado em sua obra (ibidem., 1891, p.47):

Non ci arresteremo che alle principali di queste linee. La prima che appartiene all'Unione, parte da Rio de Janeiro, entra nello Stato di Minas e, prendendo la direzione Nord, si dirige verso il S. Francisco. La via è di 1 m. 60 su 462 klm. sino a Lafayette e di 1 mt. in seguito. Le principali Città che si incontrano su questa linea sono : Juiz de Fóra; Barbacena, Queluz, Ouro Prero, Sabará, Curvello e Bello Horizonte¹⁰”.

Renault (1908) também faz referência à malha ferroviária *União e Industria*, a qual ligava Barbacena a Petrópolis, sede do palácio do Imperador D. Pedro II (atual Museu Imperial). Dessa forma, rico de minérios, solo favorável ao plantio de frutíferas e com uma grande indústria de cerâmica (FIGURA 3), de perfumaria, de doces e confeitarias, de seda, vinho e bebidas “Barbacena ha pur anche altre fonti di ricchezza¹¹” (GROCEIX, 1891, p.67) e com “altre specialità che formano l’industria nazionale¹²” (ibidem., 1891, p.67).

Figura 3- Fábrica de Cerâmica José Camilo & C.



Fonte: GROCEIX, H. Lo Stato di Minas Geraes, 1891, s.p.

Barbacena (FIGURAS 4 e 5, em página sucessora), dessa forma, foi tida como referência em múltiplas ações para outras localidades: em participações políticas, no atendimento aos cidadãos diagnosticados com transtornos mentais, no acervo acadêmico que era titular, nos recursos de energia, água, esgoto, telefonia e telégrafos que recebera e nos seus meios de comunicação (RENAULT, 1908). Nisto, Gorceix (1891, p.68) enfatiza:

Fra gli stabilimenti importante si notano : Varii fabbricati per la istruzione, stipendiati dallo Stato e dalla Camera Municipale. Il *Nosocomio* per gli alienati, istituzione Statuale, modernamente organizzato, obbedendo a tutte le regale igieniche, e situato in punto elevato e con padiglioni isolati. La *Santa Casa*, mantenuta da una Congregazione religiosa e abbondantemente sovvenzionata dalla Carità pubblica. In quanto all’arte architettónica, la Città possiede case di elegante costruzione e bellissime chiese di costruzione

moderna. E' illuminata a elettricittà ; ha un completo servizio di acqua e scoli, linee telegrafiche e telefoniche, e vie bem selciate. La Biblioteca Municipale è ricca di 10319 volumi di opere. La stampa è rappresentata dai seguenti periodici : la <<Cidade>>, la <<Folha>>, e il <<Sericultor>> quest' ultimo diretto dal connazionale Signor Amilcare Savassi che ne é il proprietario¹³.
[grifo autor]

Figura 4- Jardim Municipal de Barbacena -MG



Fonte: GROCEIX, H. Lo Stato di Minas Geraes, 1891, s.p.

Figura 5- Praça da Liberdade (Atual Praça Do Globo)



Fonte: GROCEIX, H. Lo Stato di Minas Geraes, 1891, s.p.

Proclamada a independência do Brasil, Barbacena integrou com mais quatorze “circunscrições municipais, que por, por ordem cronológica: Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Pitanguí, Tiradentes ([...] São José Del Rei), Minas Novas, Itapeçerica, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Campanha, Paracatu; São Sebastião do Paraíso e Baependi” (BARBACENA, 1958, p.13), como uma etapa importante do adensamento populacional mineiro.

A participação da cidade no cenário político de Minas Gerais e da Monarquia é notada quando (BARBACENA, 1958, p.136):

Em representação dirigida ao Príncipe Regente D. Pedro, a 11 de fevereiro de 1822, a vila de Barbacena foi proposta para Capital, sede da Monarquia portuguesa, então em crise, oferecendo-se os barbacenenses para lutar em defesa do Príncipe Regente, que nessa ocasião, havia recorrido aos mineiros. Mereceu Barbacena então o título de “nobre e muito leal”, conferido pelo primeiro Imperador, pelo Alvará de 17 de março de 1832.

Mais ainda (PREFEITURAb, 2017, s.p.)

Barbacena, por meio de sua câmara, foi a primeira vila de Minas Gerais a enviar representação a D. Pedro I, então regente, em favor do “Fico” (9 de janeiro de 1822), em 11 de fevereiro de 1822, dirigiu-se a Câmara de Barbacena ao príncipe regente numa representação em que se propunha para ser a sede da Monarquia portuguesa e se ofereciam os barbacenenses para descer “em massa” ao Rio de Janeiro para tomar armas em defesa do Príncipe.

Através dessas ações e pela “Lei provincial de 9 de março de 1840, Barbacena recebeu foros de cidade, juntamente com a Campanha da Princesa, Paracatu e Minas Novas. O Município de Barbacena, que a princípio confinava com a província do Rio de Janeiro, pertenceu à comarca do Rio das Mortes até 1833” (IBGE, 1958, p.136).

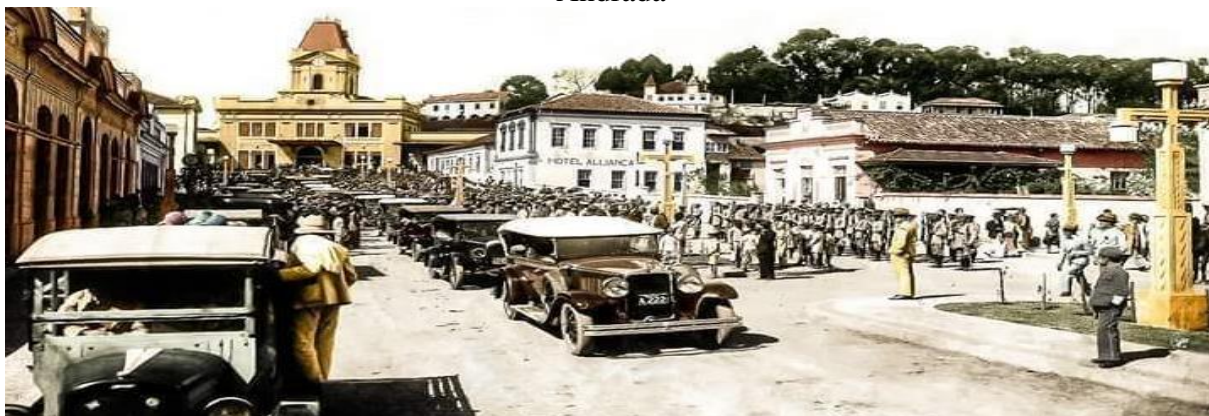
Assim, desde muito cedo “o município de Barbacena é, incontestavelmente, um dos mais importantes do Estado – pela extensão territorial, pelo seu commercio, riquezas naturaes e população” (RENAULT, 1908, p.11) e especialmente por sediar o primeiro distrito eleitoral mineiro e o segundo da nação (RENAULT, 1908). Nesse sentido, a importância da cidade era também registrada devido ao fluxo de passageiros (FIGURA 6) seja para outras cidades ou aqueles que fariam paragem/morada na cidade. Como presenças notórias, a cidade teve como visitante o presidente Getúlio Vargas (OLIVEIRA, 2020) com o presidente (governador) de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (FIGURA 7, em página sucessora).

Figura 6- Rua Getúlio Vargas- Estrada de Ferro Central do Brasil: Barbacena -MG - [19--]



Fonte: IBGE Cidades, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>>. Acesso em 30 dez. 2020.

Figura 7- Comitiva de Recepção ao Presidente Getúlio Vargas e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

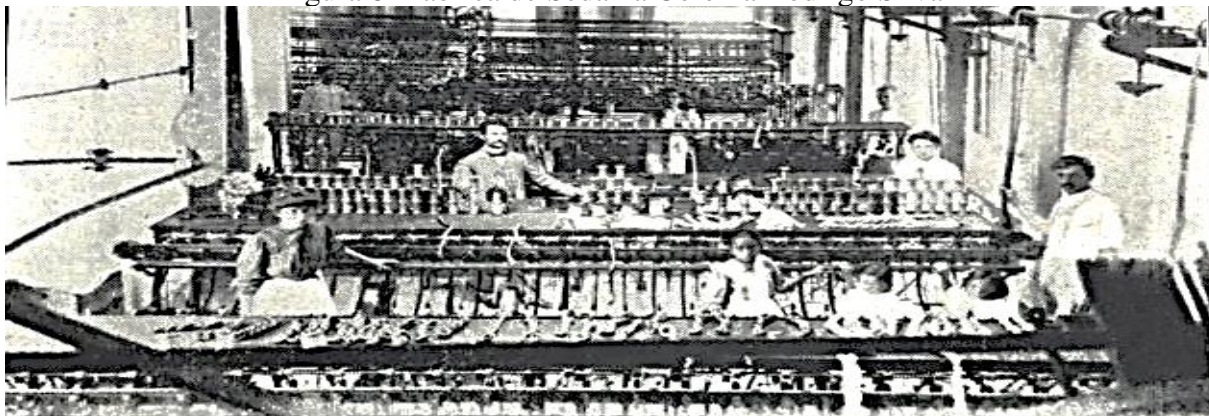


Fonte: Folha de Barbacena, 2020. Disponível em: <<https://folhadebarbacena.com.br/colunas/publicacao/estacao-ferroviaria-de-barbacena-08072020>>. Acesso em 30 dez. 2020.

Outro destaque histórico refere-se a seu distrito nomeado Colônia Rodrigo Silva (pertencente até os dias atuais). Em 1891, o núcleo colonial sob regência de Amilcar Savassi foi um grande local de adensamento populacional imigrante da cidade, sendo composto por “223 Brasiliani; 1210 Italiani; 8 Tedeschi; 13 Austriaci; 6 Portoghesi¹⁴” (GORCEIX, 1891, p.69). Como demonstrado por Gorceix (1891, p.70), a influência da Colônia tinha impacto nacional na melhora econômica ao perceber que “La fabbrica esistente per propaganda dell’ importante industria serica che va prendendo un incremento progressivo nel Paese¹⁵”.

Mais ainda, era produzida na região uma variedade de itens agropecuários como “pere, prugnas, *caquit*, mela cotogna, uva di tutte le qualità, *goiabas*, *jaboticabas*, ananasso e *abacaxi*, aranci, lime, limoni, ecc., ecc. Produce ancora: galine, uova, latte, animali vaccini, cavalli, mulli, pecore, e capre; – tegole, embrici, miele e bozzoli di seta¹⁶” (ibidem., 1891, p.70) [grifo autor] este último, tinha destaque nas propagandas feitas sobre a Colônia (FIGURA 8).

Figura 8- Fábrica de Seda na Colônia Rodrigo Silva



Fonte: GROCEIX, H. Lo Stato di Minas Geraes, 1891, p.36.

A produção de seda tornava-se um importante instrumento econômico barbacenense devido à alta demanda do produto no ramo têxtil, sobretudo nacionalmente. Dessa forma, a região teve seu destaque na *sericicultura*^a. O alto retorno financeiro que a atividade gerava era de interesse para a cidade e, de acordo com registros da época:

Recentemente, fu costruita una camera frigorifica munita di tutti gli accessori – l’única esistente nell’America del Sud – per la conservazione delle uova del baco della seta. Esiste pur anche nella colonia una sezione zootecnica con diversi animali di razza, destinati all’incrocio. Tale sezione è molto procurata dagli allevatori, e ha dato sempre ottimi risultati¹⁸ (GROCEIX, 1891, p.71) [grifo nosso].

Mais ainda, pode-se perceber a importância da fábrica de seda na Colônia Rodrigo Silva ao ler que:

Lo stabilimento, mantenido a spese dello Stato per la filatura e la tessitura della seta, sta funzionando con abbastanza regolarità. E’ annesso alla Colonia agricola *Rodrigo* Silva nel Municipio di Barbacena. Per dare sempre maggior incremento ala industria serica, che trovasi ancora nello state incipiente, la Direttoria dell’Agricoltura continua a comprare tutti i bozzoli prodotti nello Stato ad un prezzo variante dai 7\$500 ai 2\$000 per Klg¹⁹ (GORCEIX, 1891, p.71).

Entende-se, pois, a influência da cidade com o recebimento de um maquinário que sequer a capital federal detinha. Mais ainda, o interesse na área de zootecnia com o cruzamento de raças nomeadas puras também foi destacado em especial pelo retorno econômico que gerava. Nisto, tinha-se sediado em Barbacena o modelo de Colônia Agrícola^b, referência para diversas localidades no que aludisse à agropecuária.

^a Segundo Brandão (2019), os imigrantes, em sua maioria italianos, ocupavam a Colônia Rodrigo Silva “desde 1888, quando o governo imperial, prevendo o fim da escravidão dos povos africanos, buscava outra mão-de-obra para suprir o mercado interno, estimulando a imigração em massa para o Brasil. Da colônia italiana, surgiu a Estação Sericícola de Barbacena, que até a primeira metade do século XX, produzia seda natural e desenvolvia a técnica de manejo do bicho da seda e o cultivo das amoreiras. Coube à família Savassi, tendo à frente Amilcar Savassi (1876-1973) a implantação desse centro de pesquisa tecnológica e industrial, mantida pelo Ministério da Agricultura, que também não resistiu às disputas políticas e infundáveis mudanças administrativas na esfera federal de governo até sua total extinção”. Disponível em: Barbacena Online [on-line], **Um lugar à beira do Caminho Novo**, 2019. Disponível em: <<https://barbacenaonline.com.br/um-lugar-a-beira-do-caminho-novo/>>. Acesso em 31 dez. 2020.

^b Gorceix (1891), define Colônia Agrícola como os espaços promulgados por lei que geravam incentivo financeiro ao seu “colono” (proprietário), via Estado. Nela seriam debitados o preço da terra; assistência médica e de medicação para manutenção de si e sua família ao custo de 20% do montante levantado pago ao Estado. O autor (1891, p.83) descreve a Colônia Rodrigo Silva, a saber: “nel Circondario di Barbacena, area 3200 ettari divisi in 278 lotti, di quali 41 urbani e 237 rurali. Popolazioni 1460 anime. Case 230 delle quali 226 definitive, valore 406.886\$000¹⁷”.

Em síntese, a formação administrativa da cidade ocorreu com sua elevação à condição de vila pelo Alvará de 24 de fevereiro de 1823 e de cidade pela Lei Provincial nº 163 de 09 de março 1840 (IBGEb, 2017). O município teve atuação marcante na política nacional e escolha da capital mineira, quando (PREFEITURA, 2017, s.p.):

[...] De Oliveira Fortes, os Bias Fortes ascendem ao poder em Minas Gerais, com Chrispim Jacques Bias Fortes governando o estado a partir de 1894. Em seu governo, aconteceu a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Em Barbacena, o Senado Mineiro (equivalente atual à Assembleia Legislativa) se reuniu para deliberar pela construção da nova capital. Portanto, foi em Barbacena que nasceu Belo Horizonte.

Sua presença ativa na Revolução de 1930 foi percebida ao findar a República Velha e a política nomeada “Café com Leite” -revezamento dos estados de São Paulo e Minas Gerais no mandato presidencial-. Isto marcou um momento histórico local, que constituiu na separação “das duas principais lideranças políticas da cidade que passou a viver dividida. [...] A cidade conservadora e fervorosamente católica convive com mentes libertárias como a professora Maria Lacerda de Moura, pioneira do feminismo e do amor livre no Brasil” (PREFEITURA, 2017).

O setor agropecuário é datado como essencial para o município e seus municípes desde 1894, havendo a preocupação em levantar os estabelecimentos produtores da localidade, em especial “os estabelecimentos industriais, comerciais, e agrícolas deste Município [...] devendo declarar a importância, os nomes dos proprietários e local onde se ach situados os mesmos estabelecimentos” (A FOLHA, 1894, p.2), haja vista sua relação íntima com o fortalecimento da economia local.

O interesse em reconhecer estes espaços e sua diversidade é evidenciado na obra de Leon Renault (1908, p.27) ao comentar que “são os seguintes os productos cultivados no município, dos quais se faz regular a exportação: milho, arroz, feijão, café, mandioca (de que se fazem excellentes polvilho e farinha), fumo, canna de assucar, videira, batata”, bem como com a exportação de 479.000L de leite neste mesmo ano-referência. A atividade fabril também se fazia presente com indústrias de cerâmica (GORCEIX, 1891), laticínios, perfumaria, doces, cigarros e bebidas (RENAULT, 1908). Segundo o IBGEb (2017, s.p.) em dias atuais:

O município, com 788,001 quilômetros quadrados, ocupa o sítio de um antigo aldeamento de índios puris, na região conhecida como Campo das Vertentes e possui doze distritos desde 2014: Colônia Rodrigo Silva, Correia de Almeida, Costas da Mantiqueira, Faria, Padre Brito, Galego, Mantiqueira do Palmital, Senhora das Dores, Pinheiro Grosso, Ponte do Cosme, Ponte Chique

do Martelo e São Sebastião dos Torres. Apresenta população estimada em 2019 de 137.313 mil habitantes, sendo o 12º município com maior número na microrregião que pertence e o 853º no estado de Minas Gerais.

O setor de serviços apresenta destaque na cidade, tendo indústrias nos segmentos têxteis, de cimento e abrasivos. O agronegócio e a prestação de serviços, em especial na medicina clínica e de diagnóstico, também fortalecem a economia da região (PREFEITURA, 2017). Outro destaque da localidade se deve a sua grande produção de frutas e flores, resultado do seu clima majoritariamente ameno (ER, 2021). Conforme destacado no *site* da Prefeitura Municipal (PREFEITURA, 2017, s.p.), Barbacena passou a ser conhecida como Cidade das Rosas:

No avançar do Século XX, a força política vai sendo suplantada pelo poder econômico. Barbacena reflete esse momento histórico. Citada como clima perfeito para a floricultura e a fruticultura, em relatos de Saint Hilaire e Richard Francis Burton, os jardins e pomares de Barbacena ganham notas elogiosas. Porém, vai ser a partir das décadas de 60 e 70 que a atividade ganha impulso com maior escala de produção e exportação. Uma empresa multinacional assume o segmento, mas não se mantém por muito tempo no mercado. Os pequenos e médios produtores da cidade e distritos é que manterão o título de “Cidade das rosas”. No final dos anos 60, o Parque de Exposições Senador Bias Fortes passa a abrigar grandes feiras agropecuárias e a Festa das Rosas que ajuda a consolidar o título da cidade.

O município conta com 1.449 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1.187 são de produtores individuais***. Quanto ao sexo dos produtores é percebida a predominância masculina, haja vista que 1.263 pertencem a homens contra 180 propriedades com chefia feminina (em ambos os casos, majoritariamente, o controle da terra está nas mãos de cidadãos acima de 45 anos –totalizando 448 estabelecimentos–). No que se refere à escolaridade dos produtores, há recorrência do ensino primário (elementar) com 793 indivíduos e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e supletivo apontando 145 cidadãos.

É de interesse destacar que num universo de 1.449 propriedades, 193 se dedicam ao cultivo de lavouras permanentes e 948 a temporárias; mais ainda, 46 tem ênfase na produção de flores, reforçando sua posição de segundo produtor de folhas de corte (ramalhetes) de Minas Gerais (DUMONT, 2018). Outro aspecto interessante está no fato de que 1.137 respondentes ao Censo Agropecuário apontaram que não recebem assistência técnica, o que oportuniza

*** Objetivando evitar a inserção de múltiplas tabelas que porventura pudessem dificultar a interpretação do leitor, neste parágrafo e no subsequente suas construções emergiram através de consulta pública ao Censo Agropecuário do IBGEc (definitivo – ano 2017) e com as contribuições de DUMONT, P. S. **Barbacena maior produtor de flores** [on-line], 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/plural/plantar-para-colher-2%C2%BA-maior-produtor-de-flores-do-pa%C3%ADs-minas-mapeia-segmento-para-crescer-1.675373>>. Acesso em 21. jan. 2021.

questionar a administração municipal e o que estabeleceu legislativamente, na Lei Orgânica Municipal, vista adiante, reforçando o fato de que dispositivos legais por si só não são uma garantia efetiva de direitos (DAL POZZO; FURINI, 2007). Conforme o Censo Agropecuário definitivo publicado pelo IBGE, alguns pontos são de destaque para esta dissertação ao que refere a participação do município em Minas Gerais, entre elas (TABELA 2):

Tabela 2- Censo agropecuário definitivo – Barbacena – MG

Referência: AGRICULTURA						
TIPO	MEDIDA (t)	RANKING ESTADUAL		TIPO	MEDIDA (t)	RANKING ESTADUAL
Pêssego	2.573	1°		Caqui	680	3°
Maçã	633	1°		Amora	11	4°
Referência: PECUÁRIA						
TIPO	MEDIDA (x1.000 cabeça)	RANKING ESTADUAL		TIPO	MEDIDA (cabeça)	RANKING ESTADUAL
Galináceos	3.353	7°		Patos	1.853	10°

Fonte: IBGEc, Censo Agropecuário Definitivo, 2017. Adaptado

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2017 alçou o valor de R\$ 19.631,86 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 foi de 0,769 (IBGEb, 2017), estando entre as 20 melhores cidades mineiras para se viver. Barbacena se localiza na Serra da Mantiqueira e na região conhecida como Campo das Vertentes (FIGURA 9 em página sucessora).

Figura 9- Localização de Barbacena (Nível Federal/Estadual)



Fonte: OLHANDO A JANELA DO TREM, 2020. Disponível em: <<https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com/2017/02/barbacena-minas-gerais-na-serra-da.html>>. Acesso em 30 dez. 2021.

1.1.2. A feira livre de Barbacena –MG

Este estudo tem como *locus* empírico a feira local de Barbacena –MG, focalizando nas representações de mulheres feirantes, o qual requer trazer novos instrumentos para a investigação deste sistema de comercialização, uma vez que os usuais trabalhos acadêmicos sobre as feiras livres apresentam majoritariamente “[...] a perspectiva econômica e mercadológica” (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005, p.27-28).

A criação da feira livre de Barbacena –MG tem suas raízes diretamente vinculadas à formação da cidade, tanto a nível administrativo (com apresentação de leis orgânicas de proteção à agricultura, pecuária e abastecimento), quanto informativo (noticiários de jornais que aludem ao tema). O município, desde o século XIX, detinha elevada produção agrícola advinda sobretudo de sua Estação Agrícola Industrial que, por conseguinte, buscava a promoção da melhoria de vida de seus agricultores. Conforme noticiado pelo jornal *A Folha* em 16 de março de 1893 (A FOLHAb, 1893, s.p.):

A vantagem da criação de tal estabelecimento foi eloquentemente patenteada pelo seu creador ao ser lançada a pedra fundamental da Estação Agrícola. Seria a demonstração palpável feita aos nossos lavradores das vantagens que colheriam ao adoptarem novos processos de exploração da industria agrícola [...]. **A classe á que particularmente visava esse cometimento augmentava ainda mais a sympathia de que era cercado. São os agricultores os que rudemente sofrem nas ocasiões da crise social; sobre eles recahem não raro os mais pesados onus** [grifo nosso].

Era de se esperar a criação de uma Estação Agrícola na cidade, haja vista sua expressiva participação na exportação para o Rio de Janeiro como agente regulador, bem como a condição política que detinha frente as demais localidades de Minas. Utilizando como referência o noticiário da época, observa-se que os primeiros registros de uma feira na cidade remontam nas relações estabelecidas entre os produtores rurais que exportavam e abasteciam a cidade desde o século XIX (A FOLHA, 1894; A FOLHAb, 1894). Dessa maneira, essa prática era mais notada em seu distrito denominado Colônia Rodrigo Silva, datado de 1908^c.

Ainda que não explicitadas por Leon Renault as palavras “feira ou feira livre”, pode-se perceber que o sistema de venda sobre o qual relata em seu trabalho remonta a essa prática, ora que os cidadãos barbacenenses faziam a aquisição de alimentos face a face com quem os produzia (majoritariamente imigrantes). Conforme ilustrado pelo autor (RENAULT, 1908,

^c Lida a obra de Leon Renault (1908), há clara posição do autor de que a prática é notada antes de 1908, período que fez sua coleta de dados e teve ajuda de demais personalidades influentes no município. Todavia, adotou-se na dissertação o uso deste ano pois sua obra teve parecer favorável à publicação pelo Conselho Superior em Belo Horizonte- MG em 10 de abril de 1908.

p.28) a produção de “*legumes* (principalmente repolho, couve, cenoura, nabo, aspargos, cebolas, couve-flor, quiabo, jiló, etc.), dão muito bem, e os habitantes dessa zona fazem delles grande comercio”. E reforça que (idem., 1908, p.35):

A pequena lavoura dos arredores da cidade visa unicamente o cultivo dos legumes que abastecem diariamente a população. A Colonia Rodrigo Silva é, incontestavelmente, o celleiro da cidade; colonos e colonas vendem diariamente ovos, leite, repolhos, fructas, couves, rabanetes, cenouras, fubá, manteiga fresca, etc.

Entende-se, pois, que havia em Barbacena uma formação inicial de feira, onde a produção não se limitava a exclusivamente atender ao Rio de Janeiro, mas também aos habitantes do município e suas necessidades. Conforme destaca Leon Renault (1909, p.27), a “gallinocultura já é bastante desenvolvida, fazendo o município grande commercio desse genero com a praça do Rio de Janeiro”, bem como a criação de equinos; bovinos e caprinos e da pomicultura “(de que se faz regular exportação para o mercado do Rio)” (ibidem., 1909, p.28).

Sob o panorama histórico, pode-se considerar que os esforços do município em relação à agricultura eram justificados por essa atividade compor um dos seus pilares econômicos (tanto internamente para seu autoconsumo, quanto externamente sendo influente exportador), aliado ao movimento da imigração estrangeira para este setor e para a indústria, notadamente percebido em seus anos iniciais de criação (GORCEIX, 1894). Nisto, a criação de dispositivos legais que preservassem e protegessem os cidadãos e o exercício das atividades econômicas que tomaram destaque no cenário legislativo local com seus 14 vereadores e, em especial, favorecido pela sua importância legislativa a nível estadual, sendo “esta comarca classificada como 2ª. entrancia [de Minas Gerais]. As suas autoridades judiciais são: juiz de direito, juiz municipal e promotor de justiça” (RENAULT, 1908, p.12).

Dentre as competências legais do município, é destacado em seu capítulo II (da competência privativa e comum), Seção I (da competência) que (LEI ORGÂNICA^d, 199-, p.12-13):

Art. 21 É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observadas as leis complementares federal e estadual, o exercício das seguintes medidas:

^d Em documento oficial publicado pela Prefeitura Municipal não há alusão à data exata da Lei Orgânica. Todavia, consultando outras fontes (como o *site* da Câmara Municipal de Barbacena- MG) existe a data fixa de 1990 de sua criação contendo apenas o índice da Lei sem o documento transcrito. Nesta pesquisa utilizou-se do espaço temporal de 199- pois é onde se encontra o documento oficial na íntegra, ainda que não datado.

[...] VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Utilizando como norte o contexto histórico apresentado de Barbacena, pode-se notar que a produção agrícola municipal teve atenção legal instaurada em Lei Orgânica Municipal, com uma possível ideia de minimizar os impactos que seus produtores recebiam em situações de crise social como o aumento da taxa de exportação (A FOLHAb, 1894), já verificada no século XIX. É de destaque, também, demonstrar a preocupação da administração local em propor esta ação se observada a época do noticiário que descrevia a situação de crise dos produtores (1893) e a publicação da Lei Orgânica (199-) que dispunha de títulos e capítulos exclusivos às questões de agropecuária e de abastecimento.

Dentre outros aspectos, destacam-se (LEI ORGÂNICA, 199-, p.113);

TÍTULO XII
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
CAPÍTULO I
DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

[...] Art. 235 O Município adotará programa de desenvolvimento rural, destinado a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive da atividade rural, fixando-o no campo, compatibilizados com a política agropecuária e com o plano de reforma agrária estabelecido pela União, bem como, fomentar e incentivar as festas promocionais do setor agropecuário.

E, mais ainda, (idem., 199-, p.114)

[...] Art. 237 A Prefeitura Municipal de Barbacena disporá de maquinário agrícola com função básica de auxiliar no trabalho dos pequenos produtores, quando por estes solicitado e também auxiliará na construção de reservatório para irrigação, priorizando os produtores que possuem até 10 (dez) hectares de terra em trabalhos de produção.

No que se refere a política cultural do produtor rural, Barbacena elencou como essencial (ibidem., 199-, p.115):

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA RURAL

[...]

§ 1º. Para a consecução dos objetivos indicados neste artigo, será assegurado, no planejamento e na execução da política rural, na forma da lei, a participação dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais e dos setores de comercialização, armazenamento, transporte e abastecimento, levando-se em conta, especialmente:

- I- os instrumentos creditícios e fiscais;
- II- a assistência técnica e a extensão rural;
- III- o seguro agrícola;
- IV- o cooperativismo;
- V- a eletrificação rural e a irrigação;
- VI- a habitação para o trabalhador rural;
- VII- o cumprimento da função social da propriedade.

A partir do apresentado é notado como o município teve sua atenção direcionada a um grupo que, se antes noticiado no jornal local por sofrer crises sociais (A FOLHA, 1984; A FOLHAb, 1984), recebia dispositivos legais que valorizassem seu ofício e lhes ofertassem instrumentos que favorecessem sua função de produtores (como maquinários de pequeno porte e construção de reservatórios).

Mais ainda, é de interesse lembrar que em seu 241º artigo, os produtores são ouvidos (LEI ORGÂNICA, 199-, p.114): “através de associações e/ou cooperativas terá participação nas decisões do poder público municipal, nas questões relativas à política agrícola do Município”. Dessa maneira é percebido que, ao menos no discurso institucional, a participação dos produtores no município é assegurada legalmente e deve ser exercida.

É de valia demonstrar que o município elenca, legal e institucionalmente, atividades que tenham como objetivo a preservação do produtor no campo; a assistência técnica e a extensão rural e demais instrumentos capazes de gerar um bem-estar a si e a sua família. São ações que abarcam desde aspectos objetivos de inserção social (como seguro agrícola e instrumentos fiscais), como subjetivos propondo demonstrar uma participação conjunta entre produtores e poder local, valorizando positivamente a sua identidade (GEHLEN, 2004), algo a se questionar haja vista o baixo índice de respostas afirmativas sobre esta ação no Censo Agropecuário definitivo de 2017 (IBGEc, 2017).

Outro artigo da lei que se faz importante para compreender especificamente o papel das feiras para a cidade (LEI ORGÂNICA, 199-, p.115-116) estabelece que:

Art. 243 O Município formulará, mediante lei, a política rural, conforme a regionalização prevista nesta Constituição, observadas as peculiaridades locais, para desenvolver e consolidar a diversificação e a especialização regionais asseguradas as seguintes medidas:
 [...] **V- estímulo à organização participativa da população rural;**
 [...] **XI- apoio às iniciativas de comercialização direta entre pequenos produtores rurais e consumidores** [grifo nosso].

Estimular a organização participativa e apoiar iniciativas de comércio entre quem produz e consome podem ser mecanismos de diminuição das desigualdades em múltiplos

processos – social, político, econômico, cultural e simbólico – (GUERRA, 2012; DAL POZZO; FURINI, 2010), o que de fato tem correlação direta com a consolidação da Constituição Federal de 1988 (também tida como Constituição Cidadã), a qual trouxe para o debate a atenção as questões de desigualdade e direitos garantidos como educação, saúde, lazer e segurança (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016).

Como destacam alguns pesquisadores (TEIXEIRA, 2005; DAL POZZO; FURINI, 2010; GUERRA, 2012; FICHTNER, 2017) é importante observar que não se pode isolar os indivíduos de modo a ficarem excluídos dos processos decisórios que lhes competem, fortalecendo sua presença nas relações de trabalho, societal e política (LOPES, 2006). A esse respeito, a Lei Orgânica (199-, p.115) confere protagonismo aos feirantes ao estabelecer que:

Art. 240 A Prefeitura Municipal de Barbacena viabilizará espaço com condições para comercialização direta entre o pequeno produtor e o consumidor, sob o controle dos primeiros.
Parágrafo Único. O espaço de que trata o “*caput*” deste artigo funcionará durante os sete dias da semana.

Por fim, mas não menos importante, é percebido que Barbacena se voltou em vários momentos históricos a sua produção agropecuária municipal e para favorecer sua diversificação. Ancorado nos estudos de outros pesquisadores brasileiros (LEAL, 2004; LOPES, 2006; FICHTNER, 2017), pode-se considerar que essa preocupação, a nível de discurso institucional e dos aparatos legais, emerge em prol da participação (ou representação) dos produtores na esfera na vida política, social e judicial e pelo direito de oportunidades comuns de trabalho. Ainda nesse campo de avanços legais é importante salientar que a efetivação de uma lei não ocorre apenas com sua publicação, pois uma das faces da exclusão emerge justamente no fato de que leis são instituídas, mas não são efetivados os direitos que estão previstos (REIS; SCHWARTZMAN, 2002).

Em tempos atuais, e a caminho de encerrar este capítulo, a cidade terá como ponto comercial a criação de um mercado central, logrado a Rua Olegário Maciel. A estrutura do mercado, por sua vez, “conta com duas áreas, uma voltada para gastronomia e outra para produtos em geral, além disso, a disponibilidade seria de 44 lojas e que devem gerar para a cidade até 250 empregos para a cidade” (FOLHA DE BARBACENA, 2020, on-line).

O estabelecimento, de início, apresentará uma formação múltipla com a presença de bares; restaurantes; barbearias; açougue; apresentações culturais; música ao vivo, dentre outros serviços. Mais ainda é proposto estabelecer o acordo com inserção dos “feirantes da cidade, buscando parcerias e o Mercado Central deve contar, também, com a participação de alguns

produtores rurais da região” (FOLHA DE BARBACENA, 2020, on-line). Mais ainda é noticiado que (FOLHA DE BARBACENA**b**, 2021, on-line):

Como adiantado pelo programa Papo 10 no último mês de dezembro, Barbacena deve ganhar seu Mercado Central neste ano de 2021. Agora, de acordo com informações divulgadas pelo site Diário do Comércio, a previsão é que o tão esperado empreendimento seja inaugurado no próximo mês de abril e contará com 50 lojas dos mais variados segmentos [...] O empreendimento vai contar com uma estrutura completa, incluindo área de convivência com bares, restaurantes e quiosques, e alimentação em geral, com açougue, peixaria e hortifrutigranjeiros da região. Segundo o Diário do Comércio, a área de convivência já tem nomes renomados da cidade confirmados, como Tulha do Chefe, Espetos, Pizzaria Real, Jiló com Pimenta e Resenha. Outros dois diferenciais de mercado serão uma “cozinha-escola” e uma clínica de nutrição, que será comandada pela sócia no empreendimento, a nutricionista Aline Pinto Coelho Carvalho. Haverá ainda espaço para feiras gastronômicas e shows, estacionamento coberto para 20 veículos e a previsão é que sejam criados 250 empregos diretos. Já o funcionamento está previsto para todos os dias da semana, com horários estendidos de quarta-feira a sábado.

Outra conquista de relevância do *locus* dessa pesquisa está em sua aprovação enquanto bem imaterial em Decreto Municipal Nº8.856 de 03 de março de 2021, justificado em decorrência ao seu valor histórico, cultural e memorialístico (BARBACENA**c**, 2021, on-line). A deliberação, por sua vez, ocorreu pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico do município. Como é lido (idib, 2021, p.1):

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com as Leis em vigor, em especial com o disposto nos artigos 23, incisos III e IV; 30, inciso IX; 216, §1º, todos da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.153, de 2008; e na forma do art. 26, inciso I, da Constituição do Município; CONSIDERANDO a deliberação constante da ata da 6ª reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Barbacena - COMPHA, realizada em 29.10.2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o tombamento imaterial, deliberado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Barbacena – COMPHA, das feiras livres realizadas aos sábados, na Av. Irmã Paula Boisseau, e domingos, na Av. Olegário Maciel, por seu valor histórico, cultural e memorialístico. Parágrafo único. Os bens imateriais tombados ficam sujeitos às diretrizes de proteção estabelecidas na Política Cultural Nacional, Estadual e, sobretudo, Municipal, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Barbacena – COMPHA e autorização do Município, na forma da lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Entende-se, pois, que a feira assume a categoria de bem cultural com recorte a natureza imaterial, o que alude à prática da vida social que se instituem e estabelecem por intervêm do saber; do saber fazer; das festividades e celebrações; das manifestações cênicas em sua ampla gama que abraça. Aspectos dos quais é percebido a inserção da feira. Através deste dispositivo legal, feita sua publicação, as feiras livres da cidade estão sujeitas às diretrizes “de proteção estabelecidas na Política Cultural Nacional, Estadual e Municipal. Qualquer intervenção ou alteração no espaço das feiras passa a necessitar de deliberação do Compha e autorização do município” (G1, 2021, s.p., on-line).

A feira local de Barbacena apresenta duas versões devidamente protocoladas junto à Prefeitura: uma executada aos sábados, alternando entre as ruas Irmã Paula Boisseau (bairro São Sebastião) e Avenida Olegário Maciel (Centro) e a outra, fixa, aos domingos, na Avenida Olegário Maciel (ambas realizadas de 06h às 14h). Escolheu-se a feira de sábado para a pesquisa em decorrência dos decretos de distanciamento social no município, limitando o campo de atuação da pesquisa e dos feirantes. A feira, desse modo, acontece em cerca de 400 metros conforme ilustrados a seguir (FIGURA 10). A composição e as características da feira e feirantes são descritas mais detalhadamente nos Capítulos I e IV, respectivamente.



Fonte: Google Maps, 2020. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/-21.220402,-43.7689463/-21.2250357,-43.7706747/@-21.2232671,-43.7712484,17.21z/data=!4m2!4m1!3e2>> Acesso em 30 dez. 2020.

Notas de fim do capítulo II

Nº DA NOTA	Nº DA PÁG.	TRADUÇÃO LIVRE PARA O PORTUGUÊS (TRADUÇÃO NOSSA)
1	14	“No ano de 1815 a Capitania de Minas Gerais foi elevada a Província durante o reinado de D. João VI de Bragança, continuando Vila Rica [atual Ouro Preto] como sua capital”.
2	14	“um Estado da República Federativa [do Brasil]”.
3	14	“O telégrafo, via férreas, máquinas modernas, eletricidade foram introduzidos, as escolas, bibliotecas, academias, bancos, fábricas foram abertas, o sistema legislativo foi adotado, ensino obrigatório, sufrágio universal, liberdade de cultos; as indústrias agrícolas, de mineração e de manufatura foram aprimoradas; começou a colonização europeia, etc., etc.”.
4	14	“[Seu nome] deve o seu nome às suas minas espalhadas no seio das suas montanhas e graças à sua exploração”.
5	14	“Possui um solo muito fértil adequado às mais variadas culturas, é ainda pelos seus recursos minerais que é particularmente notável e que atraiu em todos os tempos [...] ao progresso e à cultura”.
6	14-15	“Minas, como já foi dito, ocupa o primeiro lugar por sua população, entre os Estados Unidos do Brasil, e, a comparação dos números acima, mostra que sua população está crescendo rapidamente. Por outro lado, o espírito público e as administrações explicaram toda a sua atividade para a solução do problema fundamental para o país, o da população do solo. Para esta solução há uma perfeita sintonia de visão e ação entre o Governo da União e o do Estado, que, além de empresas próprias do <i>Stade Ferratê</i> e outras associações”.
7	15	“Os colonizadores germânicos, que há quase 50 anos se instalaram em Juiz de Fora e Teófilo Otoni, contribuíram não pouco, com seus descendentes, para o progresso dessas regiões”.
8	17	“A indústria elétrica não deixa de ter importância em Minas. A eletricidade já está sendo utilizada para iluminação em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto, Barbacena, S. João del Rei, Uberaba, etc.”.
9	17	“A estrada Leopoldina, Oeste de Minas, Linha Minas e Rio, a Soledade, a Bahia e Minas”.
10	17	“Iremos parar apenas na principal dessas linhas. O primeiro pertencente à União, sai do Rio de Janeiro, entra no Estado de Minas e, tomando o rumo norte, segue em direção ao São Francisco. O caminho é de 1 m. 60 de 462 klm. até Lafaiete e 1 mt. mais tarde. As principais cidades que se encontram nesta linha são: Juiz de Fora; Barbacena, Queluz, Ouro Preto, Sabará, Curvelo e Belo Horizonte”.
11	17	“Barbacena é conhecida por sua alta fonte de riqueza”.
12	17	“[Dentre] outras especialidades que compõem a indústria nacional”.
13	18	“Entre os estabelecimentos importantes estão: Prédios diversos para educação, remunerados pelo Estado e pela Câmara Municipal. O hospital de loucos, instituição do Estado, modernamente organizado, obedecendo a todas as normas régias de higiene, situado em um ponto alto e com pavilhões isolados. A Santa Casa, mantida por uma congregação religiosa

		e abundantemente subsidiada pela caridade pública. Quanto à arte arquitetônica, a cidade possui casarões de construção elegante e belas igrejas de construção moderna. Está iluminado eletricamente. Possui serviço completo de água e esgoto, linhas telegráficas e telefônicas e ruas de paralelepípedos. A Biblioteca Municipal está repleta de 10.319 volumes de obras. A imprensa é representada pelos seguintes jornais: o <<Cidade>>, o <<Folha>> e o <<Sericultor>> este último dirigido pelo conterrâneo Sr. Amilcar Savassi que é o proprietário”.
14	21	“[Composta por] 223 brasileiros 1210 italianos, 8 alemãs, 13 austríacos e 6 portugueses”.
15	21	“A fábrica existente de propaganda da importante indústria da seda que está tendo um aumento progressivo no país”.
16	21	“Peras, prugnas [ameixa-europeia], caqui, marmelos, uvas de todas as qualidades, goiabas, jabuticabas, abacaxi e ananás, laranjas, limas, limões, etc., etc. Ainda produz: galinha, ovos, leite, vacas, cavalos, mulas, ovelhas e cabras; - telhas, telhas, casulos de mel e seda”.
17	22 Nota de rodapé Letra b	“No distrito de Barbacena, área de 3.200 hectares dividida em 278 lotes, sendo 41 urbanos e 237 rurais. Populações 1460 almas. Casas 230 das quais 226 são definitivas, no valor de 406.886 \$ 000”.
18	22	“Recentemente, foi construída uma câmara frigorífica equipada com todos os acessórios - única na América do Sul - para armazenar os ovos do bicho-da-seda. Há também uma seção zootécnica na colônia com vários animais de raça pura destinados ao cruzamento. Esta seção é muito procurada por criadores e sempre deu excelentes resultados”.
19	22	“A fábrica, mantida às custas do Estado para a fiação e tecelagem de seda, opera com bastante regularidade. Está anexada à colônia agrícola Rodrigo Silva na prefeitura de Barbacena. Para dar um incremento cada vez maior à indústria da seda, que ainda se encontra no estado incipiente, a Diretoria da Agricultura continua comprando todos os casulos produzidos no estado a um preço que varia de 7 \$ 500 a 2 \$ 000 o KLG”.

CAPÍTULO II: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1. Das Representações Coletivas às Sociais: sob uma análise teórica constante

Neste tópico é abordada a teoria da representação, inicialmente sob a perspectiva de Émile Durkheim (aceito como o pioneiro na elaboração da teoria), suas análises e contribuições nos múltiplos campos do saber. Apresentado isto, há uma visualização da contribuição de Serge Moscovici e sua formulação da teoria das representações sociais que une aspectos cognitivos com afetivos, bem como sua sistematização por Denise Jodelet. Num segundo momento há correlação da base teórica com as representações que se tem sobre as feiras, a partir de pesquisa bibliográfica com estudos de caso.

Para o aporte teórico deste capítulo, o uso dos ensaios elaborados por Sêga (2000); Moscovici (2001; 2003); Jodelet (1993; 2001); Pesavento (1995); Arruda (2002); Martins *et al* (2003); Sacco dos Anjos *et al* (2005); Gonçalves *et al* (2008); Lopes (2013), dentre outros, tiveram destaque.

2.1.2. As representações sociais e sua fundamentação teórica

O pioneirismo da Teoria das Representações é creditado a Émile Durkheim e seu sobrinho Marcel Mauss, com a proposta da expressão “representações coletivas” (RC). Este conceito pressupunha definir aquilo que as sociedades detinham como conhecimento, ordenando-o em grupos distintos de classificação e dispostos por relações e hierarquias. Durkheim focalizava em especial as representações coletivas como a forma pela qual as sociedades decodificam o mundo, responsável pela junção do sistema cognitivo e o conhecimento construído, herdado e socializado. Esse conceito *a posteriori* foi considerado estático, sem grande possibilidade de perceber mudanças sociais nos centros urbanos, haja vista que o sociólogo analisava e aplicava sua teoria, sobretudo, nas sociedades nomeadas como primitivas (MOSCOVICI, 2001; 2003).

Durkheim propunha demonstrar que as RC seriam hegemônicas e regidas por uma tradição na qual a cultura determinaria seus sentidos e ações. Consideradas estruturais, dificilmente sofreriam alterações e as relações dos grupos em sociedade estariam definidas sem questionamentos. Sob esta perspectiva teriam suas produções pelos vínculos entre as consciências que compõem a sociedade que, por sua vez, necessitariam de uma aceitação coletiva.

A teoria proposta por Durkheim, em outros termos, demonstrava que seria a sociedade quem geraria influência entre seus integrantes, estabelecendo o que deve ser seguido (e aceito) e não o contrário. Assim, seus indivíduos partilhariam uma mente social representativa de forma

macro, observada e revelada através das estruturas societárias dos grupos. Entende-se, com isto, que as RC devido sua condição estática e aplicada pelo teórico à análise das sociedades primitivas, não conseguiriam romper a fronteira de um pensamento social pluralizado e dinâmico, presente nas sociedades urbanas.

As RC devem, portanto, ser comum a um grupo assumindo a forma de reforçar esse vínculo, unificando o modo de pensar e agir, ancorado pelas gerações. Como relembra Jodelet (1993 *apud* DURKHEIM 1985, p.XVII) “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se pensa nas relações com os objetos que o afetam”. Nesta ótica o psicossociólogo Serge Moscovici (2001, p.47) apresenta que a RC:

Tem certa constância, tratando-se de um conceito, e objetividade, já que é partilhada e reproduzida de modo coletivo. É o que lhe dá o poder de penetrar cada indivíduo, como vindo de fora, de se impor. Certamente, no manejo do conceito, ele dá muita importância à nuance e a precisão, para adaptá-lo aos fatos simbólicos e mentais analisados, sobretudo quando trata da religião, fenômeno de comunicação intensa e ressurreição da memória coletiva.

Denise Jodelet (2001), propondo sistematizar a teoria de Moscovici, defende que as representações são tidas como um domínio em expansão, devido ao modo como nos percebemos com o mundo, de maneira a identificar e resolver problemas que nele se fazem presentes. As representações sociais (RS), então, manifestar-se-iam por pensamentos pré-existentes numa moral social partilhada, tendo por base os valores e as variáveis dos grupos sociais, concomitantemente relacionadas a um pensamento amplo e cultural, vinculado a sua condição social e experiências acumuladas. Para a autora (*idem.*, 2001, p.8):

As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.

Socialmente elaboradas, são uma forma de conhecimento que atua na construção de uma realidade comum a um grupo social. Ela se distingue do conhecimento científico, tendo como pilares as subjetividades e os traços identitários que nele são socialmente partilhados. As RS são um objeto de estudo multifacetado; por sua ação na vida social; por esclarecer processos cognitivos e interações sociais; por interferirem no desenvolvimento individual e coletivo, assim como na construção das identidades pessoais e coletivas e na maneira de expressão dos grupos (JODELET, 2001).

Dessa forma, “representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto” (JODELET, 2001, p.5). A afirmação da autora é acordada com o pensamento de Moscovici (2001), uma vez que o objeto em questão pode ser tanto subjetivo e simbólico, quanto objetivo e tangível. A representação, neste cenário, é que completa funcionalmente a identidade social. Entende-se, em suma, que “não há representação sem objeto” (JODELET, 1993, p.5).

O trabalho desenvolvido por Ângela Arruda (2002), em sua análise sobre a teoria das representações sociais é de valia para compreender essa categoria analítica, haja vista que teve por norte elucidá-la e trabalhá-la com o pensamento social na sua dinâmica e diversidade, explicitando as diferentes formas existentes de conhecer e comunicar com distintos objetivos, podendo variar entre o consensual e o científico.

No campo consensual, a RS é concebida pela conversação informal, pelos contatos pessoais e na vida rotineira. Já o universo científico contempla as regras de linguagem e sua hierarquia interna de sistematização do saber, determinando aquilo que é dito e escrito. Ambos os campos são relevantes para a vida humana societal e constantemente se interagem. Não obstante, a autora entende que as representações se desenvolvem com mais frequência no universo consensual, em resposta às práticas rotineiras e à necessidade vital que os indivíduos possuem em dar significado a tudo que vivem e compartilham (ARRUDA, 2002).

Ângela Arruda (2002), ao utilizar das análises de Serge Moscovici e Denise Jodelet, define que a relação entre sujeito e objeto tem ênfase na necessidade de familiarização, pois tão-somente assim a representação social operaria numa transformação do sujeito e do objeto. Desse modo, o sujeito acrescentaria sua classificação e o objeto se adaptaria ao seu repertório (idem., 2002). Além de ser estudada como campo estruturado, a representação social procede em identificar as formas de conceber e organizar seus elementos centrais e periféricos. Mais ainda (ibidem., 2002, p.144):

A teoria da representação social é um produto típico dos nossos tempos e da transição paradigmática, novas ferramentas conceituais para analisar ângulos da realidade postos em pauta por novos olhares, provindos das lutas dos movimentos sociais, da criatividade e dos questionamentos no seio da ciência.

Assim, teoria de Durkheim (onde resumidamente determinava que as representações seriam estáticas) teve retomada e reformulação a partir da tese de doutoramento do psicossociólogo Serge Moscovici, nomeada *La Psychanalyse, son image, et son public*¹ (LOPES, 2013), na qual o autor apresentou uma visão pioneira e “epistemológica, ao afirmar que a absorção da ciência pelo senso comum não é, como geralmente se defendia, uma vulgarização do saber científico” (idem., 2013, p.25159) e “que o conhecimento ‘ingênuo’ não

deve ser invalidado como falso ou viesado” (JODELET, 1993, p.10), mas sim um saber que se adequa a outros contextos e particularidades (MARTINS *et al*, 2003). Emergia assim, da sua análise, o conceito analítico de Representação Social (RS).

Com a tese, estreava uma visão construtivista da representação, ligada intimamente com um conhecimento cumulativo que pretendia “contribuir para um psico-sociologia [SIC] do conhecimento então inexistente ao lado de uma sociologia do conhecimento florescente e de uma epistemologia do senso comum apenas nascente” (JODELET, 1993, p.11 *apud* HEIDER, 1958). Para Moscovici, que analisou as diferentes formas de saber -o científico e o popular-, o saber comum orientaria o conhecimento prático, pelo qual o indivíduo aprenderia um conjunto de ideias, explicações e coerências que dão sentido ao objeto e que circulam no grupo social que se insere. Como posto por Jodelet (1993, p.10-11):

Trata-se de um conhecimento ‘outro’ do da ciência mas que é adaptado para, e corroborado pela, ação sobre o mundo. Sua especificidade, que considera uma formação e finalidades sociais, é um objeto de estudo epistemológico, não apenas legítimo, mas necessário para compreender plenamente os mecanismos do pensamento, e pertinente para tratar do saber científico.

Moscovici, contrário a Durkheim (que contextualizava as representações como formas de saber fixas e homogêneas) propôs estudar os distintos significados que são criados por grupos sociais heterogêneos pertencentes à mesma sociedade (MOSCOVICI, 2001; 2003). Dessa maneira, as não concordâncias e especificidades das representações numa sociedade diversa se tornaram sua preocupação de análise (JODELET, 1993; 2001). Mais ainda, pode-se entender a representação como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais.

Seguindo Denise Jodelet (1993), a RS tem sua estruturação em quatro princípios teóricos-conceituais, a saber: **i.** a representação é vinculada sempre a alguma coisa (o objeto) e a alguém (o sujeito). Assim posto, não se faz a RS sem um indivíduo que represente, pois “as características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é” (*ibidem.*, 1993, p.9);

ii. é condicionada entre aquilo que é simbolizado e como se interpreta o objeto. Pode remeter a processos cognitivos e intrapsíquicos (identidade, motivações e afins). Nisto a particularidade do estudo que utilize as RS “é a de integrar na análise desses processos o pertencimento e a participação sociais e culturais do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica” (*ibidem.*, 1993, p.9);

iii. todo estudo que dela receba aporte teórico terá uma análise das peculiaridades ligadas ao objeto e sua forma de conhecimento. É, dessa forma, “uma ‘modelização’ do objeto diretamente legível em, ou inferido de, diversos suportes lingüísticos [SIC], comportamentais ou materiais” (ibidem., 1993, p.9) e;

iv. o conhecimento prático, de senso comum, aceito e partilhado faz alusão às experiências que por ele são produzidas e às condições as quais se insere, onde serve para agir sobre o mundo e o outro, “o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais. A posição ocupada pela representação no ajustamento prático do sujeito a seu meio faz com que seja qualificada, por alguns, de compromisso psico-social [SIC]” (ibidem., 1993, p10).

Dado o exposto, as RS se pautam numa interface do social e do psicológico, sendo de interesse para diversas áreas de pesquisa. É, de tal modo, uma teoria de vinculação (ligação e coesão), pela qual “a vigilância exercida pelo grupo sobre o indivíduo diminui à medida que os vínculos entre eles se tornam mais densos e recíprocos” (MOSCOVICI, 2001, p.56), adequando a uma “*plurality of representations and their diversity within a group*” (MOSCOVICI, 1988, p.219) onde “as conotações sociais do conhecimento não se devem tanto à sua distribuição entre muitos indivíduos e sim que o ‘pensamento em cada deles é, de diversas maneiras, marcado pelo fato de que os outros também o pensam’” (JODELET, 1993, p.14 *apud* VEYNE, 1974, p.74).

Sob esta condição, as RS se formariam, essencialmente, pela: **i.** informação (aquilo que organiza o saber sobre o objeto, seu conceito); **ii.** campo de representação (capacidade de gerar a imagem do objeto advindas dos conhecimentos que se têm referente a ele) e **iii.** atitude (posicionamento frente ao objeto, sendo favorável ou não ao que se tem representado). Entende-se, então, que as interações sociais determinariam como a representação seria estabelecida nos grupos sociais por intermédio dos fenômenos que ocorrem nas narrativas, nos discursos e nas interações, ora que “o partilhar social está referido a um jogo de determinações ligadas à estrutura e às relações sociais” (JODELET, 1993, p.14).

As RS são construídas devido à necessidade de ajustar, dominar, informar ou identificar o que o sujeito tem a sua volta. Busca tratar os fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por meio de sua cientificação (JODELET, 2001; LOPES, 2013), legitimada pela explicação dos processos cognitivos e das interações sociais. Sêga (2000, p.128-129), esclarece que:

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental

desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. **É um conhecimento prático que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade** [grifo nosso].

Representar é a capacidade humana de reproduzir um objeto que pode ser projetado a partir de uma palavra; sentimento; ação; memória, dentre outras possibilidades de evocação. É a recuperação do objeto sem necessariamente visualizá-lo, sem que ele esteja presente no tempo e no espaço de sua evocação. Este processo se justifica através de como o indivíduo se constitui nas interações sociais, sendo elementos socialmente estruturados recebidos por ele. Assim, como aponta Jodelet (2001, p.17), as RS “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”.

As RS, de tal forma, não é algo fiel ou fidedigno “nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito” (SÊGA, 2000, p.129), mas que se estabelece na coesão existente entre mundo, seus objetos e sujeitos que lhes dão significados, ora que infere na maneira como o indivíduo encara este fenômeno (a representação, não sendo instantânea, necessita de uma junção de outros fatores como informações; opiniões; valores; posicionamentos; metáforas e afins sobre o que se representa). Nisto, “partilhar uma ideia, uma língua, também é afirmar um liame social e uma identidade [...] O partilhar serve à afirmação simbólica de uma unidade e de um pertencimento. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e ao reforço da ligação social” (JODELET, 1993, p.15).

A teoria das representações sociais focaliza as formas e conteúdo do conhecimento, priorizando os aspectos cognitivos (linguagem; práticas; dispositivos materiais), emocionais e comunicativos que intervêm na criação, modificação e circulação das imagens e dos significados, daí seu particular interesse pelos discursos, dentre eles os orais, escritos, imagéticos ou propagados pelas diferentes mídias, por exemplo (JODELET, 2001). Como demonstrado por Jodelet (1993, p.12), o processo de representação e sua incidência de comunicação emerge, na teoria de Moscovici:

1) No nível da emergência das representações onde as condições afetam os aspectos cognitivos. Entre essas condições se destacam: a dispersão e a distorção das informações concernentes ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis segundo os grupos; a focalização em certos aspectos do objeto em função dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão à inferência devida à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros. Da mesma maneira, os elementos que

vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo.

2) No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas.

3) No nível das dimensões das representações que têm influência na edificação das condutas: opinião, atitude, estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação mediática. Estes, segundo os efeitos pesquisados sobre a audiência, apresentam propriedades estruturais diferentes correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com os estereótipos.

A comunicação social, sob a perspectiva interindividual e midiática, emerge como condição e possibilidade das representações e dos pensamentos sociais dos seus indivíduos pelos processos de ancoragem e objetivação, reforçados pelas condutas e atitudes que se propõe tomar. O fenômeno de cognição, desse modo, corresponde a eventos que partem internamente do indivíduo, refletindo (ou não no coletivo), visto que “a abordagem social das representações os trata de uma maneira concreta, diretamente observável, mesmo quando a organização latente de seus elementos é objeto de uma reconstrução pelo pesquisador” (JODELET, 1993, p.19).

Outro aspecto da teoria que reforça este fato está em que a representação social “deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação” (JODELET, 2001, p.26), pois a visão de mundo do sujeito (ou do grupo social) e suas ações são explicitadas através do recurso representacional. Dessa forma, “essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade” (JODELET, 1993, p.4). É, isto posto, a construção de uma identidade coletiva onde a partilha social rege as representações ancoradas, dentre outros aspectos, pela comunicação e adesão. Como enfatiza Jodelet (1993, p.13):

A comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas.

Por ser um saber construído nas práticas cotidianas (JODELET, 1993; 2001), o conhecimento científico é transformado em comum por intervém dos saberes estabelecidos nas trocas sociais com dois processos essenciais, a saber:

i. ancoragem: responsável por estabelecer o conhecimento novo através do que se possui anteriormente. Especialmente, vincula-se a uma trajetória e isso faz com que experiências sejam

fixadas. Sua principal função é de duplicar a figura por um sentido, favorecendo um contexto inteligível ao objeto e “enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência” (JODELET, 1993, p.18) e;

ii. objetivação: se faz quando uma representação torna um ícone através dos paradigmas na memória, havendo uma série de significados que designa o fenômeno simplificada (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2001; 2003), onde “a ‘naturalização’ das noções lhes dá valor de realidades concretas diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros” (JODELET, 1993, p.18-19).

De igual modo, esse percurso não se faz referência exclusivamente ao fato científico, “está na base de muitas produções materiais e institucionais. É particularmente visível nas comunidades urbanas e rurais cuja unidade e identidade são asseguradas pelas trocas informais estabelecidas entre os grupos ‘coativos’ que os compõem” (JODELET, 1993, p.13 *apud* MAGET, 1955). É pela teoria das RS que se adquire uma explicação psicossociológica da vida rotineira, onde os seus sujeitos produzem e comunicam suas representações (MOSCOVICI, 2001), resultando na produção de fatos sociais (JODELET, 1993; 2001).

Dado o exposto, entende-se que a representação social é estabelecida como um dado empírico do qual se parte para uma análise que permite conhecer a consciência; as atividades e identidade do sujeito. Por ela se desenvolvem estudos descritivos sobre grupos, indivíduos e dinâmicas revelados nos processos situacionais, ideológicos, interindividuais (entre os indivíduos) e intraindividuais (processos subjetivos) (LOPES, 2013). Como ilustra Jodelet (1993, p.12-13 *apud* LATOUR, 1983):

De todas as atividades humanas a fabricação de fatos é a mais intensamente social, tal é a evidência que permitiu recentemente a sociologia das ciências alçar seu voo. O destino de um enunciado está, literalmente, nas mãos de uma multidão; cada um pode deixá-lo cair, contradizê-lo, traduzi-lo, modificá-lo, transformá-lo em artefato, torná-lo irracional, introduzi-lo em outro contexto a título de premissa, ou em alguns casos, verificá-lo, certificá-lo e passá-lo tal e qual a alguém. A expressão ‘é um fato’ não define a essência de certos enunciados, mas certos percursos numa multidão.

Representar, desse modo, implica “agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais” (JODELET 2001, p.28). Igualmente, origina dar sentido ao que é vivido e experimentado (PESAVENTO, 1995), marcando pertencimentos sociais que possibilitam identidades aos membros de uma comunidade, haja vista que “a natureza consensual de uma representação é geralmente parcial e localizada” (LOPES, 2013, p.25159). De tal maneira, as

características do sujeito (ou do grupo social) estudado são manifestadas por ela. Às vistas de Martins *et al* (2003, p.555 *apud* TRINDADE, 1996), a RS se justifica e é validada pois:

as representações sociais têm ocupado um espaço importante e têm sido um instrumento fundamental para a compreensão da complexidade, das aparentes discrepâncias e dicotomias que surgem no processo de conhecimento de um dado fenômeno social, tendo como pressuposto fundamental o efeito do cotidiano em sua construção.

Entende-se, com isto, que são opiniões (tomadas de posição), conhecimentos (relacionados à aprendizagem) e crenças (vinculados a convicções) que sustentam as representações do grupo social como “um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria, etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico” (JODELET, 2001, p.22). Os estudos que abarcam a RS tiveram seu destaque nas sociedades urbanas e industrializadas, já que são construídas, ressignificadas e transformadas na vida rotineira dos sujeitos que representam um mesmo fenômeno de formas distintas.

A utilização dessa teoria no campo da exclusão social, trabalho, gênero, identidades é percebida devido a multiplicidade de representações que estes temas são titulares. Por fim, a RS tem destaque nas análises das sociedades contemporâneas haja vista que apresentam dinamicidade, pluralismo e conflitos de representações sobre o mesmo objeto representacional. Aspectos esses que Moscovici (2001; 2003), dedicou tratar na sua tese de doutorado. Igualmente (JODELET, 1993, p.5-6):

Essas características gerais da representação explicam as focalizações da pesquisa que se apoia nas representações sociais: consideração à particularidade dos objetos; dupla centração [SIC] nos conteúdos e nos processos; atenção à dimensão social suscetível de flexionar a atividade representativa e seu produto. Partindo da riqueza do fenômeno observado intuitivamente, as diferentes aproximações recortam os objetos que são recolhidos, analisados e manipulados graças aos procedimentos empíricos atestados, para resultar em construções científicas justificáveis por um tratamento teórico. A riqueza da noção de representação, como a diversidade de correntes de pesquisa, fornece os ângulos de ataque e as óticas variadas no tratamento dos fenômenos representativos.

A dinamicidade das representações sociais reside no fato de elas serem interpretações de uma realidade, que se modifica no tempo, bem como pela própria circulação dos indivíduos em diferentes grupos sociais, haja vista que “a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual” (JODELET, 1993, p.12). As RS, assim sendo, é o processo capaz de tornar inteligível o objeto; quão longe

ou próximo ele está sendo “a representante mental do objeto [...] que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito” (JODELET, 1993, p.5).

Como relembra Sêga (2000, p.130):

embora se torne um instrumento referencial que permite a comunicação em uma mesma linguagem, a representação está aberta à possibilidade da polissemia, aonde ora se apresentam temas inovadores que provocam conversões de experiências, de percepções que conduzem a uma nova visão, ora se preserva a rigidez das formas de pensar e agir já testadas e sancionadas.

Assim, a partilha social alude a um mecanismo de determinações conexas à estrutura e às relações aonde dividir uma ideia (ou linguagem) é afirmar vínculos sociais e identificações sujeitos a reformulações e validações constantes (JODELET, 2001). As representações também intervêm nos processos de assimilação e difusão dos conhecimentos, além do desenvolvimento individual e coletivo, definindo identidades pessoais e sociais, bem como nas transformações sociais, que são avaliadas como fruto e procedimento de um exercício de apropriar a “realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social desta realidade. Isto significa que nós nos interessamos por uma modalidade de pensamento sob seu aspecto constituinte — os processos — e constituído — os produtos ou conteúdos” (ibidem., 2001, p.37).

Os estudos de Gonçalves *et al* (2008), apontam que essa teoria ergue um elo entre o individual e o social, formado por recursos simbólicos em torno das trocas sociais no mundo moderno e das dimensões simbólicas e culturais que o permeiam. Alinhado nessa premissa, Martins *et al* (2003, p.555) afirmam que:

representar, de acordo com esta perspectiva, não significa reproduzir ou duplicar, representar significa mais do que isso, significa re-construir. [SIC] Em outras palavras, representar é participar ativamente do processo de construção da sociedade e de si. A Teoria das Representações Sociais devolve ao indivíduo a sua importância na formação do social e afirma a sua participação ativa (modifica, movimenta, concorda) e não passiva (meros receptores).

Considerando o que foi apresentado, pode-se observar que a representação individual e coletiva sofre influência mútua, haja visto que se torna inviável elucidar crenças e ideias com base no pensamento individual e, em contramão, propor explicações de acontecimentos sociais segundo ações individuais. As RS, por fim, têm seu molde a partir do lugar em que o indivíduo se situa e sua mentalidade corresponde à sociedade em questão (ARRUDA, 2002).

As representações tendem a revelar um elemento simbólico e de importância social, uma vez que “um símbolo representa outra coisa diferente de si mesmo: é uma ideia sobre um objeto, compartilhada por homens, independente do próprio objeto” (MOSCOVICI, 2001, p.47). O objeto é, por conseguinte, um vínculo entre os homens, que torna a sociedade consciente de si mesma, e que estimula o afeto e as emoções por meio de tradição. Em síntese, e como colocado por Serge Moscovici (2001, p.55), as “representações ressaltam os fatos e interpretam uma realidade” que “é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social” (ARRUDA 2002, p.151).

De modo a entender como se estabelece o conteúdo das RS, duas posições são consideradas: **i.** a primeira busca resgatar aquilo que constitui a representação (informações, imagens, sentimentos, crenças, valores, opiniões, atitudes, memórias, elementos culturais, ideológicos, políticos, históricos, etc.), “completada pela pesquisa do princípio de coerência que estrutura os campos de representação: organizadores sócio-culturais [SIC], atitudes, modelos normativos ou ainda esquemas cognitivos” (JODELET, 1993, p.18).

Em outros termos, a construção da representação emerge pela busca de elementos representacionais e tem como seu complemento uma associação com as funções sociais, normas e condutas que o grupo partilha. Esse tipo de estudo, por sua vez, é desenvolvido por “métodos de investigação como questionários, entrevistas, ou tratamento do material verbal consignado nos documentos atestados [...], igualmente abordados enquanto campos semânticos, conjuntos de significações isoladas com auxílio de diferentes métodos de associação de palavras” (JODELET, 1993, p.18 *apud* DI GIACOMO, 1981, 1985; LE BOUDEC, 1984; GALLI E NIGRO, 1986).

A segunda posição faz referência ao ato de resgatar **ii.** “as estruturas elementares em torno das quais se cristalizam os sistemas de representação” (JODELET, 1993, p.18) o que resulta numa análise particularizada desse fenômeno. Como reforça Jodelet (1993, p.18) “Abric (cap. 8) e Flament (cap. 9) desenvolveram um modelo teórico, que distingue elementos centrais e periféricos, do qual tiram importantes implicações do ponto de vista da estabilidade e da mudança das representações, bem como de sua relação com a prática”.

A partir desses pressupostos, a utilização da teoria das representações sociais nesta dissertação é justificada para entender as feiras enquanto fenômeno social e, como tal, pensado; avaliado; interpretado e discutido (PESAVENTO, 1995), representado pelas mulheres feirantes principalmente no sentido da inclusão social e da identidade. A proposição desta condição advém de que as representações devem ser analisadas “articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração

das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm” (JODELET, 1993, p.8), pois “o substrato da representação social repousa na consciência de cada um, na representação coletiva e na sociedade em sua totalidade” (MOSCOVICI, 2001, p.47).

2.1.3. As representações sobre as feiras: entre a prática cultural preservada na contemporaneidade e vulnerabilidade social dos feirantes

As feiras são um objeto polissêmico, pois dada a sua longevidade histórica e sua presença verificada em diferentes partes do mundo, entende-se que várias representações sociais (positivas e negativas) foram (e são) elaboradas sobre esse espaço, seus frequentadores e trabalhadores. Nesta parte do capítulo pretende-se, através de fontes bibliográficas, mapear esse conjunto de representações que incluem justificativas para a permanência desse tipo de comércio no mundo contemporâneo, sua importância cultural, mas também os aspectos de vulnerabilidade social que afetam a atividade laboral dos feirantes.

Os estudos que referenciam a formação das feiras livres e mercados na história são de uma variedade ímpar. Têm-se como historicamente aceito que seu aparecimento data do século XI com a abertura de vias comerciais entre oriente e ocidente tendo por rota de trânsito o Mar Mediterrâneo, lugar de desenvolvimento comercial protagonizado pelos burgos (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005). Em meados do século XIII, quando as rotas terrestres se tornaram ameaçadoras, as vias marítimas ganharam importância e no século XIV a fixação dos mercados em centros de relevância populacional (tal qual Londres) fez diminuir a importância das feiras (PEDRO; COULON, 1985). É, de tal modo, referenciada como uma das atividades mercantis mais antigas (SILVA; SILVA, 2016) onde “foi se transformando ao longo dos anos e gradativamente passou a ofertar itens que a sociedade atual ia necessitando, ao mesmo tempo em que oferecia aquilo que o passado se encarregara de ofertar como necessário para a vida cotidiana” (*idem.*, 2016, p.7).

Buscando o significado da palavra, Cuervo *et al* (2019, p.293 *apud* MINNAERT 2008) informam que “a feira é um espaço que engloba um cenário de práticas sociais que fomenta e se dá pela relação interpessoal. A palavra ‘feira’ vem do latim *feria*, que significa ‘dia de festa’, é um local de vendas, trocas, encontros e conversas”. Além das trocas comerciais, a feira é reconhecida como espaço de relações interpessoais onde se intensifica o contato face a face através do “elo entre produção e consumo” (GUIMARÃES; DOULA, 2018, p.2).

Esse aspecto não se limitou ao cenário europeu, mas foi mantido também no processo de colonização das Américas. No contexto histórico brasileiro as feiras assumem o papel de

oportunizar às populações urbanas o abastecimento de alimentos com os mais variados produtos oriundos da agricultura, da pecuária, da pesca e do artesanato. Guimarães e Doula (2018, p.3 *apud* MASCARENHAS, 2008) apontam que além da tradição ibérica, a feira livre brasileira herda “práticas africanas populares chamadas de quitandas, do quimbundo kitanda, que significa mercado”, constituídas por “agrupamentos de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros, que comercializam produtos de pequenas lavouras e pescas” (idem., 2018, p.3).

Como referenciado por Cuervo *et al* (2019, p.285), “a feira pode ser entendida usualmente como o grupo de pessoas que ‘fazem a feira’ – produtores(as), consumidores(as), e outras –, que compartilham interesse pelo seu espaço”. Enfatizando as interações culturais que ela propicia, Sacco dos Anjos *et al* (2005, p.19) consideram que uma de suas características é ser “um espaço social detentor de atributos peculiares que, presumivelmente, asseguram sua persistência na sociedade contemporânea”. São, dessa forma uma atividade itinerante que ocorre no espaço público. A:

feira livre caracteriza-se por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais que mescla diversas gramáticas sociais e vale-se de regras tácitas. [...] A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos (SATO, 2007, p.101).

Colaborando nesta análise, Sato (2007), também dá ênfase ao fato de que nas feiras livres se faz presente uma interação simbólica central que se ramifica através das conversas e decisões. O centro da rede, por sua vez, situa o feirante que estabelece conexões com o consumidor que satisfeito (ou não) com o produto e atendimento o indicará a outros. É por essa aproximação face a face que a feira “se estabelece como um ambiente de sociabilidade e lazer, onde as relações interpessoais entre os próprios feirantes e com os fregueses são de fundamental importância para a realização e manutenção da atividade laboral desempenhada” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.62).

Assim, a importância e persistência das feiras livres se explicam, em primeiro lugar, pelas novas orientações do consumidor que busca não apenas o que se nomeou por *food security*^o mas também os *safety food*, ou seja, a feira é representada por atributos de segurança

^o Entende-se os *food security* como aqueles com “orientação genérica em prol da ampliação da disponibilidade e garantia ao acesso a alimentos social e culturalmente referenciados” e os *safety food* como aqueles com “garantias em relação à qualidade dos alimentos e ausência de riscos à saúde para o universo de consumidores” (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005, p.5).

alimentar e saudabilidade (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005). Em segundo lugar, e em contraste com as relações impessoais e anônimas dos supermercados, as feiras são representadas como espaços sociais de troca de saberes e práticas mercantis orientadas pelo reconhecimento mútuo entre feirantes e fregueses (GUIMARÃES; DOULA, 2018) e “também mantém sua importância pelos aspectos culturais, políticos e sociais, pois é lugar de encontros e reencontros” (SILVA; SILVA, 2016, p.6). Uma terceira justificativa para sua presença em tempos atuais está relacionada ao fato de que é um ambiente diverso, que abarca todos que nele queiram integrar, configurando-se então “como um lugar de fundamental importância no cotidiano urbano dos países subdesenvolvidos, à medida que absorve a população ‘excluída’” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.63). Como elucidam Silva e Silva (2016, p.14-15), é nesse espaço que se faz presente uma multiplicidade de produtos e ações (FIGURAS 11 e 11b):

“Assim, é importante compreender o movimento dialético do velho e do novo, em que o se transforma, mas não desaparece” (SANTOS, 2013, p.1). [...] Daí ser a feira o lugar do misturado e é por essa característica de tudo caber na feira – e, por vezes, em um único banco – que se concorda com o termo inércia dinâmica, atribuído a esta atividade que permanece e se transforma, concomitantemente. Assim, através do uso dos múltiplos lugares de consumo dentro da feira, há a manutenção de hábitos de consumo tradicionais e o oferecimento de hábitos de consumo modernos, ou seja, existe a coexistência de práticas sociais novas e velhas.

Figura 11 e 11b- Contraste entre uso da balança de pesagem antiga com aceitação de pagamento via cartão



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Pesquisadores brasileiros destacam que as feiras livres permitem um plano representacional de estreitamento cultural entre o rural e o urbano (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004), onde atividades profissionais, econômicas, de lazer, educacionais e culturais se aproximam num fluxo que envolve trocas de mercadorias, palavras, memórias e visões de mundo (COUTINHO; DOULA, 2014). Cuervo *et al* (2019, p.293) destacam que a feira é espaço de comunicação interpessoal no qual:

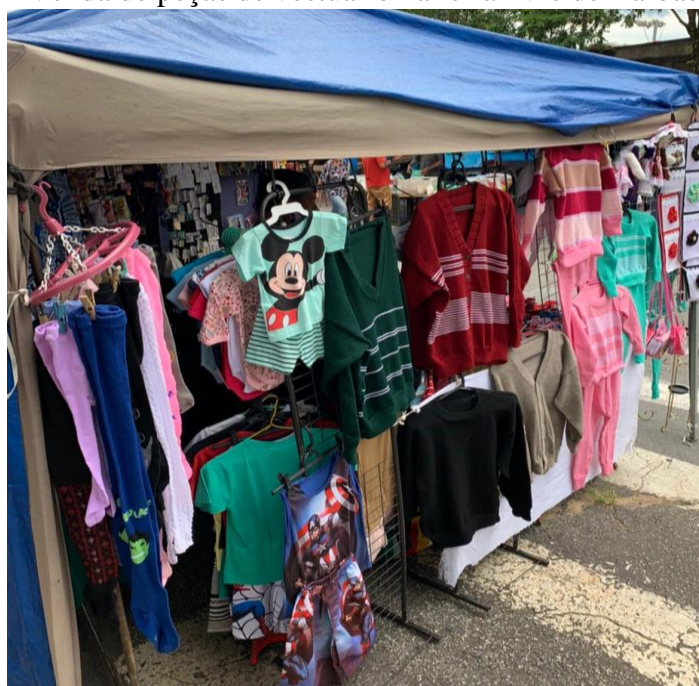
estabelece-se pelo contato face a face uma ética relacional, envolvendo ocupação do espaço, produtos, pessoas, significados, conhecimentos compartilhados. É nesse processo que a rede estabelecida gera relações de confiança e marca, por exemplo, a legitimidade da qualidade dos alimentos.

Carvalho e Araújo (2017, p.63) complementam que:

O cotidiano da feira livre é caracterizado por uma linguagem peculiar utilizada, a fim de propagandear os produtos, de formas de relações interpessoais marcadas pela informalidade que apontam para uma percepção da atividade laboral, que não se restringe ao trabalho realizado em si, mas, por vezes, toma a forma de divertimento, motivado, por aspectos, como estética, brincadeira, regras e arranjos interacionais e dialógicos. Desse modo, é permeado por complexas interações, adquirindo um significado social além de um local de comércio.

Entende-se, pois, que nesses espaços se faz presente uma gama de ações que permeiam desde a venda de produtos -dos mais tradicionais a novos como vestuário, bijuterias e eletrônicos- (FIGURA 12, em página sucessora) a contatos de sociabilidade, haja vista que sua importância perpassa a questão econômica “na medida em que se apresenta como um lugar de encontro, visto que, além das trocas comerciais, as pessoas buscam relações sociais, o lazer, o passeio e a diversão. Por isso, se admite que a feira livre possui uma importância cultural, social e política” (SILVA; SILVA, 2016, p.7).

Figura 12- Venda de peças de vestuário na feira livre de Barbacena – MG



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Propondo compreender como se estabelecem as dinâmicas sociais que a feira preserva é de relevância nessa dissertação destacar a dualidade que, também, nela existe. Se por um lado é representada como espaço mobilizador de contatos interpessoais, por outro a feira também assume a feição de lugar de trabalho consideravelmente pouco tecnológico e que demanda maior esforço daqueles que nela comercializam alimentos e produtos agropecuários.

Nisto, se observado como é a feira detentora de práticas socializadoras e simbólicas, que compete a ela “mesclar relações de trabalho com as familiares, de vizinhança e de amizade; acionar suas rotinas valendo-se de regras tácitas e operar por meio de relações de cooperação e competição” (SATO, 2007, p.95). Nisto, as relações de proximidade se justificam, especialmente:

porque os clientes se conhecem da vizinhança; dos graus de parentesco; de ser padrinho, madrinha ou afilhado(a) de alguém. E na feira? Este espaço é ainda mais repleto de espontaneidade, de alegria ao encontrar alguém querido, mas que não há oportunidade de vê-lo durante a semana. É o lugar de pessoas que circulam para paquerar, como também daquelas que estão andando sem a pretensão de nada comprar [...]. Assim, são essas práticas – dentre outras que não foram mencionadas – que fazem da feira o que ela é: uma forma comercial que abriga práticas de consumo que dificilmente se conseguirá obter em outras formas comerciais, principalmente, quanto mais modernizadas estas forem (SILVA; SILVA, 2016, p.16-17).

A feira, se considerada a explicação de Leny Sato (2007), abarca uma dualidade entre manter uma identidade historicamente construída, mas que constantemente necessita de práticas

e dinâmicas diferenciadas dos supermercados e hipermercados (tidos como lugares de relações anônimas) para se manterem presentes nas sociedades urbanas, aspecto esse apresentado também noutras análises (MENASCHE, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SILVA; SILVA, 2016; GUIMARÃES; DOULA, 2018).

Conforme demonstra Sato (2007), as atividades econômicas e ocupacionais nos espaços urbanos são divididas em dois circuitos: o circuito superior (abarcando as atividades econômicas consideradas modernas e que gerem acumulação de capital) e o circuito inferior (onde se concentram atividades menos complexas e com pouco – senão nenhum – aporte tecnológico). Desse modo, (*idem.*, 2007, p.95):

O “circuito superior” engloba as atividades econômicas ditas “modernas”, voltadas para a acumulação de capital, como os grandes conglomerados orientados pela economia global; incorpora tecnologia de ponta, emprega trabalhadores com nível de escolarização/qualificação mais elevado; as atividades de comércio voltam-se para segmentos das classes média e alta. **Por sua vez, o “circuito inferior” orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, também prioritariamente, garantir a sobrevivência.** Por ser hegemônico, o “circuito superior” da economia orienta as regras para o funcionamento do “circuito inferior” também, o que pode ser sentido como uma convivência tensa [grifo nosso].

Especificamente, as relações tensas entre a feira e as redes amplas de mercados e hipermercados são evidenciadas pela capilaridade com que essas empresas se tornam presentes em pequenos municípios (SATO, 2007). Muito embora haja distinções entre os dois circuitos, ambas as atividades possuem influência e convivência mútua, pois àquelas que se alocam no circuito inferior (como a produção agropecuária que muitos feirantes praticam, por exemplo) por vezes escoarão os produtos para a rede atacadista que “tem como fregueses pessoas dos estratos sociais médios e altos. Além disso, observa-se que os supermercados buscam reproduzir a estética da feira livre e, em alguns casos, também o atendimento personalizado, característico da feira livre” (*ibidem.*, 2007, p.95).

Dessa forma, as feiras livres, inclusas no circuito inferior, sofrem diretamente as ações e pressões daqueles presentes no circuito superior e, por resposta, surge a sensação de receio e intranquilidade quanto a sua preservação e permanência, como destacado em múltiplas análises (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SATO, 2007; CUERVO *et al*, 2019). Com isto, “não é à toa que os feirantes trazem, espontaneamente, o tema da extinção da feira livre. As ameaças

sentidas vêm de longa data. A pulverização dos supermercados freqüentemente [SIC] é considerada a causa da queda de movimento das feiras livre” (SATO, 2007, p.96).

Outra questão demonstrada por Sato (2007) e que favorece o questionamento da concepção romantizada da feira livre como ambiente onde tão-só se estabelecem relações socioculturais positivas, repousa no fato de que o seu processo de organização definirá quão satisfatoriamente seus integrantes farão frente ao circuito superior. Em outros termos, os feirantes:

São pessoas situadas em lugares, defrontando-se com regras, valores, projetos e metas definidos de modo autônomo ou heterônomo; são pessoas posicionadas em degraus hierárquicos diferentes ou não; com maior ou menor amplitude de poder para definir os rumos do que se pretende organizar, os objetivos da empreitada bem como os caminhos adotados. Vale lembrar, ainda, que são interações simbólicas desenroladas tendo-se em vista a dimensão técnica à disposição (equipamentos, máquinas, procedimentos etc.) e o ambiente sócio-econômico [SIC] e cultural no qual se insere.

Percebido isto, a representação sobre a feira (e conseqüentemente sobre o *ser feirante*) assume uma dicotomia ora de posicioná-la como espaço positivo de redes de sociabilidade e troca cultural, ora como espaço de trabalho árduo (FIGURAS 13 e 13b, em página sucessora) com “a chegada dos feirantes na madrugada trazendo seus equipamentos, mercadorias e montando suas bancas” (SATO, 2007, p.97). Em sua autorrepresentação da atividade laboral, os feirantes relatam uma “sobrecarga de trabalho (jornada dupla/tripla), os quais chegam a trabalhar cerca de 12h/dia” (CARVALHO, AGUIAR, 2017, p,63).

Figura 13 e 13b- Montagem das barracas para a feira livre de Barbacena -MG



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Essa outra representação é notada quando se considera que seu trabalho “pode representar tanto uma condição de neutralidade quanto de centralidade na identidade pessoal dos trabalhadores assim como na identificação com a sociedade” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.40). De acordo com Sato (2007, p.99), além das condições árduas de trabalho, a feira é também um espaço de hierarquizações laborais e vulnerabilidades sociais, pois:

A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer a feira livre. [...] Vizinhos no bairro de moradia podem experimentar posições de ajudante e patrão, e amigos podem trabalhar como ajudantes na mesma banca. Vê-se, entre os ajudantes, intensa rotatividade pelas diversas bancas. Um ajudante pode trabalhar para várias “firmas” no decorrer da semana. A feira livre é notória por abrigar vínculos precários de trabalho em termos de proteção social (Guimarães, 1969; Santos, 1979/2004).

Como destacado por Sato (2007, p.99) a feira “remete à necessidade de convivência entre diversas pessoas com livre-iniciativa, à possibilidade de construção de acordos e à manutenção de um ténue equilíbrio entre relações cooperativas e competitivas”. Além disso, como enfatizado pelo autor em seu estudo de caso (ibid., 2007, p.98):

o nomadismo estrutural faz com que o feirante tenha que “*montar uma loja todo dia*” (Dinorah). E isso quer dizer muito mais que estar submetido ao trabalho fisicamente pesado de transporte, carregamento, montagem, arrumação e desmontagem da “*loja*”. O nomadismo requer que os feirantes se situem e convivam em ambientes sociais, econômicos e culturais diferentes, garantidos pelos perfis da freguesia e pela convivência com feirantes diferentes em cada lugar. A cada dia o feirante situa-se em um campo social diferente (Lewin, 1943/1963, 1936/1973).

As relações de cooperação/competição entre os feirantes numa mesma feira podem ser positivas/negativas. Ora há uma situação de colaboração mútua (com chamamentos e indicações ao consumidor de outra barraca caso a sua não tenha o que se pede; com trocas entre os feirantes de produtos sem necessariamente ter o dinheiro como mediador da operação e compartilhamento de experiências de vida), ora há uma situação representada como ação desleal que compromete a venda alheia. Como exemplificado por Sato (2007, p.99):

Relações de cooperação e de competição com os feirantes de uma mesma feira são observadas e podem mesmo ocorrer em momentos contíguos. Para servir a “sua” freguesa, eventualmente Dona Jurema socorre-se na banca de Zico tomando-lhe a mercadoria que lhe falta; mas, no momento seguinte, pode dirigir-lhe comentários que apontem o quão reprovável foi a sua decisão de praticar preços tão baixos – “*marretar*”, segundo o vocabulário dos feirantes –, pois os demais feirantes não podem acompanhá-lo. Mas, se a presença do concorrente pode ser incômoda, aos olhos de alguns, ela é necessária.

Dessa forma, os contatos estabelecidos entre os feirantes permeiam a cooperação e a disputa, ora ajuda mútua e colaboração com vendas de produtos, ora com a concepção de que o seu produto necessita ter destaque dos demais. Nisto, o sentido de trabalho “é fortemente influenciado pela organização do trabalho, pois esta é capaz de alterar os comportamentos dos trabalhadores de forma que paulatinamente passem a ter atitudes positivas para com as funções que executam, com a organização e com eles mesmos” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.42 *apud* MORIN, 2001).

A dualidade da feira tem destaque, pois do mesmo modo que se tem evidenciado o trabalho para ‘chegar à feira’ é percebido também como nesse mesmo lugar se faz presente uma diversidade de acordos e circunstâncias entre feirante/feirante e feirante/consumidor, os quais são revelados através da prática cultural que na feira se preserva (SATO, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017).

Baseada num contato face a face é totalmente moldável de negociações (diferentemente dos supermercados e hipermercados), haja vista que na feira o consumidor têm a sua frente

aquele que por diversas vezes é o produtor (o que obviamente não se torna via de regra geral, ora que se faz presente àqueles nomeados como atravessadores –revendendo produtos comprados dos agricultores–) e, com isto, a conversa informal gera o “fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral” (SATO, 2007, p.98 *apud* ELIAS, 1987/1994b, p.29).

Em cooperação ao estudo de Sato (2007), Carvalho e Aguiar (2017) se propuseram a demonstrar como a atividade laboral de feirante engloba mais que aspectos vinculados a questão cultural. São eles que “desenvolvem suas atividades em condições de trabalho que os tornam vulneráveis a impactos sociais, econômicos, psicológicos e físicos inerentes à atividade informal que desempenham” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.60). Feirantes estão, dessa forma, afetados a eventos externos que poderão gerar incertezas quanto ao que exercem e como isso reflete em indicadores de inclusão social sob a perspectiva de trabalho.

Não é de interesse nesta dissertação estabelecer uma leitura depreciativa das feiras (não se importando com os meios desde que se chegue a determinado fim), e nem interpretar a feira pelo viés romantizado. O que de fato tem ênfase é tornar público ao leitor que, se percebida nas múltiplas análises como palco de interações sociais e simbólicas (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; DAJUI, 2006; COUTINHO; DOULA, 2014; GUIMARÃES; DOULA, 2018; CUERVO *et al*, 2019), também acolhe fatores pouco publicitados como o acordar do feirantes pela madrugada; a dificuldade de chegada para montagem das barracas; os custos de produção, colheita e transporte dos alimentos e produtos que serão vendidos; o trabalho ao sabor das intempéries, bem como outros aspectos que por vezes podem ser obscurecidos em decorrência de se privilegiar uma interpretação e supervalorização da troca cultural existente nesses lugares que se preservam ao longo do tempo (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005).

Outros aspetos negativos têm sido destacados em bibliografia recente, notadamente da área médica e da saúde pública, como “reduções da eficiência do processamento cognitivo, do tempo de reação e responsividade atencional; *déficit* de memória; aumento da irritabilidade; alterações metabólicas e endócrinas e quadros hipertensivos” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.63) que afetam os trabalhadores da feira. Fatores como esses são representados pelos feirantes como condicionantes ou incapacitantes da atividade, e tais problemas de saúde afetam, além da própria debilidade física, a diminuição ou mesmo a interrupção dos ganhos financeiros (SATO, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017).

Essas condições se atrelam às dimensões sociais/pessoais (cansaço, receio de perder a função, etc.); ambientais (descarte dos resíduos da feira, coleta seletiva, etc.) e econômicas (ganho de recursos financeiros vinculados a períodos de maior ou menor venda, períodos de entressafra, etc.) que impactam diretamente em suas vidas, “visto que, além de reduzir seu tempo de lazer e convívio com familiares, altera as práticas de cuidado de si, e, conseqüentemente, a sua saúde” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.63).

Como concluído e alertado por Tolfo e Piccinini (2007, p.42), o cuidado nesses quesitos é de extrema importância pois “deve se levar em consideração a importância de condições de trabalho adequadas, capazes de proporcionar ao indivíduo ambiente em que possa exercer autonomia e participação, o que contribuirá, certamente, para seu desenvolvimento pessoal”.

Partindo do viés analítico e dos valores simbólicos envolvidos no espaço das feiras, a dissertação se justifica ao buscar compreender quem são as mulheres feirantes de Barbacena – MG, como constroem suas relações sociais e quais significados atribuem ao seu ofício neste espaço sob a perspectiva da identidade profissional e da inclusão social, pois “torna-se fundamental o aumento da atenção voltada para o grupo ocupacional em questão, especialmente no que diz respeito a suas condições de trabalho” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.64).

Seguindo essa linha argumentativa, o próximo capítulo se dedica a mapear as contribuições conceituais e teóricas a respeito da identidade, considerando-se, nesta dissertação que a identidade também é uma representação e, como tal, passível de reconstruções, diálogos e disputas.

CAPÍTULO III: CATEGORIA ANALÍTICA – IDENTIDADE

Neste capítulo o foco recai no tema da identidade, priorizando-se os debates no âmbito das Ciências Sociais, notadamente a sociologia e a antropologia. Entendida como uma representação de si e dos outros, a identidade no mundo contemporâneo abarca múltiplas dimensões que os indivíduos e grupos sociais podem acionar para destacar suas semelhanças e diferenças em diversos contextos.

Uma dessas dimensões refere-se à identidade profissional, que passa por questionamentos diante dos processos de globalização e intensas modificações no mundo do trabalho contemporâneo. Finalmente, aborda-se no capítulo o que significa ser feirante, a partir de representações positivas e negativas sobre a atividade, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e estudos de caso.

3.1. Identidade nas Ciências Humanas

Os debates referentes ao conceito de identidade são vastos e sem respostas inquestionáveis. Majoritariamente discutido no campo da Ciência Social contemporânea, o conceito é recente e “demasiadamente complexo, muito pouco compreendido [...] para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2014, p.9). A categoria teórica de identidade, assim sendo, não se limita a uma construção fixa, mas se estabelece a partir das representações que indivíduos e grupos constroem sobre si. O início de sua utilização se distancia do que se tem aceito teoricamente na contemporaneidade, ora que tomava (CARIA, 2017, p.3):

por referência a ideia de que os constrangimentos sociais começavam desde logo nas comunidades culturais de pertença dos indivíduos que os limitavam absolutamente as possibilidades de adaptação de valores e atitudes de mudança de comportamentos, não deixando abertura para a diferenciação cultural por via da interação social.

Dessa maneira, é notado que o início do conceito não tinha o significado de diferenciar as singularidades de cada grupo social (e por consequência aqueles que o integravam), “mas sim, principalmente, o de conformar os indivíduos às condições sociais existentes (papeis institucionais e desigualdades de poder vigentes)” (CARIA, 2017, p.3). Trabalhado teoricamente sob a égide sociológica, o “conceito de identidade tem acompanhado as transformações que têm ocorrido nas sociedades ocidentais e capitalistas nos últimos três séculos quanto ao modo como os indivíduos constroem as suas identidades sociais” (idem, 2017, p.3). A identidade, por sua vez, tem existência no modo discursivo, moldada a partir de condições temporais e espaciais.

Num contexto de múltiplas situações discursivas que se entrelaçam na vida rotineira, as identidades (ou identificações como Telmo Caria as denomina) se constituem pelo posicionamento do indivíduo situado em suas interações sociais (HALL, 2014). Portanto, as primeiras discussões sobre o conceito estabeleciam que (CARIA, 2017, p.3):

O social e o cultural eram vistos apenas como limitadores da identidade das pessoas e portanto a consciencialização individual da experiência social obtida (a identidade social) seria sempre um impedimento às possibilidades sociais de diferenciação social identitária; eram sempre a parte da identidade que obrigava os indivíduos a serem (a terem que ser) semelhantes, apesar das diferenças individuais.

A noção de identidade, na sua primeira concepção, remetia ao que é estático; fixo; estrutural e intimamente pessoal (integrando o indivíduo na sociedade e nas suas culturas e subculturas) que se contrapunha (em maior parte negativamente) à “força das condições e dos constrangimentos da sociedade estabelecida” (CARIA, 2017, p.3). Telmo Caria considera que (2017, p.3):

Nesta acepção a identidade tinha sempre uma essência pessoal e expressava apenas uma singularidade e uma diferenciação individual (face ao todo social) e/ou interindividual. Assim, o conceito de identidade aparecia como um sinal de liberdade subjectiva dentro (e apesar) das condições e dos constrangimentos sociais existentes, não fazendo por isso sentido falar de identidades sociais e colectivas, mas apenas das culturas de socialização dos indivíduos (identidades culturais herdadas).

A concepção do termo, em tempos atuais, é atrelada ao campo das Ciências Sociais que postula seu carácter dinâmico à medida que o indivíduo se torna influenciado e influenciador no grupo societário que integra e interage. Dessa forma, a identidade social “deixa de ter um referencial social-cultural para se contrapor e deste modo o conceito de identidade deixa de ser pensado como inato, de estar fixo e de ter uma essência que permanece ao longo do tempo” (CARIA, 2017, p.4).

Buscando novas análises do que seria identidade, Stuart Hall (2014), alude a três arquétipos, a saber: **i.** sujeito do Iluminismo, baseado numa concepção centrada e unificada; **ii.** sujeito sociológico, formado pela “relação com ‘outras pessoas importantes para ele’ mediando seus valores e símbolos (HALL, 2014, p.11)”, ou seja, a relação estabelecida entre o eu e a sociedade; e **iii.** sujeito pós-moderno, titular de “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não

biologicamente (HALL, 2014, p.12)”. Nesta dissertação, a perspectiva sociológica do autor foi a considerada como mais próxima de apresentar a realidade das participantes da pesquisa, uma vez que múltiplas identidades dos indivíduos são construídas e reformuladas por e entre eles.

O autor ainda elucida que “as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2014, p.9). Noutras palavras, as identidades antigas (instauradas como referências) enfrentam uma crise de identidade, a partir da qual as novas se estabelecem de maneira fragmentada e individualizada. Esse rompimento, emergido no final do século XX, vem alterando cenários referentes a “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2014, p.10). Existe, assim, a transformação das identidades pessoais a partir do momento em que se indaga a concepção de indivíduos totalmente integrados por uma partilha social, notadamente nesses cenários de transformação.

A chamada “crise de identidade” implica, de acordo com Stuart Hall (2014), em um duplo deslocamento (descentramento do indivíduo quanto a si e a seu lugar nos palcos sociais e culturais), refletindo um questionamento sobre quando a identidade e suas concepções são postas à prova. Mais ainda, Hall (2014, p.10 *apud* KOBENA MERCER 1990, p.43), expõe que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Existe, por vez, um sujeito contemporâneo dotado de não uma, mas múltiplas identidades, que são mantidas e acionadas segundo suas necessidades, se tornam variáveis e transitórias (HALL, 2014). Surge, portanto, o sujeito pós-moderno, livre de uma identidade imutável e inabalável, alterada em distintas situações e momentos – pois uma identidade inteiramente unânime, fechada e inquestionável “e coerente é uma fantasia. Ao invés disso [...], somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente” (HALL, 2014, p.12).

As sociedades modernas se colocaram como dilema as demarcações de identidade por justamente se pautarem na dinamicidade, o que as distancia e diferencia das sociedades tradicionais, reconhecidas por preservarem sua cultura de maneira hierárquica e geracional ao longo do tempo. Hall (2014, p.13 *apud* DAVID HARVEY 1989, p.12) comenta que a sociedade moderna é “caracterizada por um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” e, mais ainda, que a sociedade não é “como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma [...]”.

Ela está constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma” (HALL, 2014, p.14). Ainda assim, essa nova concepção de identidade favorece, conseqüentemente, novas articulações de sujeitos hábeis na “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação” (HALL, 2014, p.14 *apud* LACLAU, 1990, p.40).

Essas articulações de identidades, por vezes, podem ser entendidas como “o jogo das identidades” ilustrado por Hall (2014, p.15), em que se “percebe quais as conseqüências de uma multiplicidade ou segmentação das identidades”. Em outros termos, equivale dizer que uma identidade pode ser aceita ou negada a depender de qual situação esteja. É percebido que, no mundo contemporâneo, os indivíduos transitam fisicamente e socialmente entre múltiplos grupos e localidades. Com o advento da globalização, as identidades tornam-se influenciadoras e são influenciadas (pessoal e/ou virtualmente) e, nesse trânsito, há trocas culturais que pedem uma (re)construção e (re)definição das representações sociais, dentre as quais as que se referem às identidades sociais (MOSCOVICI, 2001; JODELET, 1993, 2001; HALL, 2014).

De acordo com Claude Dubar (1997), a condição de “identidade” tem correlação com objetos e domínios distintos moldados a partir de um espaço temporal fixado onde, dependendo da época considerada e do ponto de vista de quem ali vive não permanece estrutural (sem alterações), mas será o resultado de identificações eventuais. Dessa forma entende-se que se faz uma diferenciação dentre o que é uma identidade única daquela que é tida como geral.

A identidade única é aquela que almeja expor a diferença, o indicativo da particularidade do indivíduo em relação a outro alguém (ou objeto) ao mesmo tempo que procura encontrar o ponto comum. Assim, a contradição da identidade pode ser entendida como “aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado” (DUBAR, 1997, p.9).

Desse modo, as identidades (ou as “identificações”, segundo Claude Dubar) são constituídas por e para o próximo, ao mesmo tempo que são estabelecidas por e para o indivíduo. A defesa dessa condição por Dubar (1997) é amparada na teoria de Weber de que as identificações grupais e comunitárias emergem das relações sociais instituídas de um sentimento subjetivo, coletivamente aceito, que pode se basear na força da tradição; nas condições geracionais; nas heranças culturais adquiridas, iniciando seu primeiro processo no meio religioso, simbolicamente. O autor (*ibidem.*, 1997, p.132) relaciona as “identidades simbólicas às diversas formas identitárias no campo das crenças político-religiosas, aos tipos de referência a um Nós ou a um Outro, correlativos das diversas definições do coletivo”

Nesta linha teórica, o pertencimento dos indivíduos a um grupo, seja por sua etnia, religião, língua ou outros demarcadores, é instrumento de valorização e representações de

determinadas comunidades, pois se relacionam com sua fundação, criação e como se posiciona com o que é externo. De igual modo, esses demarcadores atuam na forma como o indivíduo interage e se identifica no âmbito privado, na sua valorização pessoal e concepção de pessoa. Em suma, entende-se que a identidade cidadã é individual, mas se constrói pela forma de identidade do grupo, da comunidade (DUBAR, 1997).

Já pela análise de Stuart Hall (2005), na era pós-moderna a condição de permanência, a certeza de que as identidades se manterão e conseqüentemente sua continuidade estão num processo de desvalorização e descrença, pois o sujeito pós-moderno dá ênfase a uma “celebração móvel”, a qual está em constante mudança e em direção do novo. É um sujeito titular de identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas.

Tomando como exemplo as representações sobre a identidade nacional, Hall considera que as culturas (e identidades) nacionais na verdade “são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2005, p.62). É nesse sentido que o autor afirma que a globalização tem deslocado constantemente as identidades culturais nacionais e causado impactos como: a desintegração societal, o reforço pela resistência, a mutação, enfraquecendo formas tradicionais de identidade cultural.

Existe, nisto, um conflito entre as identidades globais e as identidades locais, onde o processo de globalização gera efeito contraditório e de mudança nas identidades centradas, estruturais e fechadas de uma cultura nacional. Hall (2005, p.97) caracteriza esse movimento como “culturas híbridas”, haja vista que:

a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do global nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do local. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes.

Este fenômeno, assim, faz com que as identidades se tornem mais plurais e diversas e causando dois efeitos: **i.** o efeito da tradição, onde as nações querem voltar a sua singularidade e diferenciação e o de tradução, em que aceitam as identidades a ela impostas, transitando entre manter ou transformar, o que afeta as formas de identidade cultural e **ii.** o de tolerância, onde as múltiplas identidades regidas por uma heterogeneidade são mais aceitas sem julgamentos. A segunda hipótese, por sua vez, é evidenciada ao considerar que (CARIA, 2017, p.5):

Diz-se por isso que a sociedade moderna actual, nos países ocidentais e capitalistas mais ricos, é multicultural e que a identidade social de cada

indivíduo é cada vez mais uma construção autobiográfica (uma história que cada um vai contando para si próprio sobre quem é), desde que não se esqueça o papel constrangedor dos enquadramentos sociais dessa construção (posição social ocupada equilibrando condições e interações sociais).

Se, como analisam os autores até agora mencionados, a identidade no mundo contemporâneo é porosa, forjada pelos indivíduos durante sua trajetória de vida, e na qual foi possível produzir diversas identificações ao longo do tempo, pode-se entender que o trabalho, um forte marcador das identidades pessoais, também tenha sofrido alterações produzidas pelos avanços tecnológicos e pelas crises socioeconômicas que caracterizam a pós-modernidade.

Assim como certas identificações até então fixas (a língua, as fronteiras nacionais, o gênero, entre outras) estão postas em xeque, é válido pensar também que velhas e novas atividades laborais estão em confronto, algumas ganhando e outras perdendo funcionalidade, status e significados sociais.

3.1.2. Identidade profissional: uma categoria de análise

Ao se propor estabelecer uma definição do que é identidade profissional é quase (senão) impossível desassociá-la da condição de trabalho, de ocupação e emprego, haja vista que é sobre estes conceitos que ela se constitui. Propondo um resgate histórico, Aimoré Woleck (2002) demonstra que no período pós II Guerra Mundial os países industrializados se viam com avanços nas áreas de ciência, tecnologia e de materiais. Tal progresso resultava numa melhoria das condições vida para suas populações.

Ainda assim, o autor também elucida que o processo de mundialização do capital trouxe como resultados uma complexa crise econômica, onde os “governos estão endividados, e as economias estão cada vez mais longe de proporcionarem condições de emprego àquelas que já estão ou já entram no mercado de trabalho” (WOLECK, 2002, p.1). Não é de necessidade nesta dissertação buscar a etnologia da palavra “trabalho”, menos ainda estabelecer um espaço temporal denso do termo (e dos demais) ao decorrer dos séculos. Todavia, é de valia destacar que sua utilização era, senão predominantemente, associada ao que era custoso; ao que exigia esforço e, por conseguinte, sofrimento (idem., 2002).

Na sociedade grega (creditada como matriz das ocidentais), o trabalho era encarado em função do produto que por ele se produzia e, principalmente, por sua utilidade e condição de suprir às necessidades humanas. É, assim, “um fenômeno social intrínseco à vida humana, adotando significados contraditórios, como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão” (CARVALHO: AGUIAR, 2017, p.60).

Como exemplificado por Woleck (2002, p.4) “o que contava era o valor de uso e não o valor de troca, isto é, o valor de uma mercadoria em relação às outras. O valor do produto como mercadoria não passava do valor de uso para outra pessoa”. Dessa maneira, se comparado aos tempos atuais, o trabalho exercido na sociedade grega se distancia do que as sociedades contemporâneas e industrializadas entendem como norteadoras: um trabalho pautado, sobretudo, numa produção em larga escala que por vezes tem em seu produto maior valor simbólico do que funcional.

O trabalho, pois, não era explicitado como instrumento de melhora de vida e acúmulo de bens, ora que “nenhum dos autores clássicos da Antiguidade jamais pensou no trabalho como possível fonte de riqueza” (WOLECK, 2002, p.4 *apud* VÁZQUEZ, 1977, p.31). Confirmado por Dubar (DUBAR **b**, 2005, p.164) “o termo “profissão” deriva dessa “profissão de fé” cumprida por ocasião das cerimônias rituais de admissão nas corporações”. Assim, qualquer ação de labor tinha como referência dimensões intrapessoais (como fortalecimento da fé) e não de lucro.

A associação de que é pelo trabalho que se obtêm proventos financeiros e também se cria uma identidade, de fato, profissional, remonta ao século XVII, uma vez que antes desse momento não era concebida a condição de que o homem tivesse o direito naturalmente instituído à terra (WOLECK, 2002). Entende-se, pois, que (WOLECK, 2002, p.4):

A partir do século XVII, criou-se uma sociedade que não situa em primeiro plano a natureza ou a produção a serviço da transformação do homem, do cidadão da polis. Nela, o uso da mente por todos os homens não é considerado como próprio de homens livres, porquanto o trabalho físico, por seu caráter servil e humilhante, repousa nos ombros daqueles que, na sociedade antiga, eram os escravos.

Dessa forma, sob a égide da tradição cristã ocidental (sobretudo com a Reforma Protestante), o trabalho assume um caráter de salvação que une o ser humano com a vontade divina. É representado como algo positivo, que faz crescer, que é engrandecedor e correto. Desde então a atividade laboral é valorizada e com a revolução agrícola, e com o crescimento dos centros urbanos e o processo de industrialização, o termo recebeu mais ênfase haja vista que “a lógica do trabalho perpassou a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. [...]. Para grande maioria das pessoas, o trabalho transformou-se em emprego na sociedade moderna” (WOLECK, 2002, p.5). Tolfo e Piccinini (2007, p.40) consideram que:

O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. É valorizado tanto pelos

defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas. Contudo, há que identificar as diferenças presentes neste consenso. Para os capitalistas, a valorização do trabalho ocorre a partir da existência da propriedade privada e obtenção de excedente por meio da mais-valia (o lucro). Já, no pensamento marxista o trabalho mercadoria (Marx, 1993), defendido pelos detentores do capital, não tem valor ou sentido para o trabalhador que se vê impedido de exercer sua liberdade e criatividade no trabalho exercendo suas funções com um sentimento de estranheza perante o todo, ou seja, alienado. Assim, o sentido do trabalho, por sua atribuição psicológica e social, varia, na medida em que deriva do processo de atribuir significados e se apresenta associado às condições históricas da sociedade. É um construto sempre inacabado.

Pelo trabalho o indivíduo tem sua interação com a sociedade a qual integra, sentindo-se pertencente a ela pelo o que nela, de fato, desempenha, pois “o trabalho precisa fazer sentido para o próprio sujeito, para seus pares e para a sociedade” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.43 *apud* DEJOURS, 1987), tornando-o então titular de uma identidade profissional, ou seja, uma função que ao exercer reflete na sociedade onde vive e convive haja vista que “somente a atividade que o homem exerce lhe permite dar um sentido ao seu entorno” (DUBAR**b**, 2005, p.167 *apud* NISBERT, 1966, p.89). A caminho do entendimento de que a identidade profissional só adquire sentido sobre aquilo que é exercido, é de interesse destacar que ela é efetivada quando vinculada a uma prática de status e destaque.

Posto isso, “é possível associar a oposição entre “profissões” e “ofícios” a um conjunto de distinções socialmente estruturantes e classificadoras que se reproduziram através dos séculos: cabeça/mãos, trabalhadores intelectuais/trabalhadores manuais, alto/baixo, nobre/vil etc.” (DUBAR **b**, 2005, p.165), sendo as primeiras tidas como corretas e de interesse e as segundas pouco relevantes. Embora essas distinções ainda sejam válidas atualmente, o trabalho assumiu uma nova ótica na contemporaneidade, tendo destaque ao processo de globalização e do sistema econômico capitalista. A função do trabalho (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.60):

é uma referência fundamental para o indivíduo, ao permitir sua interação com a sociedade, uma vez que ocupa lugar central em sua vida, haja vista que organiza suas demandas, horários, relacionamentos, enfim, o cotidiano. Exerce, portanto, função central na vida social, sendo imprescindível para a reprodução da sociedade. No fim do século XX e início do século XXI, concomitante com o desenvolvimento do capitalismo globalizado surgem novos cenários do mundo do trabalho, sobretudo com a emergência da Terceira Revolução Industrial. O processo de globalização implicou em mudanças na produção e organização do trabalho, político-ideológicas, assim como na composição e dinâmica da classe trabalhadora.

A noção de “ocupação”, por sua vez, já era considerada desde a Antiguidade. Na Grécia sua subdivisão era de ocupação inferior e ocupação superior e se referia especialmente à atuação

do homem na vida pública. Em tempos atuais, “*A ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo*” (WOLECK, 2002, p.6 *apud* DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.829) [grifo autor]. Com isto, é percebido que a condição de “ocupação” ocorre nas dinâmicas estruturais e conjunturais de cada sociedade, e é por ela que se estabelece. Assim (WOLECK, 2002, p.6):

A estrutura das ocupações nas sociedades modernas é resultante do avanço e da aplicação da ciência ao processo de produção; é consequência, portanto, do desenvolvimento da tecnologia, da divisão e organização do trabalho, da expansão dos mercados e do crescimento de pólos [SIC] comerciais ou industriais. Por isso, diferencia-se o fluxo das ocupações nas sociedades tradicionais e modernas, cujo ritmo de aparecimento, maturação e obsolescência das mudanças é extremamente rápido nestas e mais estabilizado naquelas.

Nisto, a ocupação (e por consequência a de identidade profissional) é vinculada ao conjunto de crenças e valores que modelam a noção de status. Dessa maneira, “não é por acaso que a lógica subjacente às relações sociais reduziu e circunscreveu a ocupação ao trabalho e ao emprego na sociedade atual” (WOLECK, 2002, p.7). Segundo Dubar:

O modelo das “profissões liberais” (sentido estrito) continua muito fecundo, mesmo que, como precisa P. Desmarez, sua definição de profissão seja diferente da dos funcionalistas: para eles, “uma profissão é um ofício que conseguiu que seus práticos dispusessem de um monopólio sobre as atividades que ele implica e de um lugar na divisão do trabalho que os impede de tratar com a autoridade do profano no exercício de seu trabalho” (Desmarez, 1986, p. 169). Como observa E Tripier (1984), essa definição ainda é muito marcada pelo contexto dos Estados Unidos e pela referência implícita ao Taft Hartley Act de 1947, que instaura uma distinção jurídica entre as atividades (*Professions*) cujos membros podem se organizar em associações profissionais e as atividades (*Occupations*) cujos membros podem se organizar apenas em organizações sindicais. Mesmo que uma minoria de assalariados consiga que sua atividade seja reconhecida como uma “profissão”, a maior parte deles não consegue ou consegue apenas parcialmente (fala-se, então, de “semiprofissões”). Esse reconhecimento como “profissão” parece, assim, constituir uma implicação social que depende sobretudo da capacidade dos membros de uma atividade qualquer para se coligar, para desenvolver uma argumentação convincente (Paradeise, 1988) e para se fazer reconhecer e legitimar mediante ações coletivas múltiplas (DUBAR **b**, 2005, p.187-188).

Por fim, mas não menos importante, o termo “emprego” remonta ao século XV e inicialmente remetia a “alguma tarefa ou determinada empreitada; nunca se referia a um papel ou a uma posição numa organização” (WOLECK, 2002, p.7). Desse modo, distante do que se tem associado atualmente, a condição de emprego correlacionava a algo a se fazer sem

necessariamente vincular a uma profissão e ocupação organizacional que o indivíduo teria. A conotação da palavra na contemporaneidade faz alusão ao indivíduo e uma organização onde aquilo que ele desempenha é, necessariamente, reconhecido e pago.

É o instrumento que possibilita ao indivíduo manter e estruturar suas atividades através de uma profissão (ou identidade profissional) (WOLECK, 2002). Nas sociedades modernas, industrializadas e dinâmicas o emprego apresenta grande importância na vida dos indivíduos onde, por vezes, estar empregado é dar significado a sua identidade como profissional.

Como analisado por Aimoré Woleck (2002, p.8):

Na sociedade centrada no mercado dos nossos dias, como já foi dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive numa base de troca. Isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver. Muitos deles, atualmente, não conseguem mais viver com dignidade com os salários que recebem. Os empregos tornaram-se tanto comuns quanto importantes; passaram a ser, nada menos, do que o único caminho amplamente disponível para a segurança, para o sucesso e para a satisfação das necessidades de sobrevivência. (*apud* BRIDGES: 1995, p.36-37).

É, dessa forma, que pelo emprego o indivíduo tem assegurada sua função produtiva na sociedade e conseqüentemente o reconhecimento e status daquilo que produz seja na esfera social, ou pessoal, haja vista que “o emprego passou a ser categoria dominante – se não exclusiva – para o reconhecimento do valor dos propósitos humanos” (WOLECK, 2002, p.9).

Na atualidade, as identidades profissionais só são estabelecidas se reconhecidas por seus pares, gerando “a constituição de um “grupo de referência” no interior da profissão, representando a um só tempo uma antecipação das posições desejáveis e uma instância de legitimação de suas capacidades” (DUBAR **b**, 2005, p.183). Ou seja, as identidades profissionais se estabelecem e validam entre si e seus pares, sendo intimamente vinculadas a representações sociais que são moldadas, reformuladas, debatidas e desconstruídas por e para os indivíduos do grupo de referência.

As identidades profissionais são, assim, construídas através do que se aprende, mais especialmente, com os seus semelhantes de ofício. É uma condição a ser construída pelo indivíduo “à medida que este vai ganhando experiência profissional e vai partilhando essa experiência com os outros, colegas de profissão mais velhos ou mais novos (cultura profissional)” (CARIA, 2017, p.2). Assim, a identidade profissional em sua totalidade, é formada pelo cotidiano e com aqueles que dela partilham de maneira comum e concomitante;

“a identificação principal é a do indivíduo com sua reputação no interior de sua comunidade disciplinar” (Idem).

O que se busca, antes de tudo, é o reconhecimento pelos pares, e o engajamento profissional está profundamente condicionado à esperança de um aumento desse reconhecimento ancorado, com frequência, na concepção de “vocação” (*commitment to a calling*, segundo Moore)” (DUBAR b, 2005, p.210). Dessa maneira, “cada profissional (cada um à sua maneira) vai sentindo que faz parte de (que pertence a) um grupo profissional (uma cultura profissional, com existência social e cultural reconhecida)” (CARIA, 2017, p.2). Além disso, a identidade profissional pressupõe a consciência e a reflexividade sobre um saber-fazer como destaca Telmo Caria (2017, p.2):

Ao fazer parte (ao sentir-se parte) de uma cultura, cada profissional é capaz de explicitamente dizer (expressar uma consciência sobre) qual é a sua interpretação sobre o conteúdo da cultura profissional a que considera pertencer. É esta interpretação subjetiva de uma cultura coletiva que se designa de *identidade social e profissional*: consciência que cada profissional tem sobre a relação que existe numa profissão entre perícia-prática, conhecimentos científicos e princípios e valores quando tem que agir em contexto profissional. [...] Responder a esta pergunta permite em simultâneo, ter consciência de uma diferenciação que demarca o profissional de outros (outras profissões, outros grupos sociais, outras culturas coletivas) e ter consciência que essa demarcação não ocorre ao acaso, porque pode e deve ter uma razão própria comum e partilhada entre os profissionais de uma mesma dada atividade. [grifo autor].

É, então, pela partilha comum de uma profissão que se faz a presença de uma consciência identitária entre indivíduo e sociedade, resultando numa importância social do seu papel como profissional no grupo social que integra, ora que “a profissão frequentemente adquire uma dimensão comunitária estruturante de todo sistema social” (DUBAR b, 2005, p.169). Percebe-se, assim, que a identidade é um fenômeno subjetivo (HALL, 2014; HALL, 2005; CARIA, 2017), fundamentado na posição social que o sujeito tem no grupo que integra/partilha. “Assim, toda profissão tende a se constituir em “um grupo de pares com seu código formal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comuns e a secretar *estereótipos profissionais*, excluindo, de fato, quem não corresponde a eles” (DUBAR b, 2005, p.180).

A compreensão do conceito sociológico do que é identidade profissional aponta para a referência “reflexiva que cada profissional tem (e exprime) dos constrangimentos e das possibilidades sociais que sente possuir na cultura de que faz parte e que simultaneamente o valoriza e o distingue perante outros grupos profissionais” (CARIA, 2017, p.3). Nisto “a

profissão é um grupo social específico, organizado e reconhecido, que ocupa uma posição elevada fundada em uma formação prolongada” (DUBAR b, 2005, p.175).

Sendo fruto de uma consciência subjetiva, a identidade social pessoal é marcada incrementada por outras identidades, como a profissional, a partir das relações sociais entre o sujeito e sociedade (DUBAR b, 2005; HALL, 2014; CARIA, 2017). Com isto, o processo de aceitação da identidade profissional, em sua maioria, é construído durante a socialização correlacionada, ou seja, durante o aprendizado profissional entre pares e “sempre de uma relação que se estabelece de maior ou menor (des)continuidade entre as experiências sociais do passado, do presente e de eventuais futuros” (CARIA, 2017, p.6).

Ademais é percebido como a identidade profissional veicula-se às representações sociais, haja vista que é objeto de debates, reformulações, posicionamentos, verificação de valores éticos e morais e dinamicidade. Como relembra Claude Dubar em *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* é por ela que se “mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de Si, engaja sua definição e seu reconhecimento sociais” (DUBAR b, 2005, p.187), de modo a trazer para reflexão aspectos sociais (a função que se exerce, seu *status*) e cognitivos (sentimento ao exercer a profissão, autorrealização).

Entretanto, Coutinho *et al* (2007, p.30), por sua vez, demonstram que “o atual contexto societário, particularmente quando nos referimos ao mundo do trabalho, contribui de forma decisiva para a fragmentação dos sujeitos e, deste modo, tende a reforçar a fragilidade e a condição efêmera e eternamente provisória da identidade”. Marcado pela precariedade, vulnerabilidade e fragmentação, o mundo do trabalho na contemporaneidade, segundo as autoras, impõe dificuldades para a construção das identidades profissionais. Relembrando as contribuições de Sennett (*idem.*, 2007, p.34), as autoras consideram que:

o trabalho flexível, temporário, terceirizado, com ênfase no curto prazo, diminui as possibilidades de as pessoas desenvolverem experiências e construir uma narrativa coerente para suas vidas. Segundo o mesmo autor, este modo de produção corrói o caráter do trabalhador, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.

Finalizando, vale destacar que o mundo do trabalho e das profissões, além das fragmentações produzidas pelo contexto socioeconômico atual, também é palco de tensões, acirramentos e conflitos produzidos e permeados por outras disputas e demandas identitárias, como as de gênero e raça, dentre outras. Na exemplificação de Dubar (b, 2005, p.181) percebe-

se uma estratificação profissional interna a partir de escalas valorativas sobre as mulheres ou profissionais negros:

As lutas dos “novos grupos” de mulheres, de negros, de minorias étnicas ou religiosas para “ingressar em profissões” não suprimem os estereótipos, mas os deslocam, principalmente hierarquizando subfunções desvalorizadas (*dirty works*) e subpúblicos confiados a esses grupos. Assim, [...], não é raro que nos Estados Unidos os contramestres negros vejam confiada a eles a responsabilidade de dirigir unicamente grupos de negros pouco qualificados e sejam chamados de “chefete” (*straw boss*). Do mesmo modo, as mulheres médicas são frequentemente confinadas aos cuidados com as crianças e chamadas de “*decteur poule*” (*hen doctor*)* etc. Assiste-se, então, a uma hierarquização e a uma segregação interna ao grupo profissional, reservando o essencial do mandato e do segredo unicamente aos profissionais dotados dos traços conformes ao estereótipo dominante.

*Apelido depreciativo, literalmente “doutor-galinha”. (N. da T.)

Como dito por Dubar (DUBAR b, 2005, p.183) tais exemplos indicam uma dualidade entre o “‘modelo ideal’ que caracteriza a ‘dignidade da profissão’, sua imagem de marca, sua valorização simbólica, e o ‘modelo prático’ que concerne às tarefas cotidianas e aos trabalhos duros”, relegados às chamadas minorias sociais. Da mesma forma, o autor aponta que nas profissões verifica-se a distinção entre profissionais formados em instituições de ensino técnico-científico e aqueles formados pelo aprendizado empírico e a observação contínua do saber-fazer dos pares.

Conclui-se, a partir dos teóricos destacados nesta parte do capítulo que (COUTINHO *et al*, 2007, p.36):

a concepção do trabalho como um elemento imprescindível para a construção da identidade do sujeito deve ser, portanto, repensada à luz das várias transformações no mundo produtivo, examinando-se quais articulações ainda são possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de identidade e trabalho, em um contexto no qual, inegavelmente, são modificadas as construções identitárias.

Sob tais perspectivas, entende-se nesta pesquisa que a atuação de mulheres nas feiras livres abre oportunidades mais amplas e variadas de identidades, se considerado que: **i.** sua participação as projetam como comerciantes de produtos agropecuários, saindo do plano de que o que fazem é uma “ajuda”; **ii.** podem assumir diferentes papéis (de gênero, profissional, integrante de movimentos/organizações sociais, mãe, dentre outras); **iii.** como feirantes elas participam de diferentes instâncias do espaço público.

Vistas as transformações pelas quais o mundo rural também vem passando, as mudanças no mundo do trabalho contemporâneo e as lutas e avanços políticos protagonizados pelas mulheres rurais, o desafio aqui é compreender quais possibilidades identitárias e profissionais se apresentam às mulheres feirantes.

3.1.2. O que é ser feirante? A identidade profissional em constante formação

Os estudos que referenciam a condição de feira e feirante são majoritariamente associados ao espaço europeu (PEDRO; COULON, 1985; SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; CARVALHO; AGUIAR, 2017; GUIMARÃES; DOULA, 2018; CUERVO *et al*, 2019).

Tal como aclarado por Carvalho e Aguiar (2017, p.61):

A atividade de feirante teve origem no século IX na Europa, nos mercados locais organizados com a finalidade de suprir a população com produtos de primeira necessidade. Em sua gênese, a busca pela atividade de feirante consistia em legado familiar, que, no século XXI, passou a acontecer como alternativa ao desemprego, e como forma de complementação da renda familiar. Em que pese sua importância socioeconômica e cultural, as feiras livres, em geral, apresentam problemas relativos a saneamento deficiente, falta de estrutura física adequada, no que se refere à dimensão espacial e equipamentos de uso coletivo, comercialização de produtos não permitidos, falta de segurança, entre outros.

O contexto de trabalho contemporâneo desses atores, por sua vez, é assimilado a incertezas sobre até que ponto e até quando sua função se manterá presente, haja vista que “o trabalho no capitalismo perdeu o seu papel associativo e a proteção política, e, mais racionalizado e precarizado, deixou de se construir na categoria sociológica chave” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.38). Sá (2019, p.57) aponta que:

Se por um lado observamos que a atividade é passada de pai para filho e que determinadas barracas já se encontram na segunda geração de feirantes, por outro, é fato que a feira recebe inúmeras pessoas que, sem emprego, veem nela uma acessível atividade econômica de subsistência. De modo geral, os feirantes são trabalhadores não necessariamente qualificados, com formação escolar também não necessariamente completa, afinal, ter escolaridade não é condição para “se dar bem” na feira.

Ademais, se considerado o que os pesquisadores supracitados demonstram, é possível perceber que ser feirante guarda correlação com situações de vulnerabilidade e precarização da atividade laboral. Comumente a atividade na feira é descrita pelo esforço físico extenuante,

ausência de uma estrutura física que atenda os feirantes corretamente, horas elevadas de trabalho, dentre outros aspectos (WOLECK, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017).

Sato (2007), propondo demonstrar como se estabelece a identidade de feirante ante a este cenário, levanta como questão a necessidade de o feirante ser dinâmico em entender as interações culturais que o espaço da feira proporciona, apresentando certas habilidades técnicas. Como aponta Sato (2007, p.98):

Feirantes são *performers*. Característico da feira livre, o horário da xepa imanta todos os seus significados: trabalho, comércio, beleza, brincadeira e o chamamento eloqüente [SIC] da freguesia. Embora para muitos feirantes e fregueses a feira seja apenas local de trabalho e de comercialização e, por isso, não participem das *performances*, são os *performers* que chamam a atenção. Ao comunicar a uma amiga de infância que já trabalhou na feira livre, que desenvolveria pesquisa sobre o tema, assim ela exclamou: “*you vai estudar a feira livre?...Ih, you vai se divertir muito!*”. Comentando a leitura de alguns trechos do relato dessa pesquisa, Alberto, um verdureiro, conclui: “*feirante é um pouco palhaço, um pouco artista... um pouco de tudo. Lendo seu trabalho a gente sente que tem uma profissão*”. Beleza e brincadeira são trabalho [grifo autor].

Se inicialmente a feira estava vinculada a uma transmissão geracional, atualmente ela é vista como uma forma de escape do desemprego e das instabilidades já que “o número de pessoas que procuram na feira uma forma de subsistência econômica aumenta, haja vista a realidade socioeconômica do país” (SÁ, 2019, p.52). Desse modo, propondo uma redefinição da atividade, tornar-se feirante está além de um vínculo de tradição estritamente familiar, pois vincula-se na atualidade a uma necessidade de escapar das múltiplas condições de desigualdades e pressões de ordem conjuntural. Como descrito por Sá (2019, p.44):

A feira é lócus de atividade econômica, cultural e social para descendentes e remanescentes do meio rural; desempregados dos centros urbanos regionais; nordestinos que migraram e retornaram das grandes metrópoles, principalmente São Paulo; pequenos, médios e, em menor escala, porém em maior influência, grandes empresários; e famílias que ou trabalham num mesmo negócio juntas ou então em diversos pequenos comércios que tanto podem estar lado a lado, como também podem estar espalhados por outros setores ou mesmo em outras feiras que acontecem todos os dias da semana – nos diferentes bairros da cidade. É, assim, um espaço que constitui e caracteriza as “franjas” do capitalismo moderno, crucial em diversos aspectos à continuidade dinâmica de seu funcionamento contemporâneo.

Também como enfatizado por Silva e Silva (2016, p.7):

Embora falar sobre a feira livre não seja uma temática recente, muito pelo contrário, há uma gama de trabalhos que discutem essa temática, falar da feira na contemporaneidade torna-se relevante quando se observa a imensidão de formas comerciais que tentam oferecer de maneira separada o que ela concentra em uma única forma comercial. Além disso, convém lembrar que a feira livre não se apresentará com a mesma intensidade em todas as localidades e que por isso os estudos de casos fazem-se necessários uma vez que se tem a possibilidade de conhecer um recorte mais detalhado e preciso de um fenômeno em uma dada realidade.

Assim, por abarcar uma diversidade de atores – desde o “tradicional agricultor que planta bananas na zona rural do município [...], o desempregado urbano que compra verduras” (SÁ, 2019, p.53) para revender – aqueles que integram a feira livre para prática de venda necessitam aprender e dominar regras e habilidades técnicas que naquele momento são admitidas e esperadas. O uso de apelativos como “moça bonita não paga, mas não leva”; chamar as freguesas de “linda”; “menina” ou “querida” não assume uma condição de galanteio, mas é o *modus* de aproximação entre feirante e consumidor para estabelecer uma possível intimidade que legitimará a compra (SATO, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017).

Entende-se que “o perfil do feirante e dos seus clientes pode apresentar maiores ou menores diferenças a depender dos setores em questão. Em alguns casos, são realidades sociais, culturais e econômicas distintas que podem facilmente ser observadas nos perfis de ambos” (SÁ, 2019, p.58). Ainda que circunscrita nos espaços urbanos e de dinamicidade, delimitada por ruas, avenidas, casas, edifícios e trânsito denso de automotores, “a instalação da feira livre garante um certo isolamento que autoriza a criação de um espaço no qual a brincadeira, o chiste e as regras de civilidade (Elias, 1939/1994a) podem conviver publicamente com as interações da metrópole, como um mundo ritual” (SATO, 2007, p.97). Segundo Sato (*ibidem.*, 2007, p.99):

Para ser feirante é necessário adquirir qualificações de natureza técnica, digamos assim, que dizem respeito à capacidade de conduzir economicamente o “negócio”; mas é também, ou acima de tudo, compreender o texto social que o tempo todo está impresso nos pequenos fazeres, mas que não se oferece com um guia de interpretação. Para os que estão imersos no *métier*, nem sempre é possível explicitá-lo verbalmente pois está tão próximo deles mesmos como a pele do corpo que não se destaca e nem sequer percebem que os constitui. Para os que estão imersos na rede de significados, “ser” é ser assim, condição que não se presta facilmente ao distanciamento, ao estranhamento e ao questionamento. Como aponta Garfinkel (1967/1994), as regras tácitas são explicitadas quando o fluxo normal dos acontecimentos sofre uma ruptura [grifo autor].

Uma outra possibilidade de compreensão de como a identidade de feirante é percebida advém do resultado que a ela é atribuída por seus protagonistas. Sob a análise de Carvalho e

Araújo (2017), ser feirante implica aspectos que, por vezes, estão numa condição objetiva: uma gestão da feira onde se evite barracas desorganizadas; a atenção às regras de limpeza e higienização no local; o cuidado em oferecer um espaço para que feirantes e consumidores possam deixar seus veículos reforçam que sua identidade advém daquilo que entendem de si e de instituições externas que validem sua posição identitária (tal qual demonstrado no início deste capítulo).

Outra possível resposta está nas contribuições dadas por Claude Dubar ao tratar da identidade “biográfica” para si, constituída pelos saberes práticos e pela estabilidade na atividade. O autor destaca o posicionamento que o indivíduo toma de si e do que exerce, uma vez que “sua identidade de trabalhador ou trabalhadora, a **identidade para si**, se forjou na aprendizagem *in loco*, na aprendizagem direta do trabalho (“aprende-se olhando e tocando”), na aquisição de **saberes práticos** na experiência direta das tarefas a realizar” (DUBAR b, 2005, p.257) [grifo autor].

Considerado sua proposição, a identidade profissional, para além da adquirida nas instituições de ensino, assume também um caráter subjetivo de transmissão e troca empírica de quem exerce o ofício a quem deseja/necessita fazê-lo, o que é evidenciado por outros pesquisadores brasileiros (WOLECK, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017; SÁ, 2019), notadamente aqueles que se debruçaram sobre a transmissão geracional do ser feirante (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SATO, 2007; GUIMARÃES; DOULA, 2018). Posto isso, pode-se entender que:

o discurso sobre o modo como aprenderam seu trabalho, sua atribuição ou sua função é sempre desvinculado dos conhecimentos escolares, considerados sistematicamente inúteis para exercer o emprego que ocupam. Seu juízo de pertencimento, freqüentemente [SIC] expresso pelo uso do impessoal anônimo, remete ao grupo daqueles que fazem o mesmo trabalho e aprenderam da mesma maneira, no interior do mesmo espaço restrito, os gestos e as relações de trabalho (DUBAR b, 2005 p. 257 *apud* LASTREE, 1989, p. 362-8).

Lida a obra desenvolvida por Márcio Sá (2019), onde o autor propôs a caracterização das identidades dos feirantes de Caruaru, no agreste pernambucano, os resultados apontam que os entrevistados representam sua função como trabalho, como saber fazer aprendido mutuamente. Os feirantes, assim, não só reconhecem sua atividade laboral como um ofício que se aprende, replica e se preserva na contemporaneidade. De acordo com Sá (*ibidem.*, 2019, s.p.):

A dinâmica de vida e trabalho de parte significativa da população agrestina se constitui de modo associado ao comércio de feira de rua. Como matriz sociocultural e econômica regional, a feira teve papel mais marcante que a escola na formação de muita gente que, por meio dela, aprendeu a calcular-se, disciplinou, desenvolveu habilidades para interagir e negociar, enfim, incorporou um jeito próprio de estar e agir no mundo - aquilo que somente em *filhos das feirantes pude caracterizar em melhores termos por meio da noção “habitus feirante”*.

Segundo o mesmo autor, esse estar no mundo, além dos aprendizados, engloba a consciência histórica e a identidade regional, como demonstra a fala de um dos seus respondentes (ibidem., 2019, p.41):

Mas a feira é a célula *mater* dessa nossa formação, eu acho que tudo que nós somos hoje, nós temos um pouco da nossa formação, no nosso jeito de falar, de ser, porque somos o que restou de fato daquele processo inicial de, vamos chamar de colonização dessas terras aqui. [...] Quer dizer, um bem cultural que sobreviveu décadas a fio, só crescendo, só crescendo, isso mostra que, por si só, ela já se impõe [grifo autor].

Partindo do princípio de que a identidade profissional é, então, resultado daquilo que feirantes exercem, há de se pensar que os sentidos e significados que atribuem a sua identidade perpassam o particularizado e individual, pois, há nesse processo uma atribuição de valores que se correlacionam com sua atividade (FIGURA 14, em página sucessora).

Contudo, como enfatizado por Sá (2019, p.24), suas identidades são não somente partilhadas internamente pelo grupo; “muito pelo contrário, aqui eles são vistos como inseridos e integrados ao mundo contemporâneo”, ou seja, os atributos de sua identidade profissional estão em diálogo constante com as representações e identificações que a sociedade mais ampla constrói sobre a profissão e os profissionais (ibidem).

Figura 14- Feirante com uniforme que a identifique dos demais



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Dessa maneira, a identidade feirante abarca uma diversidade de representações sobre o trabalho e as funções que esse trabalho cumpre para eles: “as necessidades que lhes permitem satisfazer (obter prestígio e retorno financeiro), mantê-los em atividade, permitir-lhes contato social e estabelecimento de relações interpessoais, fazê-los sentirem-se úteis para a sociedade, permitir sua auto-realização [SIC]” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.40). A busca de compreender esse grupo e, sobretudo, as identidades que assumem emerge “como um esforço compreensivo-explicativo da condição de vida-trabalho de pessoas que vivem, como esses feirantes, em contextos periféricos do mundo contemporâneo” (SÁ, 2019, p.23).

Vale destacar que o que se adquire de retorno financeiro também assume papel importante no processo construtivo de suas identidades. A venda dos seus produtos, sendo reduzida se comparada às redes de supermercados e hipermercados, são condicionadas a fatores como sazonalidade do plantio, dificultando um planejamento financeiro por parte desses trabalhadores (CARVALHO; AGUIAR, 2017), o que limita seu campo de ação e por consequência os sentidos e significados que seus integrantes atribuem a sua prática profissional (TOLFO; PICCININI, 2007).

Em adição, é notado nos ensaios que contemplam a associação da identidade profissional com ser feirante fatores como: insegurança financeira; necessidade de ajuda por parte de parentes; necessidade de ajuda no trabalho e sensação de que sua função poderá ser substituída a qualquer

momento (SATO, 2007; COUTINHO *et al.*, 2007; CARVALHO; AGUIAR, 2017; GUIMARÃES; DOULA, 2018) ora que “o sentido do trabalho influencia as formas de atividade laboral, a flexibilidade e a produtividade dos trabalhadores, pois afeta as crenças sobre o que é legítimo e o que se pode tolerar do trabalho” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.40 *apud* MOW, 1987). É sobre essas incertezas que repousa a percepção ora de exclusão, ora de inclusão social.

CAPÍTULO IV: CATEGORIA ANALÍTICA – INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Neste capítulo tem-se como objeto apresentar a temática de inclusão/exclusão social; seus debates teóricos; os instrumentos utilizados para dimensionar quão incluso/excluído o indivíduo está; a “nova exclusão” notada como não efetivação dos direitos e as correntes atuais que sustentam a categoria analítica sobretudo nacionalmente, tal qual a questão de inclusão excludente e exclusão includente.

O aporte teórico em pesquisadores internacionais tal qual Castel (2000); Costa (2012); Guerra (2012) e Standing (2014) oportunizaram estabelecer e compreender como a categoria desenvolveu e remodela frente as transformações e dinâmicas sociais. A utilização de pesquisadores nacionais como Dal Pozzo e Furini (2010); Leal (2004); Vianna *et al* (2020); Teixeira (2005), por sua vez, favoreceu a compreensão do conceito para além de uma realidade em países desenvolvidos e elucida como a categoria deve ser compreendida e ajustada à realidade de países tidos como subdesenvolvidos e colonizados, como o caso do Brasil.

4.1. Inclusão e exclusão: debates teóricos

Os debates mais intensos em torno dos conceitos de exclusão e inclusão social passaram a ocorrer na década de 1970, quando a perda de empregos assolava massivamente os países da Europa Central. No entanto, a divisão entre excluídos e incluídos já era alertada no trabalho de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) no *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre homens*, que elencava dois moldes de desigualdades: o primeiro “considerando as diferenças entre sexo, raça, idade e condições de saúde e, a segunda, considerando aspectos morais e políticos presentes na estrutura organizacional das sociedades” (DAL POZZO; FURINI, 2010, p.87) permitindo justificar a presença e as oposições entre ricos/pobres; fortes/fracos e inclusos/excluídos.

Nacionalmente, a noção de exclusão social teve início nas décadas de 1980-90 com referências nas Ciências Sociais francesas, dialogando “com outras noções, como a de marginalidade e *underclass*” (LEAL, 2004, p.1). O país, frente a um número elevado de pessoas marginalizadas e pobres, referia a este fenômeno como “exclusão social”. Havia, assim, “o movimento entre o excluir e o incluir como um processo que resulta na manutenção da desigualdade social” (VIANNA *et al*, 2020, p.771). Leal (2004, p.5), apresenta as vertentes sociológicas que nortearam o termo no Brasil:

- a) ruptura de laços sociais, associada ou não à negação de certas parcelas da população como semelhantes àquelas “incluídas”; b) inserção precária no mundo do trabalho e/ou do consumo; c) não realização da cidadania. O

primeiro grupo [...] trata do problema como um fenômeno novo em seu significado, relacionado à ruptura de laços sociais e fator de uma crise nos fundamentos da sociedade, já presente ou em vias de acontecer. O segundo grupo aparece em parte como uma reação ao primeiro, reaproximando-se em vários pontos da noção de marginalidade. O terceiro, mais frequente, aborda uma outra perspectiva, relativa à cidadania, que pode estar ligada a qualquer uma das anteriores ou a nenhuma delas.

Considerar estes fatores é, assim sendo, uma visualização de que a condição de excluído/incluído permeia mais que a esfera econômica, mas se torna instituída como uma prática normal que, por sua vez, é socialmente aceita. Isso porque exhibe a dialética deste fenômeno “em práticas aparentemente normais, justificáveis, institucionalmente aceitas e incentivadas. No entanto, para o outro lado, que é incluído e/ou excluído por meio das práticas, as consequências são a reprodução e a legitimação de sua condição de precariedade desde os tempos coloniais” (VIANNA *et al*, 2020, p.771).

Ainda no campo da Sociologia, as obras de Serge Paugam tiveram influência no Brasil, remetendo a exclusão à desqualificação social. Teixeira (2005, p.4-5) comenta que a desqualificação se dá por três etapas, a saber:

[...] a *fragilidade*, que corresponde às dificuldades de inserção profissional dos indivíduos que ainda não se rendem à assistência do Estado. Esta fase pode evoluir para a *dependência*. Nesta, a precariedade profissional acarreta uma redução dos recursos e consequente degradação das condições de vida, levando os indivíduos a procurarem compensações de assistência. Estas duas etapas correspondem a um enfraquecimento dos laços sociais [...]. Uma terceira etapa pode decorrer dessa última, na qual ocorre a *ruptura dos laços sociais*. A assistência cessa e um acúmulo de dificuldades decorrentes da crescente marginalização impede a integração social [grifo autor].

A contribuição de Robert Castel ao definir desafiliação social como a precarização do trabalho ante à uma sociedade contemporânea e como se dão as relações salariais também teve destaque no Brasil. A ênfase se pautava nos laços de exploração como exclusão, delimitando o quão longe está o indivíduo do núcleo da sociedade (TEIXEIRA, 2005). Assim, as relações dadas entre “incluídos e excluídos se caracterizam, de fato, por uma não-relação. A exclusão é uma ruptura cuja consequência é a ausência de reação enquanto força social” (TEIXEIRA, 2005, p.5 *apud* VERAS, 2001). Alinhado a esta condição, Vianna *et al* (2020, p.774), demonstram que:

Castel (1998) afirma, ainda, que a hipervalorização do trabalho, como principal ferramenta de consumo e inclusão, também gera uma hiperdesvalorização do não trabalho. Nesse cenário, o não trabalho primeiro

exclui e, em seguida, resulta em um novo modelo de trabalho baseado no desespero de um cidadão pertencente à ralé e sem qualificação – um trabalhador que se sujeita a qualquer condição para se ver incluído. Tendo em vista que no discurso meritocrata da classe média o insucesso da ralé é resultado de seu próprio fracasso, e não de um fracasso político e social (HONNETH, 2003), esse indivíduo da ralé aceita a flexibilidade (SENNETT, 1999) como uma dádiva e é excluído do trabalho adequado para ser incluído em formas precárias de trabalho (KUENZER, 2002).

Pozzo e Furini (2010, p.88) comentam que a exclusão social possui duas fases: a primeira, *velha exclusão*, emerge “inicialmente na Europa em decorrência do aumento dos sem-teto e da pobreza urbana num período de desemprego de longo prazo, sobretudo, para as minorias étnicas e para os imigrantes, bem como as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho”. Consequentemente, o padrão de desenvolvimento até então conhecido na Europa passa por um processo de desintegração. Ainda que não seja consenso, e a partir dessas argumentações iniciais, o fenômeno da exclusão social não é algo recente, porém, “a partir do último quartel do século XX esse fenômeno passa a apresentar novas facetas que permitem diferenciá-lo entre velha e nova exclusão social” (idem., 2010, p.88 *apud* CAMPOS *et al*, 2003, p.32).

Dentro do contexto europeu, e considerando as devidas adaptações – não sem problemas – para os países que passaram por fases de industrialização tardia, como é o caso do Brasil – a velha exclusão social se manifestou (e ainda se manifesta em maior ou menor nível, de acordo com a com a formação social considerada) por uma série de problemas decorrentes das imigrações, baixos níveis de escolaridade, formas de privações absolutas, como o não acesso a bens e serviços básicos, diferenças raciais e étnicas, etc.

Diversos pesquisadores brasileiros definem exclusão com a precarização do trabalho, a desqualificação social e a falta de acesso a bens e serviços (LOPES, 2006; DAL POZZO; FURUNI, 2010; GUERRA, 2012; FICHTNER, 2017). Lopes (2006, p.13), considera que é “um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas”, responsável por gerar condições de vulnerabilidade a quem afeta. Fichtner (2017, p.448) a conceitua como “dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de um determinado grupo ou de determinadas pessoas”.

Leal (2004, p.1), oportuniza entender que:

Em alguns casos, o termo indica ruptura de laços sociais; em outros, refere-se a uma forma desvantajosa de inserção na sociedade capitalista, ou ainda à impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos. A cada significado da exclusão social, subjaz uma determinada maneira de entender a sociedade.

Além disso, cada significado implica na construção de uma determinada via de encaminhamento de possíveis soluções para o problema.

E como ilustrado por Vianna *et al* (2020, p.773)

diversos autores apresentam a exclusão como parte da dialética exclusão/inclusão, em um processo que inclui os indivíduos em situações precarizadas e silencia a exclusão (MARTINS, 1997; SAWAIA, 1999; VERAS, 1999; NASCIMENTO, 2006). Cabe mencionar que esse bojo teórico nos leva a esclarecer que a dialética exclusão/inclusão é encarada como algo proposital [...], que apresenta, de modo sistemático, situações observadas de exclusão social e inclusão social.

A necessidade do debate nacional neste tópico é essencial, haja vista que a *nova exclusão social* tem sua abrangência para além das relações de trabalho, de consumo ou material. Há nela uma dimensão simbólica que abarca a invisibilidade social, categorizada pelo “desrespeito que a associação de interpretações ou estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana ou institucional” (LOPES, 2006, p.16).

Neste cenário o sujeito, socialmente excluído, não se torna capaz de reclamar (ou de se perceber excluído), pois, “isso ocorre por tal sujeito ser incluído na dimensão de *não cidadão* da comunidade capitalista, ou seja, é um sujeito capaz de consumir bens e serviços, mas, na maioria das vezes, tem seus direitos ceifados pelos grupos dominantes” (VIANNA *et al*, 2020, p.773 *apud* HONNET, 2003; VERAS, 1999; NASCIMENTO, 2006) [grifo autor]. O aporte de Costa (2012), ao analisar *Inequalities of the World*³, desenvolvida por Göran Therborn, têm sua valia nesta pesquisa quando alude às desigualdades existenciais (discriminações, limitações de direitos, reconhecimento e respeito) e as desigualdades de recursos (relacionadas a bens e serviços), por justamente reproduzirem uma redução ou inclusão precária de um grupo a determinados bens nas múltiplas esferas.

Como processo multifacetado, nega-se o acesso integral nos cenários econômicos, sociais e culturais, resultando no seu isolamento social (FICHTNER, 2017). A exclusão, por sua vez, abarca o que é objetivo e subjetivo numa sociedade, evidenciado mais ainda em países considerados em desenvolvimento (TEIXEIRA, 2005).

A “nova exclusão social” é retratada como manifestação de novos tipos de distinções, a saber: aqueles não contemplados por políticas sociais de inclusão existentes; pelo desemprego estrutural generalizado; de exclusão dos direitos sociais, políticos e humanos; pela precarização do mundo do trabalho e de rendas insuficientes, bem como os problemas relacionados com a insegurança social, ocasionada pela explosão de múltiplas formas de violência.

Neste sentido, desigualdades de rendimentos, escolaridade, qualificações profissionais e culturais também recebem seu destaque para uma apreciação profunda e particularizada do que é este fenômeno (COSTA, 2012). Entende-se, pois, que a exclusão pode assumir a forma de inserção precária, ora que “não pensa [...] como sintoma ou elemento de crise de um dado tipo de sociedade, mas como decorrência do funcionamento desta organização social” (LEAL, 2004, p.8). Como dito por Silva e Silva (2016, p.17) em sua análise:

Santos (2014, p.24) sintetizou essa constatação na seguinte afirmação: “nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. A cidadania como algo esporádico é sentido, diariamente, por cada núcleo familiar que enfrenta, sem opção, nos diversos cantos do Brasil, a pobreza que restringe as chances de bem-estar social.

O fenômeno da exclusão pode ser mensurado através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) sob edição e produção da Organização das Nações Unidas (ONU). Desenvolvido em 1990, teve o pioneirismo “dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, inspirando-se nas concepções teóricas deste último sobre desenvolvimento, desigualdades e capacidades (*capabilities*)” (COSTA, 2012, p.13). Inicialmente os critérios que presidiam os relatórios pautavam-se, particularmente, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abarcando três aspectos: **i.** vida (condições após nascimento); **ii.** educação (média de permanência anos/escola) e **iii.** rendimentos (renda *per capita*) (idem., 2012).

Já o RDH de 2010 considerou outras categorias^f de análise como: **i.** Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD); **ii.** Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e **iii.** o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). A partir destas críticas verificou-se uma melhora no desenvolvimento humano em geral, tendo seu cálculo dado por quatro décadas. De 1970 a 2010, apresentou “uma média de 0,48 do IDH para uma média de 0,68 — o que é bastante significativo. Estes valores e os seguintes recorrem ao cálculo de um ‘IDH híbrido’, construído para permitir estas comparações diacrônicas” (COSTA, 2012, p.14-15 *apud* UNDP, 2010).

^f Segundo Costa (2012, p.14), aludem as: “i. que calcula a percentagem de perda nos valores do IDH decorrente das desigualdades internas (a nível nacional) em cada uma das suas três dimensões; ii. que calcula a desigualdade das mulheres em relação aos homens considerando três dimensões, designadamente a saúde reprodutiva feminina assim como a capacitação (educativa e política) e a atividade económica (participação no mercado de trabalho) de mulheres e homens; iii. calculado em função de um conjunto de privações das famílias, designadamente nos domínios da saúde (deficiências de nutrição e mortalidade infantil), da educação (ausência de qualquer grau de escolarização completa ou criança sem idade escolar não matriculadas no sistema de ensino) e do padrão de vida (carências graves, na casa, de eletricidade, água, saneamento, revestimento do chão, combustíveis para cozinhar, e em equipamentos de transporte e comunicação)”.

Entende-se que o levantamento de fatores estruturais e conjunturais são essenciais para se reconhecer as múltiplas faces de exclusão social. Tão-somente a concepção de “exclusão – ou sob outras denominações – pode se tornar útil, operacional, não somente no sentido da inclusão adaptativa, mas possibilitando a reflexão sobre a relação entre inclusão e transformação social” (TEIXEIRA, 2005, p.8).

Ainda que o termo seja passível de críticas, não se negam as contribuições trazidas para além de um sentido *strictu* do termo (como apenas exclusão de trabalho). Uma série de outras exclusões como “política, cultural, afetiva, de gênero e outras, são fenômenos que passam a ser observados, evidenciando misérias que estão interrelacionadas e, ao mesmo tempo, estão além da miséria material e podem acirrá-las”. (TEIXEIRA, 2005, p.16).

Por isto, a exclusão social é teorizada por diversas áreas do saber que, conseqüentemente, trazem seus levantamentos sobre o tema, haja vista que se deve pensar neste fenômeno para além de um recorte de análise e sua dimensão socioeconômica (ibid., 2005), ora que “os indivíduos não são mais excluídos apenas por não trabalharem, mas por fazerem parte de inúmeras minorias excluídas” (VIANNA *et al*, 2020, p.772).

Contrário a isto, a “inclusão social”, segundo Guerra (2012), teve seus debates na transição dos séculos XX ao XXI, destacando aspectos culturais e de integração social. Como ilustra a autora (GERRA, 2012, p.95), a palavra refere-se a:

uma aproximação dinâmica (proactiva) ao bem-estar [Sandell 1998], implicando muito mais do que quebrar barreiras, pois requer investimentos e *capabilities* para potencializar e desenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades. Esta mudança paradigmática compagina a importância do conhecimento em sentido amplo e tem inerente um reconhecimento do conhecimento implícito e tácito imanente das práticas dos atores sociais, das comunidades e das instituições [Gertler 2001].

Nota-se que é por intermédio da inclusão social que se tem uma indissociabilidade entre variados tópicos (atores, sociedade, bens, economia, dentre outros) que resultem numa inovação e conhecimento presente na sociedade (GUERRA, 2012). Assim, em conformidade com as disposições de Guerra, os *mecanismos de igualdade* referendados por Costa (2012), englobam os processos de: **i.** equidade de direitos, de cidadania, de migração; **ii.** capacitação e redução de hierarquias organizacionais e **iii.** redistribuição nas esferas governamentais (políticas sociais; fiscalização e avaliação das ações parlamentares), fatores essenciais num processo de inclusão.

As abordagens anglo-saxônicas, neste eixo, pautam-se em dispositivos legais e sociais que oportunizem “o trabalho, o emprego, os rendimentos e a integração comunitária” (GUERRA, 2012, p.95). Em outros termos, estas ações buscam acolher e complementar

aspectos sociais, comunitários econômicos de todo um grupo social, em prol de equidade a todos seus atores. É pela inclusão que “diversas cidades, distintas culturas, variadas linguagens, diferentes visões do mundo encontram espaços de mescla do ponto de vista cultural, social e económico (...) possibilitando criatividade e inovação” (ibidem., 2012, p.97).

É pela conscientização dos direitos, pela participação (ou representação) na vida política e judicial, pelo direito de oportunidades comuns e trabalho que se estabelecem os mecanismos de inclusão social. Tal aspecto é defendido e confirmado nas análises de outros pesquisadores (LEAL, 2004; AZEVEDO, 2012; LOPES, 2006; FICHTNER, 2017). Costa (2012) coopera nesta premissa apresentando que a inclusão se estabelece através de uma:

[...] “redistribuição global” (transferências internacionais, ajudas ao desenvolvimento, fundos globais); de “regulação social global” (dos negócios internacionais, das transações financeiras e das condições de trabalho, entre outros aspectos); de “direitos sociais globais” (como os inscritos nos Objetivos do Milénio, das Nações Unidas, nas áreas da redução da pobreza, da educação universal, da autonomização social das mulheres, da redução da mortalidade infantil, da melhoria da saúde materna, da contenção das pandemias, da sustentabilidade ambiental e da justiça económica global).

A inclusão, em sentido amplo, esclarece um episódio essencial na sua efetividade: valorização do que é diverso, cooperativismo e aprendizado múltiplo da sociedade que “nas suas mais diversas dimensões, adapta-se de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um ou vários papéis nessa sociedade” (GUERRA, 2012, p.96), a exemplo das mulheres feirantes desta pesquisa com suas diversas atividades (donas do lar, cuidadora dos filhos e feirantes). Dessa forma, a autora (ibidem., 2012, p.106) encerra que:

[...] todos os referenciais de inclusão social são claros nas dimensões de intervenção, isto é, dado o carácter holístico de uma sociedade inclusiva, será necessário accionar simultaneamente dimensões de intervenção colectiva e dimensões de intervenção ao nível da agência, do sujeito. Assim, e situando-nos no plano da intervenção colectiva, importa não descurar o apoio e reforço do papel do mercado de trabalho enquanto plataforma de recursos e reestruturação da identidade pessoal e social.

É de valia comentar como o termo inclusão se desassemelha de “empoderamento” e seus diferentes conceitos encontrados na literatura, que, *a posteriori*, elucidam que o mais adequado ao se utilizar ao referenciar à inclusão social feminina tem viés na inclusão precária. Ao tratar de emancipação, o uso de empoderamento (do inglês *empowerment*) cede seu destaque a sujeitos coletivos ou individuais, abordando múltiplos campos da vida social. Tal resultado

advém de uma palavra inexistente na língua portuguesa e que aponta para um caráter polissêmico da categoria (BAQUERO, 2012).

De fato, o que se tem está presente no “Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea das Ciências de Lisboa e registrado no Mordebe – Base de Dados Morfológica do Português. O termo é um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder” (BAQUERO, 2012, p.174). O termo ganhou notoriedade nos movimentos sociais estadunidenses que buscavam libertação de um sistema opressor. O *empowerment*, assim, demarca sua presença em 1960 remetendo à emancipação social (idem., 2012).

Utilizado nas diversas áreas do conhecimento o termo remete, essencialmente, à melhoria de grupos vulneráveis, na qualidade de vida desses indivíduos e na responsabilidade social necessária nestas ocasiões. Dessa maneira, entende-se que as vertentes do termo “apontam para duas dimensões essenciais a serem consideradas: a educativa e a política, uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento” (BAQUERO, 2012, p.174).

No Brasil, o significado da categoria *empowerment* apresenta sua essencialidade no empoderamento individual – variáveis comportamentais e autoafirmação –, organizacional – mobilização participativa dos indivíduos e ações horizontais na organização – e coletivizado – defesa dos interesses e busca por influenciar as ações governamentais (AZEVEDO, 2012; BAQUERO, 2012). Constituiu-se como uma categoria analítica e empírica das diversas disciplinas e áreas do conhecimento “que buscam, em princípio, transformar a vida de pessoas e comunidades” (AZEVEDO, 2012, p.10 *apud* GOHN, 2004).

Devido as suas múltiplas interpretações é justamente nisto que o termo sofre críticas. Ao considerar o que já foi exposto, observa-se que assume a ideia de: **i.** promover e impulsionar grupos marcadamente vulneráveis (através de um crescimento pessoal, organizacional e comunitário): **ii.** demonstrar uma integração desses indivíduos que estão à mercê de sistemas precários e de ações públicas que lhes darão instrumentos de sobrevivência.

Dessa forma o *empowerment* sofre críticas ao considerar que “não contribui para organizá-los, face às características do atendimento oferecido em programas de natureza individual e assistencialista” (BAQUERO, 2012, p.178 *apud* GOHN, 2004). A dualidade do termo é exposta por Baquero (2012, p.178-179) quando explana que:

[...] numa visão conservadora, Perkins (1995) defende o entendimento de empoderamento como fortalecimento da esfera privada, argumentando a necessidade das associações e comunidades resolverem, por si próprias, seus problemas. Nesse sentido, combate políticas e programas estatais de

assistência e bem estar social, justificando o descompromisso do Estado nessa área. O duplo significado que o *empowerment* pode assumir, segundo Gohn (2004), remete à diferenciação da utilização do termo como verbo transitivo ou intransitivo, conforme assinalado por Labonte (1994). Como verbo transitivo, empoderar envolve um sujeito que age sobre um objeto. Como verbo intransitivo, por sua vez, envolve a ação do próprio sujeito [grifo autor].

Ao se usar transitivamente, empoderar exhibe como significado de “ofertar poder a alguém/algo”. Há, nesse eixo, uma concepção de que os “carentes de *empowerment*” estão passivamente a espera de agentes externos que lhe darão/trarão o empoderamento. Assim, “a afirmação ‘precisamos empoderar este ou aquele grupo’ reforça a ação de um indivíduo/grupo sobre outro indivíduo/grupo, considerados incapazes de sua própria ação de poder” (BAQUERO, 2012, p.179).

Finalmente, destaca-se que como derivada do debate sobre exclusão/inclusão surge a inclusão precária como categoria analítica (CASTEL, 2000; WOLECK, 2002; TEIXEIRA, 2005; GUERRA, 2012; STANDING, 2014; FICHTNER, 2017). Utilizado pelos sociólogos franceses em 1980, o termo “precariado” fazia alusão aos trabalhos que apresentavam sazonalidade ou tempo determinado para acontecer e finalizar. Propondo um olhar histórico dos intelectuais que referenciam o termo Guy Standing (2014, p.17), apresenta que:

Entre seus heróis intelectuais, temos Pierre Bourdieu (1998), que articulou a precariedade, Michael Foucault, Jürgen Habermas, Michael Hardt e Tony Negri (2000), cujo *Império* foi um texto seminal, tendo Hannah Arendt (1958) como pano de fundo. Havia também as sobras dos levantes de 1968, ligando o precariado à Escola de Frankfurt de *O homem unidimensional* de Herbert Marcuse (1964) [grifo autor].

Basicamente, a noção de precariado questiona a “função integradora do trabalho na sociedade e a desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, [...] em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito” (CASTEL, 2000, p.239-240). Como expõe Aimoré Woleck (2002, p.10):

O capitalismo contemporâneo vem, nas últimas décadas, engendrando profundas mudanças no mercado de trabalho. Essas mudanças se expressam, principalmente, pela globalização das finanças, pela crescente precarização das relações de trabalho, pelas taxas elevadas de desemprego, pelo deslocamento geográfico de organismos produtivos e absorvedores de mão-de-obra e pela eliminação de postos de trabalho na indústria e nos serviços. Entende-se por precarização das relações de trabalho a substituição das relações formalizadas de emprego que, no Brasil, expressam-se em registros na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, que vêm se constituindo, principalmente, pelas formas de contratação por

tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras. (SINGER, 1995, p.2).

O precariado não integra a classe nomeada trabalhadora ou proletariado, caracterizada por “trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas” (STANDING, 2014, p.22). São indivíduos ausentes de seguridade e com precarização do trabalho “é ela que alimenta o desemprego e que faz com que essa situação do trabalho, torne-se cada vez mais frágil” (CASTEL, 2000, p.250). Ademais, “ser precarizado é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (STANDING, 2014, p.37).

Conforme demonstram Carvalho e Aguiar (2017), o processo de globalização e inserção do sistema capitalista em escala global trouxe alterações consideráveis nas condições de trabalho e de produção, estando os sujeitos que o integram e nele interagem submetidos às condições que os empregadores definem. Por resposta, “os trabalhadores são submetidos a processos de trabalho fragmentados, heterogêneos e complexos, resultando no aumento da precarização do trabalho, do desemprego e busca por atividades informais” (idem., 2017, p.60).

O precariado, entendido isso, é compreendido como “um grupo socioeconômico distinto, de modo que, por definição, uma pessoa faz parte dele ou não” (STANDING, 2014, p.23). A flexibilidade e abertura do trabalho pelo globo não excluiu a classe trabalhadora, mas sim fez emergir uma nova, particularizada e fragmentada: o precariado. É um processo que, por sua vez, “toca de forma desigual as diferentes categorias sociais” (CASTEL, 2000, p.250), não se limitando a um determinado local ou país.

Os mais afetados, em especial, são aqueles sujeitos formação, em comparação com os mais instruídos (ainda que também haja desemprego entre estes). Há, por sua vez, uma fragmentação entre quem é trabalhador e empregado. E como elucidada Guy Standing (2014, p.25 *apud* GOLDTHORPE, 2007, v.2, cap.5; McGOVERN; HILL; MILLS, 2008, cap.3):

Dentro do mercado de trabalho, com exceção de empregados e trabalhadores autônomos, a principal distinção tem sido feita entre trabalhadores remunerados e empregados assalariados – os primeiros são prestadores de serviços que recebem por tempo de trabalho ou por peça, com imagens de pagamento e esforço, e os últimos supostamente são gratificados pela confiança e compensação por serviço.

Há então uma “reindividualização das relações de trabalho” (CASTEL, 2000, p.251), aonde se observa a competitividade no mercado, de condição salarial que especialmente

“implica a falta de uma identidade segura, baseada no trabalho, considerando que os trabalhadores em alguns empregos de baixa renda podem estar construindo uma carreira” (STANDING, 2014, p.27). A questão da renda assume “não só o viés econômico para o precariado, mas sim a de renda social” (idem., 2014, 29).

Standing (2014), define que o precariado se estabelece com a ausência de sete garantias, das quais três se destacam para esta pesquisa (TABELA 3):

Tabela 3- Formas de garantia de trabalho

TIPO DE GARANTIA	SIGNIFICADO
Garantia de mercado de trabalho	Oportunidades adequadas de renda-salário; no nível macro, isto é realçado por um compromisso governamental de “pleno Emprego”.
Segurança de renda	Garantia de renda adequada e estável, protegida, por exemplo, por meio de mecanismos de salário mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir as desigualdades e para complementar as baixas rendas.
Garantia de representação	Possuir voz coletiva no mercado de trabalho, por meio, por exemplo, de sindicatos independentes, com o direito de greve.

Fonte: STANDING, G. (2014, p.28), adaptado.

Assim, uma das formas de cautela ao precariado está em ofertar uma renda que de fato lhe seja adequada ao que necessita; que disponha de seguridade trabalhista e em especial que também tenha espaço (ou sinta que tem) de representação no ambiente trabalhista. A contribuição de Woleck (2002, p.11) ao analisar a obra *A Desordem do Trabalho* também é de interesse na compreensão das garantias elencadas por Standing (2014) pois, “a insegurança do trabalho, que engloba a insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação, na representação do trabalho, na defesa do trabalho e na organização social” são critérios que afetam os indivíduos de maneira objetiva e particularizada, em meio a sua subjetividade.

Este grupo de pessoas, por sua vez, se vê afetado por sentimentos de ansiedade e insegurança ao pensar que qualquer ação falha lhe custaria o pouco que possui (STANDING, 2014), restando então uma conduta de passividade. A percepção de incerteza aliada à de um fracasso constante é o que torna o precariado carente de identidade, aspecto comentado mais detalhadamente a seguir, recebendo nomes de “preguiçosos, sem rumo, desmerecedores, socialmente irresponsáveis” (STANDING, 2014, p.42).

Diante disto é necessária a preocupação com este grupo e proporcionar “relações de confiança, especialmente por meio do trabalho” (STANDING, 2014, p.44). Percebe-se, mais ainda, que “a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho. [...] este é, sem dúvida, o desafio mais grave que se apresenta hoje. Talvez mais grave que o desemprego” (CASTEL, 2000, p.249-250).

Aos que estão nessa condição lhes resta senão a sensação de insegurança nas múltiplas facetas: econômica (não são asseguradas com um ofício, limitando financeiramente suas vidas), social (carecem de autoestima, bem como são constantemente entendidas como dissociadas do corpo social, sem possibilidade de ascensão) e de ordem pessoal, haja vista que “a mente precarizada é alimentada pelo medo e é motivada pelo medo” (STANDING, 2014, p.42). É “um desses maiores ônus é a desigualdade sócio-espacial [SIC], intensificada pelo processo de globalização econômica, na qual grande parte dos indivíduos não consegue ter acesso àquilo que é mais básico para a sobrevivência humana, como o direito a: saúde, educação, moradia e ao consumo de itens como alimento e água potável (SILVA; SILVA, 2016, p.17).

Homens e mulheres sofrem diferentemente as condições do precariado, ora que abarcam as mulheres “solteiras que sustentam a família e aquelas que enfrentam uma carga tripla de ter de cuidar de filhos, parentes idosos e ainda ter um trabalho pago” (STANDING, 2014, p.98) e aos homens “solteiros capazes de obter apenas um emprego do precariado” (ibidem., 2014, p.98). A proporção do trabalho feminino é notada ao considerar que:

Trata-se de uma feminização em sentido duplo, de mais mulheres estarem em empregos e de mais empregos serem do tipo flexível, tipicamente ocupados por mulheres. A tendência reflete a informalização do emprego, o crescimento dos serviços e a utilização de jovens mulheres em zonas de processamento de exportação. Isso não significa que mulheres em todos os lugares estivessem melhorando sua renda ou condições de trabalho. De fato, o salário com base no gênero e os diferenciais da renda social permaneceram desiguais, mesmo que melhorando modestamente em algumas partes do mundo (ibid., 2014, p.98).

De fato, um dos desafios no século XXI se pauta na feminização do trabalho precário e sua carga tripla (cuidados com a casa e crianças, com idosos e o trabalho fora de casa), aspecto esse “negligenciado em estatísticas econômicas e de política social” (STANDING, 2014, p.100). Assim, o trabalho das mulheres de classe média, qualificadas e preparadas a um emprego que as direcione a uma carreira consolidada, é diferente das “que trabalham repetidamente numa linha de montagem, ou que costuram sem parar numa fábrica de roupas mal iluminada numa ruela, ou que ficam sentadas diante de um balcão de *check-out* durante

longos turnos; para estas os empregos dificilmente são libertadores” (ibidem., 2014, p.100-101). É neste palco que se têm “um setor periférico composto de empregados residuais, não protegidos e cada vez mais precarizados, ocupados por mulheres, estrangeiros ou minorias, de origem rural” (DUBARb, 2005, p.223-224).

Talvez representado como um possível escape a essa situação, a atuação laboral na categoria autônoma, sem carteira assinada (o que é tido no país como instrumento de seguridade, assim como estatutos públicos de contratação) tem recebido destaque como alternativa do segmento feminino excluído do mercado formal de trabalho (FIGURA 15).

Figura 15- Atuação feminina como proprietária da barraca e feirante



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Esse fenômeno, a nível nacional, é explicado por Woleck (2002, p. 11) a partir de três questões, sendo:

- 1) a ampliação do contingente de trabalhadores autônomos, decorrente das novas formas de produção, das relações de trabalho e do processo de terceirização, 2) o aumento relativo do emprego no setor de serviços, gerador tradicional de empregos e 3) o funcionamento dos fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista como um incentivo para que empresas e trabalhadores optem por estabelecer relações informais de trabalho.

Por meio dessa situação é possível de interpretação que a condição de autônomo é justificada em resposta a um crescimento que foge da forma de renda econômica tradicional (estabelecida entre contratação da organização, trabalho pelo contratado e remuneração pós fixado o número de dias para tal). É, concluindo, uma conjuntura onde o indivíduo atua amparado e regido majoritariamente nas relações de convivência, sem muita perspectiva de alteração (WOLECK, 2002). Mais ainda, é enfatizado pelo autor *idem.*, 2002, p.12-13) que a busca dessa condição de autônomo é vista quando:

Qualquer trabalhador pode ler as estatísticas e reportagens publicadas pela imprensa diariamente e verificar que, nas últimas décadas, em todo o mundo, o nível de produtividade está crescendo enquanto decrescem os índices de emprego. As notícias do *front* industrial revelam, com otimismo, o aumento do índice de produtividade que, no entanto, não gera empregos nem reverte em benefício da melhoria ou elevação do padrão salarial dos trabalhadores. Ao contrário, os níveis salariais dos trabalhadores estão decaindo, assim como aumenta a exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho. Dessa maneira, o que aparece é que não há evidência, a curto prazo, de indicativos de mudança na trajetória de recuperação do mercado de trabalho.

O trabalho informal, desse modo, também é apresentado por Carvalho e Aguiar (2017), como possível ferramenta de fuga à precarização do trabalho formal, onde pouco (ou nada) se tem de segurança se comparada aos outros cidadãos que desempenham funções tidas como seguras e com pouco risco de demissões (STANDING, 2014). No entanto, seria possível questionar se no setor informal esses indivíduos teriam condições mais favoráveis de minimizar impactos que a precarização (e consequentemente o desemprego) reflete em suas vidas, tais como: “vulnerabilidade à saúde e à segurança, baixos níveis de exigências no que tange à qualificação e à produtividade, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas, falta de acesso à informação e à tecnologia, trabalhadores não contemplados pela legislação vigente” (CARVALHO; AGUIAR, 2017, p.61).

A caminho de encerrar este capítulo teórico, não se poderia deixar de considerar uma nova abordagem conceitual que aproxima intimamente às questões de inclusão/exclusão social e precariado: inclusão excludente e exclusão includente. A contribuição de Vianna *et al* (2020) para compreensão desta categoria é de valia, uma vez que seu estudo, de cunho etnográfico, evidencia como determinados indivíduos se tornam excluídos/incluídos a depender das situações que o cerceiam.

De modo a aclarar a leitura, há de se considerar que esta abordagem ocorre nas situações sociais da vida rotineira, permeando o simbólico de duas maneiras, a saber: **i.** a inclusão

excludente é evidenciada quando o sujeito recebe uma inclusão, a qual o demarca sendo excluído dos demais. Como demonstrado no estudo de Vianna *et al* (2020, p.775), observa-se que:

Janaína sentiu a exclusão no abandono daquele local pelo qual tinha uma estima quando entrou, mas que, de acordo com Honneth (2003) passou a ser símbolo de sofrimento:

Todo mundo falava: 'nossa, tá trabalhando no clube', e eu me achava um pouco mesmo. Mas depois de um tempo, você descobre como é, e não se sente mais valorizada.

Os relatos se iniciam pelo uniforme recebido por Janaína ao começar a trabalhar no clube, feito de tecido barato e com aparência de usado, já que é o uniforme da categoria que ocupa a base hierárquica dos trabalhadores daquela organização – os funcionários da limpeza. Trata-se do primeiro elemento que inclui excluindo. Tal uniforme, apesar de representar a inclusão do indivíduo em seu quadro de funcionários, tem o objetivo de excluir esses funcionários de qualquer interação social com os sócios ou mesmo com outros funcionários. Isso é notado em algumas observações quando, ao longo de 10 minutos, Janaína permanece na entrada do pavimento da academia do clube e cerca de 20 sócios passam por ela, mas nenhum a cumprimenta, mesmo quando olham para ela [grifo autor].

A inclusão excludente, assim, revela-se quando se propõe incluir o sujeito definindo sua exclusão. Há uma demarcação clara de estruturar a reprodução, legitimação e manutenção de uma desigualdade social (VIANNA *et al*, 2020). Ou seja, a inserção no mercado de trabalho (que deveria ser tida como inclusa) evidencia sua exclusão em resposta ao uniforme que usa (inferiorizando dos demais colaboradores e sócios). É, nesta ótica de incluir excluindo, “que trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade” (KUENZER, 200-, p.14), fortalecendo uma competitividade revelada pelo trabalho precarizado.

Já a **ii.** exclusão includente tem seu campo de ação inversamente ao lido acima. Nela o indivíduo, por não estar empregando aquilo que o inclui, se torna excluído. Amparada novamente na análise de Vianna *et al* (2020, p.776), esta condição é evidenciada quando:

E ela [Janaína] apresenta outra situação, relativa ao calçado:

Eu comprei um tênis melhor [ergonomicamente do que o calçado oferecido pelo clube para o trabalho], só que é vermelho. Porque tenho dor nas costas de ficar de pé o dia todo. Disseram que tem que ser preto, igual ao do uniforme. E agora, se eu quiser outro, eu que tenho que comprar.

À dor nas costas relatada por Janaína relacionamos outra situação social: a vigilância do ambiente panoptizado (BENTHAM, 2013) da academia do clube conta com 15 câmeras vigiando um vão de 200 m². Aparentemente não

há outro objetivo nessa vigilância que não seja estabelecer a ordem e agrupar os desiguais, coercitivamente, em um conjunto de indivíduos (FOUCAULT, 2003). Apesar de não haver uma regra escrita que impeça um funcionário de conversar com um sócio, nas palavras de Martins (1999), há o embaraço do decoro. Tal embaraço se encontra nos costumes e na construção social do clube, que instrui informalmente tanto sócios quanto funcionários a não terem qualquer intimidade. Essa intimidade proibida ou, nas palavras de Martins (1999), a quebra do decoro, evidencia-se no relato de Janaína, quando ela conta que teve sua atenção chamada pelos chefes devido à reclamação de uma sócia que alegou não conseguir se concentrar em seu treino na academia, devido ao fato de Janaína estar conversando com uma sócia [grifo autor].

A exclusão social, assim, aumenta a partir de múltiplas manifestações de eliminação (sociais, legais, econômicas, trabalhistas, de recursos, assistenciais, simbólicas, dentre outras) de um sujeito ou grupo social. As análises de exclusão, por sua vez, não se limitam a uma diferenciação social que pode ser resolvida tão-só com medidas assistenciais. Há, neste contexto, de se considerar fatores estruturais (políticos, econômicos, históricos e sociais) e subjetivos da sociedade que se observa. Assim “a história evidencia o contexto social, político e econômico que determina o processo de exclusão, sendo necessário estabelecer uma inter-relação de fatores para explicá-la” (TEIXEIRA, 2005, p.6). É nesse debate que emergem novas categorias, como a inclusão excludente /exclusão includente.

A dimensão subjetiva de ser incluso/excluído é o que norteia quão seu indivíduo sentirá (in)satisfeito. Sob essa dimensão que a representação social se propõe analisar, demonstrando como se evidencia esse fato. Amparado neste debate, uma leitura mais densa, particular e profunda da temática da inclusão/exclusão com foco nas mulheres que atuam na feira livre de Barbacena -MG de maneira autônoma, sobre o que pensam e como representam suas identidades profissionais num cenário incerto do trabalho contemporâneo, tornou-se a proposta desta dissertação, ora que a inclusão precária “trata-se de uma inclusão com aparência puramente positiva, mas que não revela sua face excludente” (VIANNA *et al*, 2020, p.778).

CAPÍTULO V: MÉTODOS DA PESQUISA

5.1 Procedimento metodológico

Este trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica, pautada na revisão da literatura que ofereceu aporte teórico às categorias analíticas através de consulta a livros, leis; relatórios; artigos; teses; dissertações e demais produções científicas (PIZANNI *et al*, 2012), pois “utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores devidamente registrados. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes no texto” (SEVERINO, 2007, p.122).

A análise, de cunho qualitativo, é justificada por Godoy (1995) quando há diversos atores envolvidos nos múltiplos processos sociais e com diferentes percepções sobre a realidade social que necessitam de uma análise particularizada, a qual nem sempre se obtém quantitativamente (MINAYO, 2009). A escolha, assim, se deu porque nas Ciências Sociais as pesquisas direcionadas à identidade entre sujeito e o objeto de pesquisa é essencial, uma vez que ao lidar com seres humanos e suas especificidades culturais, de faixa etária, classe social ou qualquer que seja o crivo, o investigador apresentará algum substrato identitário em comum ao objeto estudado (*idem.*, 2009).

A pesquisa qualitativa, por fim, é um método científico de investigação que foca no caráter subjetivo do sujeito/objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. A dissertação também fez uso da observação direta, exercício frequente nas Ciências Sociais intimamente ligada ao método qualitativo, ora que essa abordagem participa do campo por observação, ocorrendo principalmente nas etapas de coleta, com o uso de questionários e entrevistas e análise dos dados (JACCOUD; MAYER, 2008).

O sentido desta proposta foi, então, compreender se na visão das mulheres feirantes a venda de produtos agropecuários representa acesso a direitos sociais, civis e políticos que modificam sua condição de inclusão/exclusão social. Para alcançar esse objetivo, o uso de questionários semiestruturados teve um papel importante, visto que sua atribuição é a de desvelar determinados aspectos do fenômeno em questão a partir das falas dos participantes da pesquisa, para além das perspectivas observadas naturalmente, completando as indicações de trabalho proporcionadas pelas leituras que se obteve na academia (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995).

Como técnica de pesquisa em campo foi utilizado o questionário semiestruturado presencialmente e *on-line*, a depender da escolha das pesquisadas e das regras de distanciamento social vigentes em face da pandemia do COVID-19. Por intermédio dele foi possível analisar um fenômeno em seu contexto de forma ampla, utilizando de várias fontes de

dados (MARCONI; LAKATOS, 2007) como: caracterizar e verificar atores, acontecimentos e contextos, com várias dimensões em ligação. Esse tipo de estudo demanda a associação de dados de diversas áreas do conhecimento, além de múltiplas técnicas no arcabouço empírico (ALMEIDA, 2016).

Através do questionário *on-line*, as respondentes estavam resguardadas de qualquer contaminação possível entre pesquisador/pesquisadas uma vez que “*the power of communication technology to saves lives*”¹ (ONU, 2020). Aquelas que, por sua vez, não se sentiam confortáveis para responder os questionários *on-line* (ou não tinham condições tecnológicas de acesso), responderam questionários presenciais desde que respeitadas rigorosamente as orientações estabelecidas pelas entidades de Saúde no que se refere ao distanciamento social (WHO, 2020; BRASIL, s.p.; BRASILb, 2020). A percepção desta segunda opção foi revelada no estudo de Azevedo (2012), ao demonstrar que são um público multifacetado, constituído por mulheres de diversas idades em condições de vulnerabilidade social, identificadas por demanda institucional e entidades filantrópicas na região rural e periurbana de Barbacena-MG.

A aplicação de questionários (*on-line* ou presencial) incluiu lideranças femininas da feira livre e outros atores sociais e institucionais que estavam vinculados às feirantes, como a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região (SINTER). A necessidade de abarcar esses atores se baseou em evidenciar que a inclusão e reconhecimento do trabalho feminino é estabelecido com políticas públicas (AZEVEDO, 2012) e participação de outros atores (como sindicatos e associações) que puderam oportunizar o acesso a documentos e dar visibilidade às demandas das feirantes naquilo que entendem como melhor para si (BRUMER, 2004; TEIXEIRA, 2005; COSTA, 2012; PAULILO, 2016; GUERRA, 2012). Neste caso, admitiu-se também a pesquisa documental para contemplar esse quesito.

A aplicação de questionários via *internet*, para além do que foi descrito, emergiu também pela praticidade e agilidade na coleta de dados, bem como sua análise, tal como defendido por Couper² (2002, p.20):

Web surveys offer the research community enormous opportunities for low- cost, self-administered surveys using a wide variety of stimulus material (sound, images, video, etc.) that has heretofore simply not been available or has been too costly to implement widely in interviewer-administered surveys.

Nisto, o uso dessa técnica é associada ao nome de *survey*. O termo assumiu, sobretudo nas pesquisas brasileiras, a ideia de um questionário e pesquisas de opinião com intermédio da

internet, seja qual for sua estruturação. Todavia, Earl Babie (2005) comenta que a utilização do termo deve ser acompanhada de questionários semiestruturados e que empregam técnicas específicas que se correlacionam com normas gerais da investigação científica. Em acordo, Carlomagno (2018) esclarece que neste método de pesquisa há predominância de questões fechadas e amostrais, podendo assumir caráter probabilístico possuindo chance de seleção “(i.) conhecida e (ii.) diferente de zero” (idem., 2018, p.32), tal qual não probabilístico onde as chances não podem ser computadas.

O reforço de utilização deste tipo de pesquisa também é apresentado e justificado por Carlomagno (2018) ao considerar que o uso de pesquisas com questionários *on-line* é crescente devido sua facilidade tecnológica de criação; difusão e tabulação, assim como dito por Couper (2002). A preocupação em desenvolver um questionário que atenda às categorias analíticas do pesquisador emergem, justamente, que em análises pouco formuladas resultam em “pesquisas problemáticas, seja por questionários mal formulados ou por desenhos de pesquisa que não contemplam questões metodológicas desta ferramenta de pesquisa” (CARLOMAGNO, 2018, p.31).

A importância de compreender qual modelo adotar se deve ao fato de que “a qualidade dos resultados de um *survey* depende daquilo que antecede sua aplicação, que é a existência de um bom questionário” (CARLOMAGNO, 2018, p.32). Para tal, sua proposta advém de uma sistematização do que se recebe, uma vez que não se pode utilizar as mesmas técnicas de um questionário face a face. Sob esta perspectiva, o autor (ibidem., 2018, p.33 *apud* LEE, 2006) elucida que os resultados positivos neste tipo de análise ocorrem se observados: “1) Os entrevistados conseguem entender a pergunta? 2) Os entrevistados conseguem responder à pergunta? 3) Os entrevistados irão responder à pergunta?”.

Observar essa situação é essencial para o êxito da pesquisa, pois a obtenção desses resultados decorre, dessa maneira, de questões específicas capazes de ofertar uma realidade concreta a quem se pergunta, ancoradas nas questões que evitem múltiplas interpretações e caminhos de análise. Como ilustrado pelo autor (CARLOMAGNO, 2018, p.34), um erro crítico neste tipo de situação ocorre ao esquecer que:

A pergunta deve ser clara e objetiva, de modo que não reste margem para compreensões distintas de dois respondentes diferentes. Por exemplo, na pergunta “você saiu para jantar recentemente?”, o termo “recentemente” pode ser interpretado de formas profundamente diferentes a depender do respondente. É preciso que a pergunta seja direta e clara sobre o período que o pesquisador queira saber.

A partir do apresentado, é importante que se tenha atenção ao que se propõe estudar de modo a evitar falhas metodológicas que não sustentem (ou respondam) o que inicialmente teve-se como problema de pesquisa. Neste bojo, a dissertação se ateve em propor questões sobre como as mulheres feirantes de Barbacena -MG pensam sua identidade, sobretudo profissional, bem como se o trabalho demarca posicionamentos de inclusão/exclusão social em suas vidas.

5.1.2. A estratégia metodológica

O recorte de pesquisa buscou analisar as representações sociais, relacionadas à participação feminina no âmbito público, a geração de trabalho e renda para a mulher rural, bem como as feiras-livres de comercialização de produtos do contexto rural. Adotou-se uma abordagem qualitativa, caracterizada como o conjunto de técnicas interpretativas que busca descrever e compreender o objeto de estudo. Outro instrumento capaz de enriquecer o trabalho foram os registros fotográficos, ora que puderam auxiliar a compreensão sobre realidades culturais e registrar detalhes que fizeram diferença na interpretação dos dados (FLICK, 2004).

Sacco dos Anjos *et al* (2005, p.29 *apud* JOHNSON, 1997, p.147) ponderaram que numa pesquisa social se utiliza de múltiplas técnicas para “reunir, processar, manipular e interpretar informações que podem ser usadas para testar ideias e teorias, tornando possível a reconstrução de uma realidade”. O saber de Minayo (2001, p.22), também se faz presente ao demonstrar que o pluralismo metodológico propõe complementar os diversos instrumentos de investigação, ora que ao apropriar-se da metodologia qualitativa o pesquisador “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas”.

Portanto, as “Ciências Sociais - também chamadas de Humanas” (CHAUÍ, 2000, p.267) são, em sua particularidade, ideológicas. A “visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho” (MINAYO, 1998, p.82). Ambos partilham de um ambiente onde sua formação social é específica e equivale dizer que o objeto de estudo (assim como o pesquisador) é titular de passado e significados que lhe representam (ou lhe dão seguridade).

Assim, pode-se entender que não só o pesquisador oferta sentido no seu ofício intelectual, mas os envolvidos também, haja vista que “os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas” (MINAYO, 2001, p.14). Como lembra Lévi-Strauss (1975, p.215), “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”, é necessária uma relação de alteridade

entre quem pesquisa e quem responde. Laplantine (1994, p.169), fortalece essa premissa ao versar que “nunca somos testemunhas objetivas observando objetos, e sim sujeitos observando outros sujeitos”. Igualmente Oliveira (1996) comenta que as etapas científicas de olhar, ouvir e escrever carregam o posicionamento do pesquisador em aspectos culturais e de sua formação acadêmica, o que implica, segundo Malinowski (1978), que a observação por parte do pesquisador seja sua interpretação.

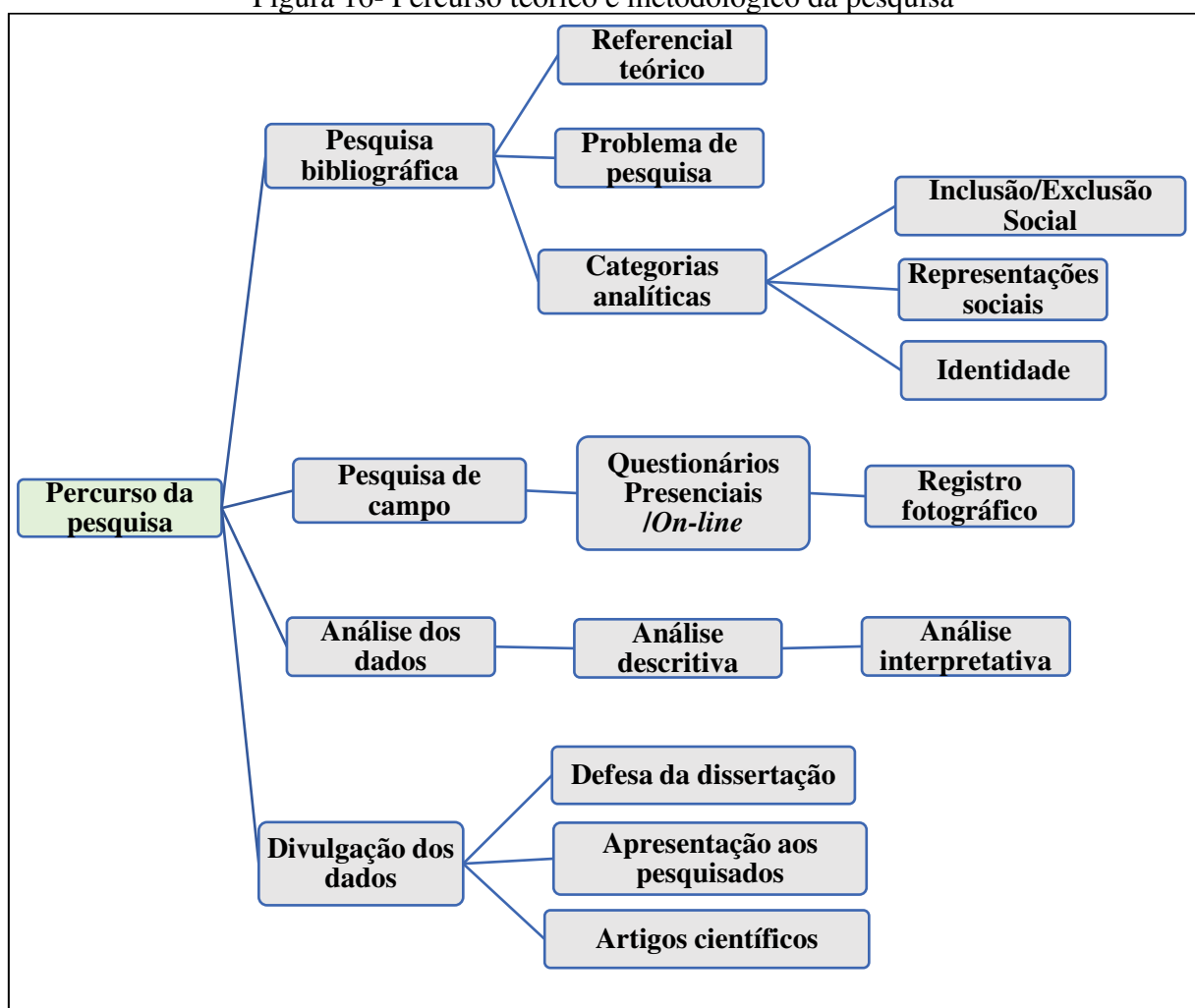
A análise descritiva, por sua vez, se estabelece com a pesquisa de campo e a materialização da representação e das memórias do pesquisador em um detalhamento profundo (GEERTZ, 2008), posto que “o fim do colonialismo alterou radicalmente a natureza da relação social entre os que perguntam e observam e os que são perguntados e observados” (GEERTZ, 1997, p.172). Do mesmo modo, os objetos do estudo não só se fazem presentes nos diversos grupos sociais, mas hoje tomam ciência do que se escreve e questionam ao que é apresentado sobre eles (GEERTZ, 2008), haja vista que “*tout ce qui est dit ou écrit est susceptible d’être soumis à analyse de contenu*”³ (HENRY; MOSCOVICI, 1986, p.36).

A análise de conteúdo é tida como aporte descritivo e interpretativo, amplamente utilizada pela Teoria das Representações Sociais, já que nos discursos (orais, escritos, visuais) as representações se materializam, ou seja, torna-se possível uma análise das ideias e das diferentes visões de mundo que as narrativas veiculam (JODELET, 1993; 2001; MOSCOVICI, 2003). Como demonstrado por Henry e Moscovici (1968, p.36):

L'analyse de contenu est un ensemble disparate de techniques utilisées pour traiter des matériaux linguistiques. Ces matériaux peuvent avoir été recueillis au moyen d'enquêtes ou d'interviews ou bien ce sont des matériaux « naturels », regroupés en vue d'une recherche, tels que des articles de journaux, des récits, des témoignages, des discours politiques, des œuvres littéraires, etc.⁴

A partir dessas considerações, o percurso teórico e metodológico da pesquisa encontra-se esquematicamente visualizado a seguir (FIGURA 16, em página sucessora).

Figura 16- Percurso teórico e metodológico da pesquisa



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Em suma, para a análise foram selecionadas de maneira não intencional as barracas que tivessem como protagonistas mulheres (sejam sozinhas ou com acompanhante, desde que fossem as chefes). Estas, em sua maioria, comercializam produtos agropecuários; artesanatos; utensílios domésticos; flores; alimentos em geral e itens religiosos (FIGURAS 17 e 17b, em página sucessora).

Figura 17 e 17b- Itens comercializados na feira-local de Barbacena – MG



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

A primeira incursão a campo trouxe a compreensão empírica do universo de estudo, bem como promoveu o mapeamento do local. Nas etapas em campo subsequentes, houve a realização de pesquisa documental para levantamento histórico da dissertação e aplicação de um questionário junto a presidência do SINTER, propondo compreender como a instituição se percebe frente as pesquisadas e as ações que implementam em prol das mulheres feirantes do município.

O questionário, de modo prático, dispunha de dezenove (19) perguntas que abarcavam questões vinculadas a representação do que é a feira livre; o nível de satisfação/insatisfação quanto a participação feminina no *lócus*; demarcação do perfil das mulheres (formação profissional, locais de residência, se são produtoras do que comercializam, etc.); questões vinculadas ao fato de se propor formação profissional; demandas que as pesquisadas elencam, dentre outros tópicos que são visíveis nos apêndices dessa dissertação. Sua execução ocorreu no mês de março de 2021, haja vista que era de interesse mapear as respostas das mulheres feirantes anteriormente para então associá-las (ou apresentar divergências) com os dados coletados junto ao Sindicato.

A partir de 27 de fevereiro de 2021, houve a aplicação dos questionários semiestruturados junto às feirantes (via *internet* ou não), ocorrendo de modo procedural, ou seja, obtido o total das barracas chefiadas por mulheres que compõem a feira livre -56 no total- contava-se até o número 5 e, em seguida, a sexta barraca era convidada a responder. Em negativa, refazia-se a contagem até obter 20 respondentes. A aplicação do questionário ocorreu num total de 4 semanas, tendo a cada sábado uma totalidade de 5 aplicações, ora presencialmente ora virtualmente, uma vez que se fazia presente a vigência de abertura de estabelecimentos considerados essenciais e/ou a respondente preferiu realizar a pesquisa *on-line*.

Composto por 35 questões, o questionário tornava como foco de análise dados da entrevistada; local de nascimento; sua representação do que é a feira livre; os significados que atribuem à prática de feirante; a dimensão geracional de ser feirante; sua observação quanto ao número de mulheres feirantes; sua motivação ao atuar no *lócus*; questões relacionadas a como conjuga sua participação na feira e sua vida privada; quais significados atribuem a venda de seus produtos; aspectos relacionados à sobrecarga de trabalho (casa/feira); aspectos vinculados a sua participação (ou conhecimento) em associações e sindicatos; se percebe inclusa/exclusa das questões do lar após atuação na feira, bem como outros pontos também dispostos nos apêndices.

Nas questões abertas, as respondentes expressaram opiniões, delinearão circunstâncias ou organizavam associações de ideias ao que se indagava. É por este instrumento que se pode coletar do sujeito suas visões de mundo a partir da realidade que se tem, ora que a aplicação “com os usuários é uma forma de compreender qualitativamente suas motivações e expectativas” (FABERLUDENS, 200-, p.5).

O questionário, quando presencial, foi combinado com entrevistas não estruturadas. Para se estabelecer um *insight* (discernimento) da pesquisa, torna-se válido lembrar a necessidade de contribuir na sensação de bem-estar a quem se pesquisa (evitando assim que se adquira resultados “artificiais”). A melhor maneira de conduzir a pesquisa neste caso é fazer com que “que não pareça uma entrevista, mas sim um bate-papo, onde ambos perguntam e respondem” (FABERLUDENS, 200-, p.6). Em resumo, mas não menos importante, teve-se o retorno absoluto de 21 questionários, dos quais 12 foram presenciais e 9 *on-line*.

Os contatos com as feirantes e o SINTER tiveram como objetivo obter informações de suas experiências, percepções, opiniões e representações sobre o que atuar na feira e ser feirante lhes significa. Pretende-se, com esses relatos, desenvolver “a elaboração de um conjunto de representações associadas aos acontecimentos vividos e suas respectivas interpretações”

(COSTABEBER, 1998, p.39). Tais dados, depois de tabulados e analisados, compuseram o capítulo VI dessa dissertação, correlacionando os fatos sociais abordados por outras pesquisas acadêmicas.

Notas de fim do capítulo IV

Nº DA NOTA	Nº DA PÁG.	TRADUÇÃO LIVRE PARA O PORTUGUÊS (TRADUÇÃO NOSSA)
1	74	“A iniciativa da comunicação pode salvar vidas”.
2	74	“As pesquisas na web oferecem à comunidade de pesquisa oportunidades enormes para pesquisas autoadministradas de baixo custo, usando uma ampla variedade de materiais de estímulo (som, imagens, vídeo, etc.) que até agora simplesmente não estavam disponíveis ou eram muito caros para implementar amplamente em inquéritos administrados por entrevistadores”.
3	77	“Tudo o que é escrito está suscetível a uma análise de conteúdo”.
4	98	“A análise de conteúdo é um conjunto distinto de técnicas usadas para processar materiais linguísticos. Esses materiais podem ter sido coletados por meio de pesquisas ou entrevistas, ou podem ser materiais <<naturais>>, agrupados para pesquisa, como artigos de jornal, histórias, depoimentos, discursos políticos, etc. obras literárias, etc.”.

CAPÍTULO VI: ANÁLISE DOS DADOS

Recebido os dados, compuseram este capítulo afim de tornar próximo as repostas com demais pesquisas científicas que interagem nas categorias analíticas abordadas anteriormente. A análise de conteúdo e interpretativa foram essenciais de modo a apontar e responder os objetivos criados neste ensaio. Para tal, buscou-se mesclar os dados tanto das pesquisadas quanto da presidência do SINTER ora em transcrições diretas ora em agrupamento de ideias/posições em quadros temáticos. A análise subdividiu-se em: **i.** perfil da entrevistada e **ii.** representações da feira sob a ótica das feirantes e SINTER. De início, têm-se (TABELA 4):

6.1. Perfil socioeconômico das feirantes

Tabela 4- Perfil socioeconômico das feirantes

Pesquisada	Idade	Estado civil	Local de nascimento	Escolaridade	Tempo de atuação (anos)
<i>E1</i>	50	viúva	Stª Bárbara do Tugúrio -MG	F.I.	36
<i>E2</i>	46	casada	Barbacena -MG	M.C.Tc.	20
<i>E3</i>	<i>n.f.</i>	casada	Barbacena -MG	M.C.	12
<i>E4</i>	39	casada	Barbacena -MG	M. C.	9
<i>E5</i>	32	solteira	Alfredo Vasconcelos -MG	M.C.	2
<i>E6</i>	27	solteira	Stª Rita de Ibitipoca -MG	S.C.	1
<i>E7</i>	36	casada	Barbacena -MG	Tc.Sub.	3
<i>E8</i>	25	solteira	São Paulo - SP	MSg.	1
<i>E9</i>	45	viúva	Carandaí -MG	F.I.	6
<i>E10</i>	36	solteira	Alfredo Vasconcelos -MG	F.C.	6
<i>E11</i>	40	casada	Barbacena -MG	F.C.	<i>n.f.</i>
<i>E12</i>	52	viúva	Correia de Almeida – Distrito de Barbacena -MG	F.I.	20
<i>E13</i>	59	casada	Padre Brito – Distrito de Barbacena -MG	F.I.	39
<i>E14</i>	62	casada	Barbacena -MG	F.I.	50
<i>E15</i>	31	solteira	Carandaí -MG	M.C.	3
<i>E16</i>	32	solteira	Stª Bárbara do Tugúrio -MG	M.I.	4
<i>E17</i>	32	solteira	Correia de Almeida – Distrito de Barbacena -MG	M.I.	2
<i>E18</i>	35	casada	Dores de Campos -MG	<i>n.f.</i>	2
<i>E19</i>	30	casada	Vitorinos – Distrito de Alto Rio Doce -MG	M.C.	6
<i>E20</i>	52	casada	Barbacena -MG	F.I.	40

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Onde:

n.f.: não informou

F.C.: fundamental completo

F.I.: fundamental incompleto

M.C. médio completo

M.I.: médio incompleto

M.C.Tc: médio completo/técnico

Tc.Sub.: técnico subsequente ao ensino médio

S.C.: superior cursando

MSg.: magistério

A partir da tabela 4, pode-se constatar que as feirantes participantes da pesquisa formam um grupo composto com idades de 25 a 62 anos, majoritariamente advindas das regiões próximas da cidade e/ou pertencentes ao município, corroborando a condição de ser uma localidade na qual o setor agropecuário têm seu destaque (IBGE, 2017; IBGEc, 2017). Foi entendido também a recorrência das respostas que suas vindas para o município tiveram por finalidade a busca de oportunidade de trabalho e/ou melhoria de vida e estudos.

Quanto à escolarização é percebida a predominância do ensino fundamental incompleto e médio completo, sobretudo para aquelas acima de 30 anos. Já ao que alude seu tempo de participação na feira local é notado uma pluralidade que varia de 1 ano (E6; E8) a meio século de atuação (E14). Esse tipo de dado, por sua vez, favorece a interpretação de Santos (2013) e o diálogo que institui sobre o encontro de gerações, pessoas e ensinamentos. É na feira que as trocas se estabelecem entre o feirante mais velho e aquele que há pouco tempo integra este lugar (SÁ, 2019). Assim, é na própria execução da atividade e no local em que ela se desenvolve que o saber fazer cotidiano é observado, imitado ou transformado pelos iniciantes, fazendo com que a feira seja o espaço pedagógico das aprendizagens da profissão. A feira é, portanto, a escola dos feirantes.

6.2. Representações da feira a ótica das feirantes e SINTER

Feita a descrição do perfil das entrevistadas, as respostas dispostas abaixo ocorreram por intermédio da análise descritiva e interpretativa dos dados, onde buscou-se aproximar as falas recebidas mesclando com a bibliografia que compôs a dissertação. Mais ainda, a utilização de gráficos e figuras tiveram destaque objetivando facilitar a compreensão do leitor.

Questionadas sobre *o que é o espaço da feira*, obteve-se dentre as respostas^g:

“É onde vendo o que faço, tenho meu trabalho reconhecido” (E1, 50 anos).

“É um local acessível onde pode-se expor seus produtos e além de ter lucro com vendas faz-se novos conhecimentos, novas parcerias e sempre surgem novas ideias e contatos a partir dali” (E2, 46 anos).

“Um lugar que posso adquirir reconhecimento pelo o que faço [artesanatos], melhora autoestima e também fonte de renda” (E6, 27 anos).

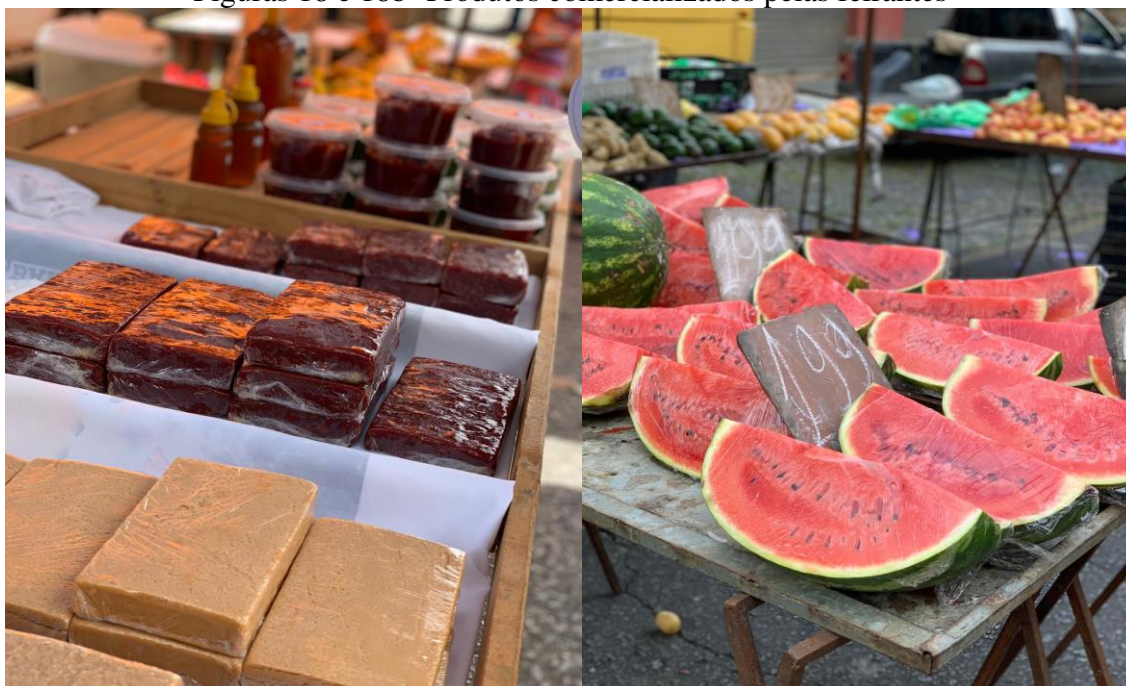
“Meu trabalho e fonte de renda. Sem a feira não tem nada porque feira para o brasileiro é vida. A gente não vive sem” (E9, 45 anos).

^g Os relatos apresentados nesta dissertação obedeceram a literalidade dos recebimentos o que, de fato, resultou na presença de transcrições contendo erros de gramática, coerência e coesão. A inserção de chaves “[]” objetivou-se tão-só facilitar a leitura do leitor acerca do que as pesquisadas referenciavam.

“É o lugar onde a vida dos meus filhos depende da feira. Sem ela não sou nada” (E11,40 anos).

As falas indicam que a feira corresponde a um lugar de autorrealização, ora pelo retorno financeiro que apresenta às mulheres, sendo espaço de escoamento daquilo que produz (Figuras 18 e 18b), ora pela realização pessoal de estar ali e pelo reconhecimento por parte de quem adquire seus produtos (SATO, 2007; SILVA; SILVA, 2016). Outro aspecto evidenciado refere-se à centralidade que o espaço e, por conseguinte, o trabalho que ali se desenvolve assumem na vida das feirantes ora que num mesmo espaço se realiza o trabalho, o lazer e a sociabilidade. Assim, torna-se um lugar *“de encontros, de pessoas que se juntam para trabalho, lazer, conversas. É tudo” (E1, SINTER).*

Figuras 18 e 18b- Produtos comercializados pelas feirantes



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Do mesmo modo, a feira livre é palco de trabalho que interconecta tarefas anteriores da produção dos bens e do transporte que permite a aproximação do rural e urbano (CARNEIRO 1998; MENASCHE, 2004; COUTINHO; DOULA, 2014). Pelo seu ofício as mulheres feirantes retiram a renda do seu sustento e seus familiares (ao mesmo tempo em que contribuem para o sustento alimentar dos consumidores).

É posto isso, um espaço onde o labor é visto sob a perspectiva pessoal de autorrealização e de reconhecimento social pelos frequentadores da feira, revelado através da prática informal e simbólica de acolhimento que a feira contém (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004;

SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; DAJUI, 2006; COUTINHO; DOULA, 2014; GUIMARÃES; DOULA, 2018; CUERVO *et al*, 2019). Igualmente, perguntado *o que significa ser feirante*, obteve-se:

“Meu tudo. Ter dinheiro, ver amigos, conhecer gente nova. A gente vive aqui pra se manter vivo” (E1, 50 anos).

“Lugar de trabalho, felicidade e alegria” (E5, 32 anos).

“Significa ser alguém! É meu trabalho, o ganha pão e principalmente o lugar que tenho para sustentar meus filhos” (E7, 36 anos).

“É ser tudo! Tem que saber vender, montar a barraca, trazer, montar e deixar tudo organizado pra ficar bonito. A gente tem que saber de tudo um pouco” (E10, 36 anos).

“Meu sustento e que também posso mostrar meu trabalho para todo mundo. Também aprendo muito com os mais velhos aqui” (E16, 32 anos).

Termos como “felicidade”, “alegria”, “conhecer gente nova” e “ver amigos” demonstram a vontade das feirantes em estar neste espaço justamente por permitir que se tenha a sensação de acolhimento, familiaridade e interação social, representações pelas quais a própria feira é constantemente referenciada na bibliografia.

Assim, nesta pesquisa, foi possível confirmar representações positivas criadas pelos feirantes identificadas em trabalhos anteriores (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SATO, 2007; SILVA; SILVA, 2016; CARVALHO; AGUIAR, 2017), bem como a referência e manutenção do significado original da palavra feira com seu significado de festa, encontros, conversas e trocas não materiais (CUERVO *et al*, 2019) e trocas econômicas (FIGURA 19, em página sucessora).

Figura 19- trocas econômicas e sociais na feira livre de Barbacena -MG



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Há de se observar ainda nas falas como *Ter dinheiro, ganha pão e meu sustento*, indicam associações entre trabalho e ganho financeiro sendo, a feira livre, representada como oportunidade de melhoria da sua condição econômica e chance de autonomia financeira (PACHECO, 2009; PIMBERT, 2009; AMORIM *et al*, 2015). Vale destacar também termos como *Meu tudo, meu trabalho, Meu sustento* como formas de linguagem que mostram autorreferência, uma centralidade no indivíduo que realiza o trabalho, auferir os ganhos e se orgulha de ter essa responsabilidade, principalmente das mulheres que associam os ganhos financeiros ao sustento dos filhos. Assim, trabalho e família constituem um núcleo de representação e significado indissociável, sendo a feira o espaço que permite unir a dimensão econômica, a dimensão do trabalho e a dimensão familiar.

Quando questionadas *quem as ensinou a ser feirante* as respostas indicam um conjunto diferente de termos, que constroem uma narrativa sobre o trabalho na feira desde “coisa de família” ao “escape do desemprego”, a saber:

“Meu pai sempre foi feirante. Era produtor rural e todos os finais de semana fazíamos feira. Um dia antes das feiras, era feita a preparação dos produtos a serem vendidos. Nos reuníamos todos no terreiro, era quase uma festa, com alegria e descontração. Até os vizinhos compareciam para nos ajudar, devido ao clima animado” (E2, 43 anos).

“Meu pai sempre me ensinou. Perdi minha mãe no meu parto sabe? Meu pai foi pai e mãe. A gente passou dificuldade demais mas hoje a gente tem mais

tranquilidade. Meu pai foi e é tudo pra mim. Hoje quem cuida dele sou eu” (E11, 40 anos).

“Já vem de casa. Todo mundo é feirante” (E14, 62 anos).

“Foi um convite que recebi do IF Sudeste de Minas, q me deu a oportunidade de aprender a vender meu trabalho” (E3, idade n.f.).

“Ninguém, sou a primeira da família. Comecei quando perdi o emprego e não ia ficar sem o que fazer” (E15, 31 anos).

“Aprendi por necessidade. A vida” (E17, 32 anos).

O destaque de termos como “pai” e “família” evidenciam uma relação direta com a transmissão geracional da atividade. O repasse da profissão e das barracas transcorre por gerações de feirantes, seja nas feiras livres, seja nos mercados municipais, como instrumento de legitimação da profissão (SATO, 2007; GUIMARÃES; DOULA, 2018), como evidenciado também na fala *E14*.

Há, de tal modo, uma polissemia de representações sobre o que é ser feirante onde as três primeiras transcrições (*E2*, *E11* e *E14*) confirmam uma representação orientada a uma realidade social que é construída e compartilhada (JODELET, 1993; 2001; MOSCOVICI, 2001; 2003; LOPES, 2013), na qual a herança profissional e a identidade familiar validam uma ideia coletiva do vínculo de sucessão e continuidade com o grupo ao qual os indivíduos pertencem. Ser feirante é um elo simbólico entre os parentes, notadamente entre pais e filhos, que pressupõe a passagem geracional de um patrimônio que permite criar relações de afetividade com as pessoas que frequentem a feira e com o próprio “lugar” onde o trabalho se concretiza.

Já as três últimas falas (*E3*, *E15* e *E17*) evidenciam e reforçam análises recentes por parte de pesquisadores brasileiros, demonstrando que a feira tem assumido lugar de escape da precarização do trabalho (TOLFO; PICCININI, 20007; CARVALHO; AGUIAR, 2017), inserindo aquele que nela deseja/necessite trabalhar sem interpor exigências ou prerequisites como grau de instrução, idade, classe social, orientação sexual e outros. A feira livre, como lido, oferta oportunidades e saídas para a situação de exclusão laboral e financeira que o atual mercado de trabalho impõe (STANDING, 2014).

Comparando-se as falas, então, verifica-se que a feira pode assumir o significado de “vocação familiar”, “tradição” e “trabalho” para algumas feirantes, mas também o de “escape do desemprego”, ou seja, uma ocupação temporária que traz retorno financeiro (TEIXEIRA, 2004; CARVALHO; AGUIAR, 2017.) Aqui, então, tem-se uma diferenciação entre feirantes

que seguem uma tradição familiar e representam a feira como trabalho e profissão a ser mantida e feirantes ocasionais que a consideram como ocupação ou emprego temporário, um quebra-galho.

No que se refere à opinião da *participação feminina na feira livre*, houve a recorrência de 65% de que a participação é pouca; 30% de que é boa e 5% considerando ótima a presença feminina na feira local. O mesmo se observa ao considerar que “*vejo como pouca, é bem acanhada pois a maioria são homens né?*” (E1, SINTER). Como possível resposta ao índice masculino elevado pode-se sugerir a hipótese de que, segundo os dados divulgados pelo IBGE em seu Censo Definitivo de 2017, das 1449 propriedades rurais presentes no município, 180 estão a cargo de chefia feminina (IBGEc, 2017), evidenciando assim que haja majoritariamente presença masculina neste ambiente, quando se considera que os feirantes podem ser também produtores dos itens agropecuários comercializados nas feiras.

Outra possível resposta emerge do fato que as mulheres, historicamente excluídas da vida pública (BRUMER, 2004), vêm ganhando espaço gradativamente através de lutas e reivindicações (CARNEIRO, 1994; COSTA; NUNES, 2014; PAULILO, 2016; AZEVEDO, 2012), precisando articular e manterem-se organizadas em prol de mudanças sociais (SEN, 2004). Essa premissa não só foi notada como reforçada pelo SINTER ao se propor, a partir das demandas das feirantes, “*fazer uma associação de mulheres direcionadas a prefeitura para colocar suas questões, levar para Câmara, propor mudanças, acho que isso seria ideal*” (E1, SINTER).

Noutro momento, ao perguntar se *a senhora se sente motivada a atuar na feira livre* foram observadas as seguintes respostas:

“Quando nossos produtos são procurados e vendidos” (E4, 39 anos).

“Sinto porque é aí que minhas contas focam mais no azul do que no vermelho” (E8, 25 anos)..

“Sim pois é daqui que tenho minha renda” (E12, 52 anos).

“Demais. Cada sábado aqui a gente aprende com o outro” (E13, 59 anos).

“Sinto sim porque cada sábado aqui é uma festa que só. Além disso a gente revê os amigos, colegas e gente de tudo que é jeito. Gosto demais!” (E18, 35 anos).

Consideradas as falas, há uma veiculação entre a satisfação pessoal revelada com a prática de venda efetivada e, por resposta, o ganho econômico que dela advém. Há de se

perceber que se faz presente a representação de que é pelo conhecimento prático de venda e das suas experiências que se legitima sua percepção individual de satisfação (FIGURAS 20 e 20b).

A junção desses fatores, se considerado as contribuições de Denise Jodelet (1993; 2001), permite explicitar que as interações sociais das mulheres são construídas por elementos empíricos (venda) alinhados a uma visão consensual da realidade. O que corrobora esta premissa é evidenciada ao ler que dentre as motivações há a “*sensação de ser útil e segurança de receber*” (E14, 62anos) e “*felicidade e agradecer por poder trabalhar aqui*” (E15, 31 anos). Assim, aspectos objetivos da realidade (a barraca, os produtos, os fregueses, a venda, o ganho) acionam elementos subjetivos que atribuem ao trabalho na feira valores de positividade, tais como se sentir útil e ter segurança (Figuras 20 e 20b).

Figuras 20 e 20b- Produtos comercializados pelas feirantes



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Mais ainda, utilizando da sistematização da representação social por parte de Jodelet, o conhecimento prático apresentado pelas mulheres permeia o sentimento de satisfação de cada venda efetivada (E4, E8 e E12) e de reconhecimento com trocas de experiências e visões de mundo (JODELET, 1993; 2001) que são reforçadas nos contatos diários entre as feirantes e os fregueses, formando o que se entende como representação social no sentido de ser coletiva

(MOSCOVICI, 2001). A “segurança de receber” pressupõe um outro, o consumidor, que estabelece com o feirante relações de confiança e se insere em um circuito de significados compartilhados que vão além das trocas mercantis de venda e pagamento, pois trata-se de “uma festa”, do encontro entre amigos, da pessoalidade, diferente dos supermercados, por exemplo, onde tais relações sociais não são possíveis.

O trabalho na feira é reforçado e enfatizado como ganho pessoal no prisma econômico ao observar que “*daqui tenho condições de pagar minha faculdade [psicologia] com ajuda dos pais (E6, 27 anos)*”, bem como pela satisfação em poder praticar outras vocações: “*consigo deixar lado a lado o que é importante: meus artesanatos e receber por eles (E16, 32 anos)*”. Assim, os ganhos econômicos advindos da feira, além do sustento e ‘de poder deixar as contas no azul’, possibilitam a algumas mulheres concretizar outros anseios, sejam eles educacionais ou vocacionais.

Ao indagar *qual é a sensação de atuar na feira*, obteve-se os seguintes termos mais presentes em suas falas (TABELA 5):

Tabela 5- Recorrência de termos ao questionar qual a sensação de atuar na feira

TERMO	RECORRÊNCIA
Alegria/ felicidade	30%
Ganho financeiro/sustento	30%
Bem estar	15%
Ser útil	10%
Gratidão/Agradecimento	10%
Outros termos	5%

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

É de se observar que os maiores índices de repetições recaem em “alegria/felicidade” e “ganho financeiro/sustento”. O quantitativo de falas que remete ao primeiro termo corrobora as pesquisas e análises nacionais que enfatizaram que a feira é palco de aproximações; de sociabilidade; de trocas culturais e do contato face a face, o que permite, assim, um relacionamento mais íntimo entre os indivíduos que “fazem a feira” (feirantes e fregueses) e justifica sua resistência em dias atuais, em face das comodidades e da diversidade de produtos que super e hipermercados oferecem (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SILVA; SILVA, 2016; GUIMARÃES; DOULA, 2018; CARVALHO; AGUIAR, 2017; CUERVO *et al*, 2019).

Quando solicitado às mulheres a avaliarem *como era sua vida antes de trabalhar na feira* obteve-se a seguinte configuração (GRÁFICO 1):

Gráfico 1 – Ocupação das mulheres antes de atuar na feira livre



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A diversidade presente no gráfico ilustra, como dito na introdução desta dissertação, a multiplicidade de papéis que as mulheres desempenham desde a colonização do país, majoritariamente ligados à esfera doméstica (DAJUI, 2006; AZEVEDO, 2012; NEVES, 2014; TEDESCHI, 2014). Todavia, o desempenho em outros campos não lhes garante a efetivação de seus direitos, haja vista que maiores índices de respostas remontam a atividades consideradas tão-só do lar (sem relevância por não gerar proventos) e àquelas tidas como direcionadas ao gênero feminino (cuidado de idosos, e crianças, por exemplo).

Não é de interesse e, menos ainda, compete a esta dissertação instituir um debate na temática de gênero e das desigualdades entre homens e mulheres. O que se destaca é a condição em que são inseridas sem perceber que estas atividades devem ser tidas como trabalho e não ajuda/extensão/obrigação da atividade que compete à mulher, tornando-as “sem visibilidade, enquanto aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas, as do/no espaço público” (TEDESCHI, 2014, p.29).

Num índice de 35%, é de considerar que as pesquisadas aceitam a condição de sobre trabalho sem questionamentos, pois foram justamente os “valores enraizados do patriarcado na cultura brasileira, que legou às mulheres a exclusão dos espaços públicos, direcionando a elas o exercício de atividades do lar, no âmbito privado” (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016, p.3). A evidência dessa condição se revela ao ler que “*É corrido porque tenho que cuidar da casa e do que vender aqui. Mas tem vizinho que me ajuda*” (E1, 50 anos); “*Tenho que agendar tudo pq cuidá da casa e dos filhos e isso é pesado*”(E4, 39 anos) [SIC]; “*É um pouco complicado pois tenho que ajudar com as tarefas de casa, montar meus artesanatos, ajeitar tudo para trazer para a feira e tenho meus estudos*” (E6, 27 anos); “*Bem tranquilo porque se for o caso viro a noite para deixar tudo pronto para sábado*” (E15, 31 anos). Esses trechos

evidenciam que, embora a participação na feira também exija atividades anteriores de produção dos itens comercializados, as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos continuam a cargo das mulheres feirantes.

Quanto às mudanças percebidas em suas vidas com o trabalho na feira teve-se como respostas numericamente majoritárias os ganhos financeiros que resultam numa sensação de autonomia e de reconhecimento:

“Mudou tudo! Tenho onde tirar meu dinheiro, conheço outras pessoas e principalmente o lugar que me tirou do desespero que é ficar desempregado. Assusta demais né?” (E7, 36 anos);

“Ajudou nas finanças principalmente agora que quis sair de casa [vive atualmente em república estudantil]” (E8, 25 anos);

“poder comprar coisas para mim (batom, maquiagem) sem pedir meu esposo” (E19, 30 anos)

“pude continuar tendo renda porque ficar sem o que fazer é muito ruim. A gente fica inseguro, com medo e desanimado demais né?” (E15, 31 anos).

As transcrições mostram que o trabalho na feira confere autonomia financeira, liberdade para gastar com produtos de beleza, morar sozinha, além de um espaço público de sociabilidade fora do ambiente doméstico e, ainda, segurança contra o desemprego que produz “medo” e é “ruim” porque expõe os indivíduos à exclusão da esfera econômica e social (AMORIM *et al.*, 2015).

Os avanços femininos em relação à autonomia financeira, conforme Carneiro (1994), decorrem de reivindicações por cidadania e reconhecimento pelo trabalho e seus direitos. Para Dajui (2006), a cidadania social e econômica feminina advém do seu ganho econômico e do reconhecimento social àquilo que desempenha às suas vistas e perante a sociedade. Essa ligação entre ganho econômico, reconhecimento/valorização social do trabalho e direitos conquistados pela autonomia pode ser verificada nas seguintes falas:

“minha segurança financeira e ao mesmo tempo o reconhecimento de que o que faço tem valor” (E6, 27 anos);

“representa que vou poder comprar minhas coisas. Melhor sensação é poder ir na loja e comprar as coisas que você quer” (E10, 36 anos);

“meu suor, meu trabalho reconhecido e a certeza de que vou poder manter a casa” (E11, 40 anos);

“meu trabalho reconhecido e recebendo por isso” (E13 59 anos)

“autonomia financeira e capacidade de decidir sobre minha vida” (E18, 36 anos).

No que se refere à condição de que *são produtoras daquilo que comercializam*, houve outra vez mesclagem de falas por parte das respondentes onde 80% atestaram serem produtoras do que comercializam (frutas, doces, legumes e artesanatos), contrárias a 20% que atestaram revender (FIGURAS 21 e 21b) o que levam à feira seja *“sendo atravessadora revendendo roupas” (E17, 32 anos)*, seja *“compro do vizinho [mel e compotas] e revendo aqui” (E7, 36 anos)* ou *“adquiro de terceiros [vestuário e eletrônicos] e vendo aqui” (E8, 25 anos)*. Assim, percebe-se que a maioria das feirantes participantes da pesquisa executam atividades anteriores ligadas à agricultura familiar, à agroindústria e ao artesanato, enquanto a minoria revende produtos industrializados.

Figura 21 e 21b- Contraste entre venda de produtos artesanais e manufaturados



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

As respostas supracitadas corroboram os ensaios de Sato (2007); Woleck (2007); Silva; Silva (2016) e Sá (2019), os quais apontam que na feira se faz presente um movimento dialético entre o antigo/novo, manual/tecnológico e convencional/ousado, acolhendo desde o produtor familiar com seus alimentos, ao cidadão urbano recém desligado do mercado formal, ambos ofertando aquilo que seus consumidores desejam (WOLECK, 2007). A ligação entre a esfera da produção e a esfera da comercialização na mesma figura do feirante fica melhor explicitada nas seguintes falas:

“Sim planto, separo e trago. É tudo manual e não uso agrotóxico. Por isso que parece bem pequeno as verduras, mas é tudo natural” (E9, 45 anos).

“Sim, faço tudo a mão [bordados]” (E10, 36 anos).

“Eu faço as compotas e doces tudo no fogão a lenha. Às vezes meu pai ajuda, mas por conta da idade [70 anos] fica mais difícil” (E11, 40 anos).

“Faço costura a mão mesmo e tenho aprendido a fazer ponto-cruz. É um pouco difícil, mas estou aprendendo” (E16, 32 anos).

“Sim, tanto verduras como mel. Faço tudo sem agrotóxicos” (E18, 35 anos).

Palavras como “a mão”, “manual” e “sem agrotóxicos” indicam proximidades de significados que remetem à garantia da produção agrícola e da atenção necessária ao plantio, mas também de um “pós campo”, a etapa final do alimento que vai para o consumo, com atributos de uma seguridade que não se encontra nos supermercados (CUERVO *et al*, 2019). Tal seguridade é evocada por quem produziu, ou seja, nos discursos das feirantes ao detalharem como se dá o processo (seja do plantio, seja de artesanato). Da mesma forma, a representação sobre o artesanal como sinônimo de natural abarca objetos distintos, como os alimentos in natura (frutas, legumes, verduras), a roupa, o bordado e os alimentos manufaturados como doces e compotas.

Assim, também nas representações dos consumidores, o produto das feiras é tido “como puro e, dessa forma, saudável. Os adjetivos relacionados ao natural seriam atribuídos aos alimentos frescos, ou aos provenientes da feira, ou aos orgânicos, ou aos trazidos de fora” (MENASCHE, 2004, p.121), reafirmando sua qualidade pois passaram por cuidados femininos (MENASCHE, 2004; AZEVEDO, 2012). No artesanato, da mesma forma, os cuidados femininos são valorizados positivamente por manterem tradições culturais: *“Sei q tem algumas q vendem [artesanatos] na feira e vou lá comprar pq tem mt cultura nisso. É nossa história ali” (E1, SINTER) [SIC].*

Verifica-se, mais ainda, que termos relacionados ao trabalho remetem à valorização da atividade agrícola, do “plantar” e da preocupação em ofertar alimentos sem “agrotóxico” que reforçam a ideia de *food security* e de *safety security* e que simbolicamente atestam uma agricultura que oferta alimentos saudáveis e naturais (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al* 2005). A mesma preocupação emerge por parte da presidência sindical ao ponderar que *“Procuro sim [saber a procedência dos alimentos]. Td q compro na feira gosto de saber se é artesanal e como faz. E tbm valorizo demais o trabalho deles pq ser feirante n é moleza. Tem uma barraca q todo sábado vou comprar banana sabe. Tenho pé em*

casa e td, mas vou lá pq tem q ajudar sempre” (E1, SINTER) [SIC]. O mesmo se aplica aos bens de artesanato, ora que são associados ao valor simbólico de lembrar o que é do rural e cultural, apreciando as produções locais.

As falas das mulheres permitem compreender a valorização das feiras como espaços de fala e circulação de mensagens e representações. Assim, além de um lugar para consumo de um produto propriamente dito, há em torno dela uma construção simbólica sobre a confiança, o crédito atribuído às palavras e à possibilidade de sociabilidade em meio a transações comerciais. As respostas indicam um consenso afirmativo, ou seja, há o sentido de uma representação positiva dessa característica da feira a qual reforça a imagem de que naquele espaço mercadorias, pessoas e palavras circulam:

Quanto a suas percepções do *grau de sobrecarga de trabalho ao se inserirem na feira* obteve-se 35% das respostas direcionadas ao fato de que houve pouca sobrecarga de trabalho; 45% de que teve pouco acúmulo de funções laborais e domésticas e 20% afirmaram ter muita certeza de que sua inserção na feira gerou um acúmulo de funções. Vale destacar, como analisado anteriormente, que esses índices de respostas contradizem as falas das informantes em pergunta anterior quando relataram que é *“corrido porque tenho que cuidar da casa e do que vender”*; *“tenho que agendar tudo pq cuida da casa e dos filhos e isso é pesado” [SIC]*; *“É um pouco complicado pois tenho que ajudar com as tarefas de casa, montar meus artesanatos, ajeitar tudo para trazer para a feira e tenho meus estudos”* ou *“se for o caso viro a noite para deixar tudo pronto para sábado”*.

Assim, cabe indicar que tal contradição parte de uma naturalização das tarefas femininas domésticas, que não deixaram de ser executadas pelas feirantes mesmo após a inserção delas nas feiras. Nas falas não se percebe uma redistribuição familiar das tarefas domésticas, mas isso não foi objeto de uma pergunta específica. Embora a sobrecarga de trabalho para as mulheres feirantes seja considerada de forma ambígua, quando questionadas se *acreditam que trabalhar na feira gerou maior participação nas condições da sua vida familiar*, notou-se maior índice de respostas afirmativas (TABELA 6):

Tabela 6- Quão acredita que atuar na feira favoreceu participação nas decisões familiares

QUÃO ACREDITA	RECORRÊNCIA
Acredita bem pouco	5%
Acredita pouco	5%
Indiferente	20%
Acredita muito	40%
Tem total certeza	30%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os índices mais elevados demonstram que, inseridas na feira livre, as mulheres percebem-se com condições de participar das decisões do lar, sobretudo às que aludem às finanças. Assim, ainda que se faça presente uma dificuldade em conjugar sua atividade profissional com as tarefas domésticas, enxergam-se, inseridas na feira livre, como provedoras de suas casas, titulares de opinar sobre o que lhes convêm e não se sentirem dependentes financeiras dos seus maridos/esposos.

Essa posição fica ainda mais clara quando se questiona *quem era o responsável financeiro da sua família antes de trabalhar na feira*, obtendo-se 70% das respostas para maridos e 30% fazem menção a outro membro parental. O ganho de proventos, por sua vez, oportuniza melhoria de suas condições e incentiva que outras mulheres vejam possibilidades de ter voz e visibilidade nas múltiplas esferas que integram e interagem, sejam elas filhas ou conhecidas (SEN, 2004).

Quando perguntadas *como percebem sua contribuição como feirante na sua família*, obteve-se respostas como: “*É muito importante pois ajudo nas contas e tenho voz*” (E20, 48 anos); “*Muito boa pois ajudo as contas*” (E18, 35 anos); “*Tenho mais oportunidades de comprar as coisas. Ontem mesmo pude ir [na rede de varejo] e parcelei minha TV smart*” (E10, 36 anos); “*Pude ajudar na casa dos meus pais pois ganhava pouco sendo babá e estava tendo muita dificuldade d encontrar emprego*” (E6, 27 anos) e “*Boa, pois participo das contas e aí sobra um pouquinho para guardar ou gastar com bobadeiras*” (E13, 59 anos).

A palavra ajuda, tão mencionada na literatura para se referir à condição subalterna e compulsória do trabalho feminino, por exemplo na agricultura, parece sofrer uma modificação de significado, principalmente quando atrelada ao verbo poder (“eu posso”), indicando que a ajuda pode ser uma opção e quando se “tem voz”.

Já ao que diz respeito sobre sua *participação ou conhecimento de associações de produtores rurais em Barbacena* constatou-se que 70% desconhecem alguma instituição e 30% referenciaram ao SINTER sendo que, em sua maioria, seus esposos/pai são os contribuintes. Esse baixo conhecimento também foi observado pelo sindicato: “*Vejo ainda pouca [participação feminina], acho q poderiam fazer mais. Mas também sei q já está melhorando né? A prefeitura mesmo já tornou a feira patrimônio e isso é mita coisa. A gente faz igual colocando chamadas na rádio, avisando os contribuintes e fazendo parcerias com lideranças. Tem dado bom resultado*” (E1, SINTER).

O mesmo fato se aplica ao perguntá-las *o que pensa sobre a participação de mulheres em associações de produtores rurais* e se acredita ser mais fácil hoje ter a presença de mulheres

à frente de associações, sindicatos ou cooperativas agrícolas tendo 65% de respostas como indiferentes em ambas as questões. Já para o representante do sindicato:

“a gente tem é sempre ajuda da [instituição de ensino] para fazer oficinas e sempre recebem a gente de braços abertos. [...] A gente fez ações de cursos profissionalizantes na [instituição de ensino] e teve mt adesão das mulheres na parte de artesanato. Sei q tem algumas q vendem na feira e vou lá comprar pq tem mt cultura nisso [...] Sempre q alguém precisa de documento principalmente para tirar DAP a gente orienta a ir na defensoria pública e quando a gente pode também pede ajuda de alguns colegas advogados. Graças a deus tem muita gente q ajuda a gente” (E1, SINTER) [SIC].

Portanto, há de se perceber a baixa participação política feminina frente a esfera pública e institucional, o que, de fato, corrobora com as análises nacionais dos impasses históricos que limitaram e limitam a inserção da mulher nesses campos (CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004; DAL POZZO; FURINI, 2014; COSTA; NUNES, 2014; TEDESCHI, 2014). Desse modo, reivindicações devem ser constantes “iniciando assim a luta das mulheres pelo ingresso nos espaços públicos, acesso à educação e à qualificação profissional” (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016, p.1).

Ao analisar, a participação feminina no SINTER, a representante da instituição considerou que “é forte pois temos mulheres na tesouraria, direção e outras posições. Nossa Vice Presidência é gerida por uma mulher” (E1, SINTER). Atentar a este fato favorece compreender que, ainda acanhada, a presença feminina se faz na instituição tendo suas demandas ouvidas, pois “antes a maioria chegava e nem falava nada sabe, mas com o tempo a gente vai ganhando confiança e aí elas ficam bem pra falar de td e participar das coisas delas” (E1, SINTER) [SIC].

Noutro momento, ao saber se as respondentes “percebem alguma influência do trabalho da mulher para as relações familiares” se constatou que:

“Sempre, porque a gente é criada a cuidar e brincar de casinha. Tem amigas minha que até hoje fica sem jeito quando me vê dirigindo” (E1, 50 anos).

“Tem sim, principalmente quando é cuidar da casa viu? Por exemplo, quando meu marido era vivo não me ajudava em casa, mentira, um pouco. Aí eu precisava terminar tudo para ir na plantação. Mas quem ficava cuidando do dinheiro foi ele até falecer” (E12, 52 anos).

“Sim, pois o trabalho de casa fica para mulher” (E14, 62 anos).

“Sempre tem porque a gente é desde criança ensinada a cuidar da casa” (E15, 31 anos).

“Sim pois cuidados de casa são direcionados para mulheres” (E18, 35 anos).

Pelas respostas se evidencia como as funções da casa são vinculadas ao gênero feminino o que, por sua vez, foi debatido na introdução dessa pesquisa. Ressaltar esse cenário é tornar visível o quanto as funções do lar são pouco (ou nada) valorizadas, ora que não apresentam retorno financeiro. Nisto, compete a mulher gerenciar este espaço pois se apresenta como “um espaço onde um trabalho é desenvolvido diretamente: a dona de casa fia, tece, trata e limpa a casa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres da hospitalidade, do acolhimento, dos “amigos” do marido, o zelo dos filhos, etc.” (TEDESCHI, 2014, p.92).

Reverter essa situação tem sido um desafio inclusive institucional, pois de acordo com o representante do sindicato *“Buscamos sempre deixar presente para nossos contribuintes a necessidade de valorizar o papel da mulher no campo, o que faz, como contribuem no trabalho e que devem ter os mesmos direitos” (E1, SINTER)*. O mesmo entrevistado, ao comparar as transformações sociais sobre os papéis de gênero, afirma que tal condição tem sido revista: *No me tempo via minha mãe em casa e pronto! Tem q cuidar da gente pequeno e ajudar nas coisas q meu pai ia vender. Eu mesmo achava isso normal sabe? Normal pq era assim e ponto. Mas hoje a gente mostra o contrário, tem q valorizar as mulheres e o q fazem pq n é poca coisa.” (E1, SINTER) [SIC]*.

Quando indagadas se *a senhora recebeu alguma capacitação ou treinamento antes de começar a participar da feira livre*, 85% das pesquisadas disseram não ter qualquer formação profissional; 10% apontaram cursos promovidos pelo SINTER e 5% de instituições privadas; a mesma porcentagem foi constatada ao averiguar se *teve ajuda de alguma instituição para atuar na feira*. O que se tem de aprendizado, majoritariamente, é repassado pela oralidade, pelo dia a dia, pelo aprendizado e contato com outros feirantes (SATO, 2017; SÁ, 2019) e pela transmissão geracional e perpetuação de ser feirante (GUIMARÃES, DOULA, 2018). Atenta-se aqui para o vazio institucional quanto ao processo de profissionalização das feirantes, bem como de outras iniciativas que promovam outros indicadores da inclusão social, como verificado na bibliografia em outras partes do país.

Interrogadas se acreditam *que políticas públicas direcionadas para o campo podem influenciar nas relações das comunidades rurais* houve a proporção de 55% que não acreditam nesta condição e 45% ponderam que sim, auxiliando em documentação do trabalhador rural; promovendo emendas parlamentares e trazendo recursos para infraestrutura das zonas rurais. O

que recorre na fala da presidência sindical enfatizando a necessidade dos feirantes “*tenham assistência de extensão rural. Tem q mudar isso*” (E1, SINTER) e evidenciado sobretudo pelo Censo Definitivo de 2017 (IBGEc, 2017). Como instrumento de favorecer a documentação, como visto, o sindicato se propõe a ajudar na obtenção do Documento de Aptidão ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP- PRONAF).

Igualmente, percebeu-se que as mulheres são atentas à questão documental como instrumento de preservação e validação de suas conquistas e direitos (BRUMER, 2004): “*É essencial para tudo*” (E15, 31 anos); “*Sim porque fica mais difícil tudo. Meu pai mesmo pra aposentar precisou tirar [documentos] tudo de novo*” (E11, 40 anos); “*Sim, pois sem isso nem conta no banco você abre*” (E5, 32 anos); “*Sim porque eu mesma antes de estar aqui tive que tirar tudo de novo porque não sabia que identidade tem validade e a minha era ainda quando tinha nome de solteira. Era adolescente quando fiz*” (E13, 59 anos). A mesma preocupação com documentos foi citada pelo sindicato: “*Quem n tem documento não tem nada né? Vc faz o q sem eles? Fica invisível e sem ajuda.*” (E1, SINTER) [SIC].

A questão *“você se sentiu mais incluída/excluída nas decisões da sua casa após começar a trabalhar na feira*” apresentou o total de 100% direcionando a resposta de que se sentem inclusas. Complementando este dado, sua inclusão reflete em aspectos como “*Poder comprar as coisas que quero sem ficar precisando pedir meu marido*” (E18, 35 anos); “*A de poder cuidar dos meus filhos e comprar quase sempre tudo o que querem*” (E15, 31 anos); “*Autonomia financeira*” (E9, 45 anos); “*Fazer minha casinha. Agradeço a Deus por isso, meus pais e aqui pelo dinheiro*” (E10, 36 anos) e “*Tenho minha autonomia e autoconfiança vinda da feira*” (E20, 48 anos). Novamente se verifica pelas respostas que o trabalho fora de casa, proporcionando uma renda própria, trouxe autonomia feminina no ambiente doméstico e perante os demais membros da família.

O mesmo se verifica na fala da representante do SINTER, que considera que a obtenção dos proventos favoreceu a melhoria da autoestima: “*afeta ajudando a transformar a vida delas. Tem mulher q nunca recebe nada pelo o q faz e a gente orienta aqui q não, homem e mulher tem o mesmo valor e respeito. Aí ela vai pra feira e tem o seu dinheiro e n precisa ficar dependendo do marido. N falaram comigo mas com a vice sabe? Mas tem mulher q ficava com vergonha de pedir dinheiro as vezes era até pra comprar roupa íntima e indo pra feira n precisa passar por isso*” (E1, SINTER).

Já no que diz respeito sobre *o que as mulheres feirantes mais reclamam do trabalho na feira e quais são as principais reivindicações das feirantes para as instituições locais* se fez obteve-se o seguinte quantitativo (TABELA 7):

Tabela 7- Reclamações/ reivindicações das mulheres feirantes

RECLAMAÇÃO/ REINVIDICAÇÃO	RECORRÊNCIA
Organização da feira	45%
Melhoria dos sanitários públicos	25%
Publicidade da feira	10%
Reconhecimento da função	10%
Higiene das ruas	5%
Sobrecarga de função	5%

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

É percebido que, pelo índice de falas, um dos quesitos que mais incomodam as mulheres se situa na organização da feira. O desagrado se refere a problemas de montagem das barracas; a dificuldade de ligações elétricas; a “*higiene das ruas*” (E14, 62 anos) e (E6, 27 anos). O sindicato se mostrou ciente dessas reclamações: “*era mt da organização dela. Tem gente com barraca mt grande e outras pequenas aí fica ruim. O banheiro tbm falavam bem mal, mas já arrumou e ficou outro*” (E1, SINTER) [SIC].

Se faz necessária uma articulação entre os sujeitos que compõem a feira livre, quer sejam institucionais, quer sejam os próprios feirantes objetivando que estas questões (de caráter estrutural) sejam observadas, analisadas, debatidas e encontrados caminhos de solucioná-las (ou minimizá-las), conforme evidenciado noutros estudos que trataram dessa temática (SATO, 2007; COSTA; NUNES, 2014; SÁ, 2019). Os noticiários locais (FOLHA DE BARBACENA, 2020 on-line; FOLHA DE BARBACENAb, 2021 on-line) recentemente vêm informando sobre a melhoria dos sanitários e limpeza das ruas

Mais ainda, é notado que no questionamento sobre *quais instituições são mais presentes e atuantes na feira*, teve-se como resultado: 50% desconhecem; 25% apontaram a Prefeitura Municipal por meio dos agentes de fiscalização; 5% a movimentos de ongs e associações; 20% a presença de um vereador.

O baixo conhecimento, por sua vez, pode ser interpretado como resposta a uma pouca articulação entre poder público local e feirantes objetivando sua representação política e respaldo das questões femininas levantadas no parágrafo anterior (PAULILO, 2016). Ressalta-se que o poder executivo local é mencionado por sua ação fiscalizadora ora pelas feirantes, ora pelo sindicato. Todavia, não se fez presente a recorrência de falas pelas mulheres referenciando ao SINTER em si.

Ao perguntar se *já sofreu algum tipo de preconceito por parte dos feirantes ou consumidores*, 80% disseram que não e 20% atestaram que sim:

“Teve uma vez que o feirante da frente [feirante] falou que devia tá em casa porque já tenho pensão. Quis levar na brincadeira, mas aquilo magoou sabe?” (E9, 45 anos).

“A sempre uma diferença entre homens e mulheres, infelizmente” (E3, idade n.f.).

“Sim. Quanto ao que vendo perguntando se mulher sabe plantar taioba braba e abacaxi. Foi homem quem falou quando quis comprar” (E4, 39 anos).

E apontada pelo sindicato:

Já ouvi casos sim, mas por respeito n posso falar mt né? O q posso te falar é q sei q já teve assédio, desrespeito e até teve vez q acabo tendo briga. Mas como conhecia ajudei e orientei a fazer BO (E1, SINTER)..

As representações das entrevistadas, assim como a literatura que sustenta essa dissertação, elucida como as limitações que as mulheres enfrentam na esfera pública demonstram os impasses ainda presentes para sua inserção e valorização do seu trabalho. Assim, se a feira é representada como lugar de alegria, conhecimento e trocas sociais, ao mesmo tempo participar dela exige cansaço, do trabalho madrugada adentro, das dificuldades de logística e infraestrutura para se montar as barracas, além de preconceitos por parte de colegas feirantes ou fregueses desrespeitosos.

A caminho de encerrar o capítulo, ainda assim com a mesma importância que as demais questões, foi perguntado às mulheres se *consideram que o tratamento dado por feirantes homens ou mulheres é diferente para o consumidor e como são seus consumidores? Mais homens ou mulheres?* Teve-se, na primeira questão que o tratamento difere quando é uma consumidora, havendo mais proximidade, em relação a um consumidor. A segunda, por sua vez, e que favorece essa premissa, dispõe do indicativo de que o público das feirantes mulheres se constitui de 70% de mulheres e 30% de homens.

A participação do público nas feiras e as relações que os consumidores estabelecem com as mulheres feirantes ainda carece de estudos científico, já que, acreditando na continuidade dessa atividade e desse espaço, a esperança de uma entrevistada soa convidativa: *“Que haja sempre oportunidade para todas que precisam expor seus produtos” (E2, 43 anos).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de um objeto tal qual a feira possibilita múltiplas análises disciplinares, desde a busca histórica de suas transformações e adaptações a contextos diferenciados, seu papel e importância nos campos sociais, econômicos, políticos e ambientais, bem como sua perpetuação ante a um cenário de industrialização alimentícia elevada e o “boom” do comportamento *fast food*.

Nesta pesquisa priorizou-se analisar as representações diferenciadas sobre o que a feira significa para as mulheres que integram e interagem na feira livre de Barbacena- MG, ora destacando a sua função econômica e de autonomia financeira, ora sua função socializadora e de valorização daquilo que comercializam. O mesmo ocorreu se observado que não informaram de maneira unidimensional suas concepções sobre atuarem na feira, quer seja exclusivamente como recebimento de proventos, quer seja tão-só palco de trocas culturais, de valorização tanto da qualidade dos alimentos e de atividades socioculturais.

A oferta de alimentos frescos, saudáveis, de origem rural, ponto enfatizado pelas pesquisadas, é um atributo que se tornou presente nas falas que caracterizam as feiras em geral, e fazem parte do imaginário social sobre esses espaços, como demonstrou a bibliografia. Também como mostrado na bibliografia que sustentou esta dissertação, a particularidade da feira reside em sua oposição aos supermercados, não apenas no que se refere às mercadorias ofertadas, mas principalmente pelo tipo de relações sociais que são possíveis em cada um desses espaços: de distanciamento e impessoalidade; de proximidade e familiaridade.

É nesse sentido que esta pesquisa aprofundou a compreensão da feira como espaço de oportunizar a inserção de um segmento que constantemente tem instituído em seus papéis os cuidados do lar e seu entorno, eximindo de qualquer possibilidade de ganho financeiro. No caso específico da feira aqui analisada, é nesse espaço que se faz presente a ligação das dimensões econômica e pessoal; de autonomia financeira e de pertença social tendo sua atividade não só reconhecida por si e seus pares, mas também validada com a prática de venda de quem adquire os produtos.

Há, de tal maneira, de se considerar que a feira é, hoje, espaço de hibridação, composto por feirantes que representam o trabalho como uma herança geracional, mas também de feirantes ocasionais que fazem da feira um escape da precarização do trabalho e as inseguranças que nele se fazem presentes. Nessas duas perspectivas, o tempo de aprendizado da profissão se faz diferente, posto que feirantes que seguem uma tradição familiar possuem um roteiro de ensinamentos e de observação da prática que vai conferindo, aos poucos, uma identidade profissional.

Ora tida como oportunidade de melhoria da condição econômica que as feirantes atribuem à atividade, uma chance de autonomia financeira, a feira como “coisa de família”, permite a elas partilhar a mesma identidade familiar e profissional e representar a prática do fazer a feira como ideal a ser seguido, transformado e aperfeiçoado. Nisto, a feira se expõe como espaço privilegiado para o estudo das representações sociais, pois elas se constroem e circulam no âmbito da vida cotidiana, e são formuladas por diferentes atores sociais, como os próprios feirantes (homens e mulheres), os consumidores, os agentes públicos, representantes sindicais, entre outros. A feira, nesse sentido, permite ao pesquisador abordar a atuação das mulheres em seus contatos sociais na esfera pública.

No caso desta pesquisa tornou-se evidente a similaridade das respostas que avaliaram a feira como lugar de autorrealização pessoal e financeira diante de um comparativo de vulnerabilidade anterior, quando as mulheres desempenhavam, em sua maioria, atividades na esfera doméstica ou outras atividades socialmente desvalorizadas. Nesse ponto, a pesquisa contribui com as análises sobre as mulheres feirantes ao estabelecer uma trajetória, um antes e um depois, que permitiu às participantes avaliar as transformações positivas e negativas dessa passagem do privado ao público.

Nessa passagem, a pesquisa focalizou o tema da inclusão/exclusão, entendendo, em primeiro lugar, que as mulheres e principalmente aquelas que habitam os espaços rurais, foram historicamente excluídas da esfera pública e dos direitos civis. Na visão das feirantes aqui pesquisadas, atuar na feira significou, sem dúvida, uma mudança na esfera da autonomia financeira, o que proporcionou maior poder decisório no âmbito familiar. Ter voz, como mencionado, implica em refletir, no sentido da reflexividade, sobre uma trajetória histórica anterior de silenciamentos e subalternidade. Assim, a feira parece ter sido um divisor de águas, ao menos no que se refere no patamar financeiro, da realização profissional e da elevação da autoestima.

No entanto, as teorias sobre inclusão e exclusão social alertaram para outros indicadores, além dos econômicos, que podem indicar uma inclusão precária, fragmentada ou parcial. A pesquisa identificou a sobrecarga de trabalho das feirantes, embora elas mesmas ainda não tenham utilizado a voz adquirida para reivindicar uma melhor distribuição dos afazeres domésticos. Apesar das ações do sindicato difundindo representações sobre igualdade de direitos entre os gêneros, no âmbito doméstico a naturalização do que é próprio do feminino ainda permanece e evidencia.

Da mesma forma, a pesquisa assinalou a baixa escolaridade das feirantes, a ausência de ações institucionais ligadas à profissionalização, as reivindicações quanto à infraestrutura do

espaço da feira e casos pontuais de preconceito e assédio. Também foi apontada a filiação sindical predominantemente masculina, esses dados apontam, em primeiro lugar, para uma representação cristalizada sobre as atividades artesanais e informais, vistas como não exigentes de maior escolaridade. Em segundo lugar, como a atividade de feirante é repassada geracionalmente e aprendida na prática, entende-se que não há necessidade de ações de profissionalização. Assim, direitos sociais como educação e profissionalização não são alcançados, o que reflete diretamente na fraca participação política das feirantes em instâncias representativas. Tal fato ficou evidenciado no pouco conhecimento das feirantes em relação às instituições que atuam junto a esses trabalhadores e na avaliação da representante sindical.

Sob estas condições é de valia destacar que a inclusão econômica, valorizada positivamente pelas feirantes, não significando inclusão social, pois as constatações feitas acima apontam para desafios pessoais e institucionais no sentido da inclusão mais ampla. A satisfação da autorrealização, o reconhecimento do trabalho e a autonomia financeira, ressaltados como conquistas e avanços pessoais pelas feirantes, não devem camuflar as vulnerabilidades que ainda são nítidas. É nesse sentido que se pode aplicar os significados do conceito de inclusão excludente para a trajetória dessas mulheres.

Aqui a análise ancorada pela Teoria das Representações Sociais procurou contemplar como as mulheres feirantes de Barbacena- MG representam a atividade profissional e suas consequências para o acesso a direitos e inclusão sociais. Essa opção teórica privilegiou os aspectos subjetivos da inclusão, observando-se como os sujeitos pensam, refletem e atribuem valores positivos e negativos a uma prática social, no caso, o trabalho.

Observou-se, assim, que as representações positivas se constroem pautadas no ganho financeiro que recebem; na percepção de que se tornam capazes de opinar em sua vida privada (sobretudo nas questões econômicas da família); na autorrealização advinda daquilo que comercializam e de sua percepção pessoal -na qualidade de feirante- de que aquilo que produzem não só tem importância sociocultural, como se valida e reafirma quando adquirido por seus consumidores. A autorrealização pressupõe representações similares de feirantes e consumidores, haja vista serem construídas a partir da experiência pessoal e coletiva de um grupo que faz a feira e vivencia e conversa sobre uma mesma realidade.

Encerrada análise, é de interesse destacar alguns apontamentos sobre a limitação da pesquisa no contexto dos enfrentamentos da COVID19 e num período de distanciamento social, que impediu o desenvolvimento de maior observação em campo. Aponta-se também a necessidade de outros estudos locais com mulheres feirantes, um segmento profissional pouco debatido na literatura. Finalmente, é importante salientar a impossibilidade de generalizações

dos resultados da pesquisa, indicando que há necessidade de investigar outros perfis de feiras, para efeito comparativo, pois sob esse termo na atualidade há um espectro de empreendimentos diferentes.

Como possíveis caminhos de pesquisas futuras sugere-se investigar as formas de resiliência da feira diante da pressão de outros estabelecimentos comerciais; se a participação dos chamados consumidores conscientes pode contribuir para amenizar as condições de vulnerabilidade feminina nos espaços das feiras; as iniciativas institucionais para assegurar a manutenção das feiras no presente e no futuro; as intervenções públicas e seus resultados em relação a manter que é próprio da feira e ao enfrentamento da precarização. Essas questões carecem de análises particulares e aprofundamento investigativo, inclusive sob a ótica da representação social, tal qual esta dissertação se propôs a fazer.

REFERÊNCIAS

- A FOLHA.. **Jornal de Barbacena. 1894, nº12, 16 de março de 1894** [on-line]. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf_img.php?cid=2000&mid=17&full_pdf=0&lid=8544;8545;8546;8547&ficha=0>. Acesso em 12 ago. 2020.
- _____ **b.. Jornal de Barbacena. 1894, nº22, 20 de fevereiro de 1894** [on-line]. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf_img.php?cid=2394&mid=17&full_pdf=0&lid=10229;10230;10231;10232&ficha=0>. Acesso em 12 ago. 2020.
- AGUIAR, V. V. P.. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. v.15, 2016, p.261-295. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>>. Acesso em 10 ago. 2019.
- ALMEIDA, R.. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. *In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo, Ed: CEBRAP/SESC, 2016, p.24-41.
- AMORIM, E. O.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A.. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.28, n.1, 2015, p.195-213. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/27046>>. Acesso em 15 set. 2019.
- ARRUDA, A.. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.117, 2002, p.127-147. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010015742002000300007>>. Acesso em 09 jan. 2020
- AZEVEDO, V. M.. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena-MG**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa, MG. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/handle/123456789/4179>>. Acesso em 01 jul. 2018.
- BABIE, E.. **Métodos de pesquisa de surveys**. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 2005.
- BARBACENA.. *In: Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.24, p.136-144. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf>. Acesso em jan. 2019.
- _____ **b.. Jornal Municipal de Barbacena- MG**. Órgão Municipal de Barbacena/MG – ANO XIX – Nº 454 – 16 de março de 2011.
- _____ **c.. Diário Oficial do Município de Barbacena e-DOB. Decreto Municipal Nº8.853**. Disponível em: <http://barbacena.mg.gov.br/arquivos/atos_18-03-2021_diariooficial.pdf>. Acesso em 01 abr. 2021.
- BAQUERO, R. V.. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão

Conceitual. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.6, n.1, 2012, p.173-187.

BERNINI SILVA, P. L.; AZEVEDO, V. M.. Projeto Cozinha Solidária: Construindo a Cidadania de Gênero na Periferia de Barbacena -MG. **Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão da UEMG/Barbacena**, [S.l.], v.3, n.3, 2016. ISSN: 2525-6823. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/anaisbarbacena/article/view/2021/1017>>. Acesso em 30 set. 2019.

BRASIL. [Governo Federal], Ministério da Saúde.. **Coronavírus: O que você precisa saber** [on-line], s.d. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em 01 jun. 2020.

_____. **b.** [Governo do Estado de Minas Gerais].. Decreto Lei 23636, de 17 de abril de 2020 [on-line], 2020. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da Covid-19 nos órgãos, entidades, estabelecimentos e serviços que menciona.** Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23636&comp=&ano=2020>>. Acesso em 01 jun. 2020.

_____. **c.** [Constituição (1988)].. Decreto Nº 10.174 de dezembro de 2019 [on-line], 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.** 2019, Brasília, DF [on-line]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10174.htm#art8>. Acesso em 26 nov. 2020.

_____. **d.** Governo Federal.. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [on-line], 200-. **Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SNPM).** Brasília DF. Disponível em: <www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em 26 nov. 2020.

BRUMER, A.. Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 12, n.1, 2004, p.205-227.

CABRAL, T. L. O.; SILVA, J. E. O.; SAITO, C. E.. Realidade do Intercâmbio e da Mobilidade Acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina. *In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU*, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/29299>>. Acesso em 30 dez. 2019.

CARIA, T. H.. A construção da identidade social e profissional: perspectiva sociológica sobre as relações entre cultura, socialização e reflexividade, 2017. **Caderno de textos didáticos de suporte às aulas para cursos de Introdução à Sociologia dos Grupos Profissionais.** Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD-Portugal). Disponível em: <https://www.academia.edu/37379782/A_constru%C3%A7%C3%A3o_da_identidade_social_e_profissional_uma_perspetiva_sociol%C3%B3gica_2017_>. Acesso em 30 dez. 2020.

CARLOMAGNO, M. C.. **Conduzindo pesquisas com questionários online: uma introdução às questões metodológicas**, 2018, p.31-55 *In*: SILVA, T. (Orgs.). *Estudando cultura e comunicação com mídias sociais*. Brasília, Ed: IBPAD, 2018.

CARNEIRO, M. J.. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994, p.11-22.

CARVALHO, J. J.; AGUIAR, M. G. G.. Qualidade de vida e condições de trabalho de feirantes. **Revista Saúde Coletiva UEFS**, n.7, 2017, p.60-65. Disponível em: <10.13102/rscdauufs.v7i3.1943>. Acesso em 01 out. 2020.

CASTEL, R.. As transformações da questão social. *In*: BOGUS, L. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. [tradução: Mariangela Belfiore-Wanderley]. São Paulo. Ed: Educ., 2000.

CHAUÍ, M.. **Convite à Filosofia Moderna**. São Paulo. Ed: Ática, 12ª edição, 2000.

COSTA, A. F.. Desigualdades Globais. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.68, p.9-32, 2012. Disponível em: <<https://10.7458/SPP201268691>>. Acesso em 01 set. 2019.

COSTA, M. M.; NUNES, J. B. A.. Políticas Públicas de Gênero voltadas à Mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania, 2014. *In*: **XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11768>>. Acesso em 01 jul. 2019.

COSTABEBER, J. A.. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul**, Brasil. Tese (Doutorado em Agronomia), Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes. Universidad de Córdoba, Espanha, 1998, 438p.

COUPER, M. P.. **Review: Web Surveys: A Review of Issues and Approaches**, 2002. Disponível em: <<https://academic.oup.com/poq/article-abstract/64/4/464/1920309/Review-Web-Surveys-A-Review-of-Issues-and?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em 01 jul. 2019.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P.. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n. SPE, 2007, p.29-37. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400006&script=sci_arttext>. Acesso em 02 jun. 2019.

DAJUI, E. M.. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. Tese (Doutorado em Sociologia), 2006, 280p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7907/000560166.pdf?sequence=>>>. Acesso em 20 jun. 2020.

DAL POZZO, C. F.; FURINI, L. A.. O conceito de Exclusão Social e sua discussão. Departamento de Geografia da FCT/UNESP. **Revista Geografia em Atos**, n.10, v.1, jan. jun. 2010, p.86-92.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C.. O fim do êxodo rural. **Encontro Nacional de Economia Política**, v.6, 2001. Disponível em <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf>. Acesso em 23 set. 2018.

DOULA, S. M.; SOUZA, R. S.. A pós-graduação em extensão rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas. **RBPG**, Brasília, v.3, n.6, 2006, p.282-299. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/download/111/105>>. Acesso em 09 set. 2019.

DUBAR, C.. **A crise das Identidades**. Ed: Porto, 1997.

_____ **b.. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. [tradução: Andréa Stahel M. da Silva]. São Paulo, Ed: Martins Fontes, 2005. 339p.

ER. Instituto Estrada Real.. **Barbacena**, 2021, [on-line]. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/cidades/barbacena/4>>. Acesso em 20 jan. 2021.

FABERLUDENS.. **Métodos de pesquisa etnográfica**. [200-]. Disponível em: <http://www.ligiafascioni.com.br/wp-content/uploads/2011/05/aula3_metodos_pesquisa_etnografica.pdf>. Acesso em 03 jan. 2020.

FICHTNER, B.. Social Exclusion and Social Inclusion: Looking for an Emancipatory Alternative in the Human Sciences. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v.20, n.2, p.447-468, 2017. ISSN 1983-7771. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/6244>>. Acesso em 19 jun. 2019.

FLICK, U.. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Ed: Bookman, 2ª edição, 2004.

FOLHA DE BARBACENA.. **Barbacena deve ganhar seu mercado central em 2021**, [on-line]. Disponível em: <<https://folhadebarbacena.com.br/cidade/barbacena-deve-ganhar-seu-mercado-central-em-2021-09122020>>. Acesso em 01 mar. 2021.

_____ **b.. Mercado central de Barbacena deve ser inaugurado em abril**, [on-line]. Disponível em: <<https://folhadebarbacena.com.br/cidade/mercado-central-de-barbacena-deve-ser-inaugurado-em-abril-21012021>>. Acesso em 01 mar. 2021.

FROEHLICH, J. M.. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. *In: VI Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU)*, 2002, Brasil. Disponível em: <<http://www.alasru.org/pdf/congreso2002.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2019.

G1. G1 ZONA DA MATA.. **Feiras livres são tombadas como patrimônio imaterial de Barbacena**, [on-line], 21/03/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/03/21/feiras-livres-sao-tombadas-como-patrimonio-imaterial-de-barbacena.ghtml>>. Acesso em 01 abr. 2021.

GEERTZ, C.. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. [tradução: Vera Mello Joscelyne]. Petrópolis. Ed: Vozes, Fraya Frehse, 1997.

_____. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Ed: LTC, 2008, p.3-21.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo **Perspec**, São Paulo, v.18, n.2, 2004, p.95-103. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010288392004000200010>>. Acesso em 23 set. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, 1995, p.57-63.

GOMES, M.; LUCENA, E. A. R. M.; MANDARINO, A. C. S.; GOMBERG, E.. Empoderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil, 2016. *In*: Fórum Sociológico. Série II. **CESNOVA**, 2016, p.65-73. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312212933_Empoderamento_da_mulher_atraves_de_feiras_agroecologicas_na_cidade_de_Ilheus_BahiaBrasil>. Acesso em 30 dez. 2019.

GONCALVES, H. S. BORSOI, T. S; SANTIAGO, M. A.; LINO, M. V.; LIMA, I. N.; FEDERICO, R. G.. Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.217-225, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 mar. 2020.

GROCEIX, H.. **Lo Stato di Minas Geraes**. Instituto de Artes Graphics. Ed: Cattaneo & Borseti. Rio de Janeiro, 1981, 181p.

GUERRA, P.. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n.10, 2012, p.91-110.

GUIMARÃES, T. T. D.; DOULA, S. M.. Memória e identidade: o processo de sucessão e herança no Mercado Municipal de Montes Claros – MG, 2018. Brasil. **Mundo Agrario**, 19(40), e078. Disponível em: <<https://doi.org/10.24215/15155994e078>>. Acesso em 24 abr. 2020.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Ed: Lamparina, 2014.

_____. **b.** Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis. Ed: Vozes, 2005, p.103-133.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S.. Problèmes de l'analyse de contenu. *In*: **Langages**, 3^e année, n.11, 1986, p.36-60 [on-line]. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1968_num_3_11_2900>. Acesso em 30 dez. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **IBGE Cidades: Minas Gerais**, 2017 [on-line]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/historico>>. Acesso em 20 jan. 2021.

_____. **b.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **IGBE Cidades: Barbacena**, 2017 [on-line]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>>. Acesso em 31 dez. 2019.

____c. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **Censo Agropecuário Definitivo**, 2017. Disponível em:
<https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=31&tema=75645>. Acesso em 21 jan. 2021.

JACCOUD, M.; MAYER, R.. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et al.*(Orgs.). **A Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis. Ed: Vozes, 2008.

JODELET, D. (Org.).. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro. Ed: EdUERJ, 2001, p.17-42.

_____b.. Représentations sociales: un domaine en expansion. *In*: D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, p.31-61. [tradução: Tarso Bonilha Mazzotti]. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Faculdade de Educação, 1993.

KAGEYAMA, A. A.. **Desenvolvimento Rural - Conceitos e aplicação ao caso Brasileiro**. Porto Alegre. Ed: UFRGS, 2008.

KUENZER, A. Z.. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e mercado. **Fórum EJA ORG**. 200-. Disponível em:
<http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf> . Acesso em 03 abr. 2021.

LAPLANTINE, F.. **Aprender Antropologia**. São Paulo. Ed: Brasiliense, 1994.

LEAL, G. F.. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. *In*: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1426>>. Acesso em 05 mai. 2020.

LEI ORGÂNICA de Barbacena -MG. 0/199-.. **Prefeitura Municipal de Barbacena -MG, ano 199-** [on-line]. Disponível em:
<www.barbacena.mg.gov.br/governo/leiorganicadomunicipio.pdf>. Acesso em 13 ago. 2020.

LÉVI-STRAUSS, C.. “Aula Inaugural”. *In*: ZALUAR, A. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro. Ed: Francisco Alves, 1975, p.211-244.

LOPES, J. R.. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**; 18 (2), 2006, p.13-24.

LOPES, T. J. S.. As representações sociais e a educação. XI Congresso Nacional de Educação **EDUCERE**, 2013. Disponível em:
<http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9077_6744.pdf>. Acesso em 04 out. 2019.

MALINOWSKI, B.. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo. Ed: Abril, 1978, p.VI-XXIV e 5-34.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Ed: Atlas, 2007.

MARTINS, P. O; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, Â. M. O.. **O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.16, n.3, 2003, p.555-568. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2019.

MENASCHE, R.. Risco à Mesa: Alimentos Transgênicos, No Meu Prato Não?. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], 2004. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1638>>. Acesso em 02 set. 2019.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de Minas Gerais.. **História** [on-line]. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conheca-minas/historia>>. Acesso em 20 jan. 2021.

MINAYO, M. C. S.. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 8ª ed. Petrópolis. Ed: Vozes, 1998.

_____. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis. Ed: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª. ed. Petrópolis. Ed: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S.. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v.18, 1988, p.211-250.

_____. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. *In*: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**, 2001, p.43-66.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social** [tradução: Pedrinho A. Guareschi]. Petrópolis. Ed: Vozes, 3ª ed., 2003.

NEVES, D. P.. **Mulheres e mercado de trabalho: aflições e conquistas**. Rio de Janeiro. Ed: Alternativa, 2014.

OLIVEIRA, G.. Estação Ferroviária de Barbacena. **Folha de Barbacena** [on-line]. Disponível em: <<https://folhadebarbacena.com.br/colunas/publicacao/estacao-ferroviaria-de-barbacena-08072020>>. Acesso em 01 set 2020.

OLIVEIRA, R. C.. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.9, n.31, 1996, p.13-37.
ONU, Organização das Nações Unidas.. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-aimportancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em 28 out. 2019.

PACHECO, M. E. L.. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4, 2009.

PAULILO, M. I.. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis. Ed: Ufsc, 2016.

PESAVENTO, S. J.. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.29, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770. Acesso em 28 out. 2019.

PIMBERT, M.. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I.. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.10, n.2, 2012, p.53-66.

POCHMANN, M. (Org.).. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo. Ed: Cortez, 2002.

PREFEITURA de Barbacena.. **Conheça um pouco da história nos 224 anos de Barbacena**, 2017 [on-line]. Disponível em: <<http://barbacena.mg.gov.br/2/m/noticia.php?id=4676>>. Acesso em 31 dez. 2019.

_____ **b.. Câmara Municipal de Barbacena** [on-line]. Câmara Municipal de Barbacena – História viva do Brasil [on-line]. Disponível em: <<http://www.camarabarbacena.mg.gov.br/historia.php>>. Acesso em 01 out. 2020.

PROGRAMA de Pós-graduação em Extensão Rural.. **Áreas e Linhas de pesquisa** [on-line]. Disponível em: <http://www.posextensaorural.ufv.br/?page_id=389>. Acesso em 12 mai. 2020.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa. Ed: Gradiva, 1992.

RENAULT, L.. **Chorografia do Município de Barbacena**. Programma de Ensino Publico Primario. Sala das sessões do Conselho Superior, Belo Horizonte, 1908, 76p. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1839.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

REIS, E.; SCHWARTZMAN, S.. Pobreza e Exclusão Social: aspectos sociopolíticos. **Versão Preliminar, World Bank**, 2002. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2020.

SÁ, M.. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios**. 3ª ed. ver. Recife. Ed: UFPE, 2019, 269p.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I; CALDAS, N. V.. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas. Ed: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SATO, L.. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, n.19, 2007, p.95-102.

SÊGA, R. A.. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.13, 2000, p.128-133.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Ed: Companhia das Letras, 4ª ed., 2004.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, 23ª ed. rev. e atual., Ed: Cortez, 2007.

SILVA, I. T.; SILVA, A. B.. A FEIRA LIVRE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA PEQUENA CIDADE PARAIBANA. **Revista GeoSertões**, [S.l.], v.1, n.2, 2016, p.6-20. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/article/view/36>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

STANDING, G.. O precariado - A nova classe perigosa/ Guy Standing; [tradução: Cristina Antunes]. Belo Horizonte, Ed: Autêntica, 2014.

STROPASOLAS, V. L.. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed: Editora da UFSC, 2007.

TEDESCHI, L. A.. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**/ Losandro Antonio Tedeschi – Dourados-MS. Ed: UFGD, 2014, 63p.

TEIXEIRA, C.. Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. In **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, ISSN: 2236-6636, 2005. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171>. Acesso em 12 mai. 2020.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V.. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Ed. Especial, n.1, 2007, p.38-46.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – **CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**..
Produção: Paula Tibúrcio Melgaço, Editora s.d., ano 200-.

VIANNA, F. R. P. M.; MENEGHETTI, F. K.; TONON, J. P. B.; TONON, L.. Inclusão excludente e exclusão incluyente: estudos sobre a rala em um clube social. **Cad. EBAPE.BR**, v.18, 2020, p.770-780. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190142>>. Acesso em 01 jan. 2021.

WOLECK, A.. O Trabalho, a ocupação e o emprego. Uma perspectiva Histórica. **Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 2002, p.33-39.

World Health Organization, WHO.. **WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard** [on-line]. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em 01 jun. 2020.

APÊNDICE A -ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Pesquisa: IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA- MG

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

I. IDENTIFICAÇÃO E DADOS PESSOAIS – PERFIL DA ENTREVISTADA

PSEUDÔNIMO:	
ESTADO CIVIL:	IDADE:
FORMAÇÃO PROFISSIONAL/ESCOLARIDADE:	

II. PERFIL DA ENTREVISTADA

1. Onde a Senhora nasceu; de onde sua família é; como chegou aqui?

2. O que é o espaço da feira para a Senhora? Qual sua importância?

3. O que significa ser feirante para a Senhora?

4. Quem ensinou a Senhora a ser feirante? Como foi ensinado?

5. Como a Senhora observa a participação das mulheres na feira-livre?

Muito pouca participação	Pouca participação	Indiferente	Boa participação	Ótima participação

6. A Senhora se sente motivada a atuar na feira-livre? Como?

7. Na sua opinião, qual a sensação de atuar na feira?

8. Como era sua vida antes de trabalhar na feira?

() Tinha exclusivamente os trabalhos de casa para fazer.

() Tinha uma ocupação paralela de renda (cuidados de babá, cuidadora de idosos, etc.).

() Participava de instituições (associações, cooperativas, setores da prefeitura, etc.).

() Outro: _____

9. O que mudou na vida da Senhora desde que começou a trabalhar na feira?

10. É a Senhora quem produz o que vende? Como é feito esse processo?

11. O que representa para Senhora comercializar seus produtos na feira?

12. Como a Senhora concilia sua participação na feira com sua vida pessoal?

13. A Senhora, inserida profissionalmente na feira-livre, acredita que teve uma sobrecarga de trabalho?

Acredito bem pouco	Acredito pouco	Indiferente	Acredito muito	Tenho total certeza

14. A Senhora acredita que trabalhar na feira gerou maior participação nas decisões da sua vida familiar?

Acredito bem pouco	Acredito pouco	Indiferente	Acredito muito	Tenho total certeza

III. PERSPECTIVAS RELACIONADAS À AUTONOMIA, CAPACITAÇÃO, AOS DIREITOS E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

15. A Senhora participa (ou conhece) alguma associação de produtores rurais de Barbacena? Se sim, como ficou sabendo?

() Não, desconheço.

() Sim, conheço: _____

16. O que a Senhora pensa sobre a participação de mulheres em associações de produtores rurais?

Acho que não tem participação	Acho que a Participação é pouca	Indiferente	Acho que a participação é boa	Acho que a participação é ótima

17. A Senhora acredita ser mais fácil hoje ter a presença de mulheres à frente de Associações, Sindicatos ou Cooperativas Agrícolas?

Acredito bem pouco	Acredito pouco	Indiferente	Acredito muito	Tenho total certeza

18. A Senhora se sente representada (ou participa) de Sindicatos, Associações ou Cooperativas? Se sim, dê exemplos?

19. A Senhora percebeu alguma influência do trabalho da mulher para as relações familiares?

20. Quem era o responsável financeiro da sua família antes de trabalhar na feira?

21. Como a Senhora percebe sua contribuição como feirante na sua família?

22. A Senhora recebeu alguma capacitação ou treinamento antes de começar a participar da feira-livre?

() Não, não tive capacitação ou treinamento.

() Sim, através do(a): _____

23. A Senhora teve ajuda de alguma instituição para atuar na feira?

() Não, não tive ajuda.

() Sim, através do(a): _____

24. Quais as mudanças na sua vida a Senhora percebeu após participar da feira-livre?

25. A Senhora acredita que as políticas públicas direcionadas para o campo, podem influenciar nas relações das comunidades rurais de Barbacena, que tem como atividade principal a agricultura? De que forma?

() Não, eu não acredito.

() Sim, por exemplo: _____

26. A Senhora acredita que a falta de documentos pode limitar de alguma forma sua atuação na feira? Se sim, como?

27. A Senhora se sentiu mais incluída/excluída nas decisões da sua casa após começar a trabalhar na feira?

28. Quais foram as conquistas notadas pela Senhora após iniciar a trabalhar na feira?

29. Do que as mulheres feirantes mais reclamam do trabalho na feira?

30. Quais são as principais reivindicações das feirantes para as instituições locais?

31. Quais as instituições são mais presentes e atuantes com as feirantes?

32. A senhora já sofreu algum tipo de preconceito por parte dos feirantes ou consumidores?

33. A senhora considera que o tratamento dado por feirantes homens ou mulheres é diferente para o consumidor?

34. Como são seus consumidores? Mais homens ou mulheres?

() São na maioria homens.

() São na maioria mulheres.

35. Caso queira comentar algo, por favor use esse espaço.

APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA- MG”. Nesta pesquisa pretendemos compreender quais os significados que as mulheres feirantes atribuem a sua atividade profissional e como essa atividade indica mudanças emancipatórias de acesso a direitos e inclusão social. Buscamos descrever como se estabelecem suas representações de inclusão/exclusão social advinda da prática de venda de produtos de cunho agropecuário na feira-livre de Barbacena-MG, com intuito de investigar os significados que atribuem a essa prática e se, por ela, ressignificam e incorporam uma identidade profissional, para além de um sentido de ajuda como notado na literatura pertinente.

A motivação para a realização desta pesquisa, em primeiro lugar, emerge da manifestação de mudanças em prol das mulheres das comunidades rurais e semiurbanas de Barbacena-MG que são notadas na literatura circunscritas num tecido social marcadamente coronelístico e patriarcal. Outro ponto de relevância que fundamenta o desenvolvimento deste estudo diz respeito aos dados encontrados num resgate bibliográfico. Percebemos algumas lacunas, como por exemplo, a escassez de trabalhos sobre a prática profissional da mulher feirante que a distancie de uma “ajuda”. É com o intuito de diminuir essas lacunas que a proposta desta pesquisa também se justifica.

Para compor o corpo metodológico, foram eleitos os seguintes procedimentos: 1) a investigação bibliográfica; 2) entrevistas semiestruturadas; 3) registros fotográficos e audiovisuais; e (4) gravação das entrevistas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em haver algum desconforto ou constrangimento durante entrevistas, gravações audiovisuais e fotografias. Com isso, a participante pode recusar ou interromper a entrevista a qualquer momento, e não permitir a realização de gravações audiovisuais e fotografias consideradas constrangedoras. Além disso, não serão divulgadas gravações de áudio e, se os entrevistados não permitirem, não serão usados fotografias e vídeos que exponham o local ou a imagem dos mesmos. Assim, serão tomados todos os cuidados necessários para evitar riscos e constrangimentos. **Mais ainda, caso comprovado qualquer dano a Sra. terá o direito a solicitação de indenização através das vias judiciais e/ou extrajudiciais. Assim, os pesquisadores e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa irão proporcioná-la assistência imediata, bem como se responsabilizarão pela assistência integral no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Será garantido o sigilo em todos os resultados referentes a essa pesquisa.** Como benefícios da pesquisa os resultados serão disponibilizados e apresentados aos envolvidos no estudo, buscando refletir sobre a importância de estudos particulares; densos e que se atenham a essa temática, podendo assim servir de registro para a proposição de políticas públicas relacionadas às feiras livres seja na esfera municipal, estadual ou nacional. Além disso, será repassada uma cópia da dissertação (assim que aprovada) a entidade que lhes representa, bem como uma versão digital (PDF) individual a Sra.

Caso aceite, a Sra. ficará envolvida na pesquisa durante dois meses, período de coleta de dados e familiarização com os pesquisadores. Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sra. tem assegurado o direito à indenização. A Sra. tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua

participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que a Sra. é atendida pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A Sra. não será identificada na dissertação e em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua expressa permissão.

O TCLE afirma que os resultados da pesquisa serão disponibilizados a Sra.; acreditamos que a apresentação e discussão dos resultados para/com as participantes resolveriam essa questão e poderiam trazer grandes benefícios as mesmas. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Departamento de Economia Rural/UFV** e a outra será fornecida a Sra. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informada dos objetivos da pesquisa “IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES FEIRANTES DE BARBACENA- MG” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, Minas Gerais, _____ de _____ de 20 ____

Assinatura da Participante

Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Sheila Maria Doula

Endereço: Rua Ervália, 89, João Braz - Viçosa- MG

Telefone: (31) 3899-1325

E-mail: sheila@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – *Campus* Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31) 3899-2492 - E-mail: cep@ufv.br ou www.cep.ufv.br